



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRA/EXTRAFAMILIAR  
CONTRA ADOLESCENTES EM BELÉM – PARÁ – BRASIL**

**Bruna Thaiza Silva Nascimento**

**Belém-Pará  
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**BRUNA THAIZA SILVA NASCIMENTO**

**CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRA/EXTRAFAMILIAR  
CONTRA ADOLESCENTES EM BELÉM – PARÁ – BRASIL**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em segurança pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador Interno: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Orientadora Externa: Profa. Katiane da Costa Cunha, *Dra.*

**Belém-Pará  
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- T364c Thaiza Silva Nascimento, Bruna.  
Caracterização da Violência Intra/extrafamiliar contra  
adolescentes em Belém, Pará, Brasil / Bruna Thaiza Silva  
Nascimento. — 2022.  
117 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Coorientação: Profª. Dra. Katiane da Costa Cunha  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Segurança Pública, Belém, 2022.
1. Agressão. 2. Adolescência. 3. Mudanças físicas e  
emocionais. I. Título.

CDD 370

---

# CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRA/EXTRAFAMILIAR CONTRA ADOLESCENTES EM BELÉM – PARÁ – BRASIL

**Bruna Thaiza Silva Nascimento**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Belém, Pará, 30 de junho de 2022.

---

Profa. *Dra.* Silvia dos Santos de Almeida  
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

## **Banca Examinadora**

---

Prof. *Dr.* Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Universidade Federal do Pará  
Orientador Interno

---

Prof. *Dra.* Katiane da Costa Cunha  
Universidade do Estado do Pará  
Orientadora Externa

---

Profa. *Dra.* Maely Ferreira Holanda Ramos  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora

---

Profa. *Dra.* Silvia dos Santos de Almeida  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora

---

Prof. *M.Sc.* Mateus Souza dos Santos  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador

---

Prof. *Dr.*  
Avaliador Externo

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, que possibilitou a realização deste sonho de ingressar no mestrado. Este sonho que surgiu durante a graduação de pedagogia, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Também sou muito grata pela experiência maravilhosa na minha graduação, em qual pude ter contato com o grupo de estudos e pesquisa em adolescência, juventude, vulnerabilidades e fatores de proteção (GEPJUV), mediante a inserção como bolsista e iniciação científica (PIBIC).

A iniciação científica foi de extrema importância para ter o interesse pela pesquisa e para tentativa de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP). Sou grata, principalmente a minha mãe, Elizangela Cardoso, por sempre me incentivar a fazer o processo seletivo e pelo apoio ao longo do curso, mostrando que posso superar as dificuldades.

Às amigas que fiz na universidade, principalmente ao Mateus Souza (cientista poético). Ele me ajudou a estudar para os dois processos seletivos Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e PPGSP, mas também me incentivou, sendo um dos membros da minha rede de apoio.

A minha orientadora Dra. Katiane da Costa Cunha, pela atenção e paciência na correção deste trabalho, pois a sua ajuda foi muito importante para conclusão do mestrado.

Ao meu orientador, Dr. Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, que se tornou fundamental ao longo do curso de Pós-Graduação, pois me auxiliou com tantas dúvidas a respeito da dissertação. Agradeço também pela dedicação, mas principalmente pelo carinho e incentivo em finalizar a escrita do trabalho. Sou grata pelo apoio dele desde o início do curso, pois foi solícito em todos os momentos.

A todos os professores do programa, em especial a Dra. Profa. Maély Ramos, Dra. Profa. Silvia Almeida pela contribuição no desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pela ajuda e carinho.

Aos meus colegas de Turma 2020, em especial aos meus amigos: Catarina, Karla, Manoel e Paola, pois em muitos momentos dividimos aflições no processo de escrita da dissertação, sempre acreditando que tudo daria certo. Agradeço também pelas conversas por vídeo para treinar apresentações de trabalho, vocês são membros da minha rede de apoio!

NASCIMENTO, Bruna Thaiza Silva. **Caracterização da Violência Intra/extrafamiliar contra adolescentes em Belém, Pará, Brasil**. 2022. 117f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2022.

## RESUMO

**Importância:** As agressões intra/extrafamiliar tornam-se mais crescente na adolescência, pois é um período marcado por mudanças físicas e psicológicas, ou seja, que possui maior vulnerabilidade. Devido a isto, é importante compreender o contexto das vítimas e como se configura as ações violentas na família e na comunidade, em razão de que as suas características podem auxiliar na construção de políticas públicas de prevenção. Também torna-se relevante demonstrar que essas agressões muitas vezes estão associadas a violação dos direitos, sendo prejudiciais ao desenvolvimento dos adolescentes. **Objetivo:** Analisar a violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil. **Materiais e métodos:** Este estudo é documental, de caráter descritivo e quantitativo, utilizando informações oficiais de violência na adolescência ocorridas no município de Belém. Esses dados foram disponibilizados pela Secretaria Adjunta de inteligência e Análise Criminal, em qual usou-se a técnica estatística exploratória das informações, demonstrado por meio de gráficos e tabelas. **Resultados:** Os resultados demonstraram 12.137 Boletins de Ocorrência Policial no período de 2011 a 2020, sendo 3.803 denúncias referem-se a ações ocorridas no ambiente familiar. Quanto a violência intrafamiliar notou-se 3.803 denúncias, com maior frequência os crimes contra a dignidade sexual, em vítimas do sexo feminino, na faixa etária de 17 anos, que tinham o ensino fundamental ou médio. Já em relação à violência extrafamiliar, no período de 2016 a 2020, constatou-se 2.722 casos, dos quais se sobressaiu as situações de roubo e lesão corporal em via pública, no bairro Guamá, com maior ocorrência nos dias de terça e quarta feira. **Conclusão:** Com isso, percebe-se que a violência nos dois contextos intra/extrafamiliar é cometida por diferentes indivíduos, envolvendo parentes, amigos, vizinhos, pais/responsáveis e muitas vezes são vistas de forma isolada, não considerando as experiências vivenciadas pelas vítimas. Desse modo, concluiu-se que para a construção de medidas de prevenção dos atos violentos nessa fase de desenvolvimento se deve entendê-la de forma dinâmica e multicausal, envolvendo fatores de risco e proteção vivenciados por diferentes sujeitos.

**Palavras-Chave:** Agressão. Adolescência. Mudanças físicas e psicológicas.

## ABSTRACT

NASCIMENTO, Bruna Thaiza Silva. **Characterization of intra/extra-family violence against adolescents in Belém, Pará, Brazil.** 2022. 117f. Dissertation (Master in Public Security). Postgraduate Program in Public Security, Institute of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Pará, Belém, Pará, Brazil, 2022.

**Importance:** Intra/extra-family aggressions become more increasing in adolescence, as it is a period marked by physical and psychological changes, that is, when there is greater vulnerability. Because of this, it is important to understand the victims' context and how violent actions are configured in the family and in the community, because their characteristics can help in the construction of public prevention policies. It is also relevant to demonstrate that these aggressions are often associated with the violation of rights, being harmful to the development of adolescents. **Objective:** To analyze violence against adolescents in the city of Belém, Pará, Brazil. **Materials and methods:** This is a documentary, descriptive and quantitative study, using official information on adolescent violence that occurred in the city of Belém. These data were made available by the Assistant Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis, in which the exploratory statistical technique of information was used, demonstrated through graphs and tables. **Results:** The results showed 12,137 Police Reports from 2011 to 2020, with 3,803 complaints referring to actions that took place in the family environment. As for intrafamily violence, 3,803 complaints were noted, with a higher frequency of crimes against sexual dignity, in female victims, aged 17 years, who had elementary or high school. In relation to extra-family violence, in the period from 2016 to 2020, there were 2,722 cases, of which the situations of robbery and bodily harm on public roads in the Guamá neighborhood stood out, with greater occurrence on Tuesdays and Wednesdays. **Conclusion:** With this, it is clear that violence in both intra/extra-family contexts is committed by different individuals, involving relatives, friends, neighbors, parents/guardians and is often seen in isolation, not considering the victims' experiences. Thus, it was concluded that for the construction of measures to prevent violent acts at this stage of development, it must be understood in a dynamic and multicausal way, involving risk and protection factors experienced by different subjects.

**Keywords:** Aggression. Adolescence. Physical and emotional changes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

### ARTIGO 1

- Figura 1.** Taxa de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por ano do fato, no período de 2011 a 2020. .... 31
- Figura 2.** Quantidade de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por faixa etária da vítima, no período de 2011 a 2020. .... 32
- Figura 3.** Percentual de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, por escolaridade, no período de 2011 a 2020. .... 34

### ARTIGO 2

- Figura 1.** Taxa de casos registrados de violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020. ....44
- Figura 2.** Distribuição de casos de violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por bairro de ocorrência do delito. ....47

### ARTIGO 3

- Figura 1.** Quantidade de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por ano do fato, no período de 2011 a 2020. ....58
- Figura 2.** Percentual de casos de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por dia da semana de ocorrência do fato, no período de 2011 a 2020. ....59
- Figura 3.** Quantidade de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, por mês, no período de 2011 a 2020. ....60
- Figura 4.** Percentual de adolescentes, vítimas de violência no município de Belém, Pará, Brasil, por Faixa etária, no período de 2011 a 2020. ....61
- Figura 5.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, por turno do fato, no período de 2011 a 2020. ....65



## LISTA DE QUADROS

### CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

<b>Quadro 1.</b> Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará, no período de 2011 a 2019, que tratam da violência contra adolescentes, com tema “caracterização da violência intra/extrafamiliar contra adolescentes” .....	9
---	---

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

#### ARTIGO 1

**Tabela 1.** Percentual de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém e sexo das vítimas, no período de 2011 a 2020.....33

**Tabela 2.** Percentual de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, por agressor, no período de 2011 a 2020.....35

#### ARTIGO 2

**Tabela 1:** Percentual de casos registrados no âmbito da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por tipos de delitos.....45

**Tabela 2:** Percentual de casos registrados no âmbito da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por local de ocorrência do delito.....46

**Tabela 3:** Percentual de casos registrados no âmbito da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por dia da semana de ocorrência do delito.....48

#### ARTIGO 3

**Tabela 1.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, por Faixa Etária, Sexo e Grau de Instrução, no período de 2011 a 2020.....62

**Tabela 2.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, por causa, no período de 2011 a 2020.....63

**Tabela 3.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, por agressor, local de ocorrência, no período de 2011 a 2020.....64

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BOP – Boletim de Ocorrência Policial

CT – Conselho Tutelar

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

VIVA - Vigilância de Violências e Acidentes

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA .....</b>	<b>4</b>
<b>1.3 PROBLEMA DA PESQUISA .....</b>	<b>9</b>
<b>1.4 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
1.6.1 Adolescência: Uma Abordagem Conceitual.....	12
1.6.2 Configuração da Violência Intrafamiliar.....	15
1.6.3 As Práticas de Violência Comunitária em Interface a garantia de Direitos .....	18
<b>1.5 OBJETIVOS .....</b>	<b>21</b>
1.5.1 Objetivo Geral.....	21
1.5.2 Objetivos Específicos .....	21
<b>1.6 HIPÓTESES .....</b>	<b>22</b>
<b>1.7 METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
1.7.1 Natureza da pesquisa .....	23
1.7.2 Locus da pesquisa .....	23
1.7.3 Fontes de dados.....	24
1.7.4 Procedimentos de coleta .....	24
1.7.5 Análise de dados .....	25
1.7.6 Proposta de produtos .....	25
<b>CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS .....</b>	<b>26</b>
2.1. Artigo Científico 1 * .....	26
2.2. Artigo Científico 2* .....	40
2.3. Artigo Científico 3 * .....	53
<b>CAPÍTULO 3 – PRODUTO E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>71</b>
3.1 Produto 1 - Violência contra adolescentes no município de Belém, Pará * .....	71
3.1 Produto 2 - Violência intra/extrafamiliar na adolescência no município de Belém, Pará * .....	72
3.2 Propostas de Intervenção .....	92
<b>CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....</b>	<b>94</b>
4.1 Considerações Finais .....	94
4.2 Recomendações para Trabalhos Futuros .....	95
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE A – DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO A ACESSO DE BANCO DE DADOS DA SECRETARIA DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE CRIMINAL .....</b>	<b>111</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar a violência intra/extrafamiliar na adolescência no município de Belém – Pará, Brasil. O interesse pelo tema surgiu na graduação em pedagogia e por meio do envolvimento com o grupo de estudo e pesquisa em adolescência, juventude e fatores de vulnerabilidades e proteção – GEPJUV, na condição de bolsista de iniciação científica, da Universidade Federal do Pará, no ano de 2017.

Neste período, estive vinculada ao plano de trabalho intitulado “Violência contra crianças e adolescentes: caracterização das demandas que chegam ao Conselho Tutelar (CT)”, que possuía como objetivo caracterizar os atendimentos neste órgão, realizando o estudo documental no banco de dados do CT III, de Ananindeua – Pará, Brasil.

A partir disso, comecei a entender a adolescência como fases necessitam de cuidado, pois podem vivenciar situações de violência (NASCIMENTO; SILVA, 2019). Essas situações de agressão são muitas vezes vistas como risco ao desenvolvimento humano, afetando diretamente a qualidade de vida das vítimas, resultando em transtornos psíquicos e sofrimento intrafamiliar e para a comunidade (PEREIRA *et al.*, 2020).

Desse modo, foi desenvolvido um segundo plano de trabalho sobre a exposição de adolescentes à violência e os seus efeitos nas vítimas em Belém – Pará, Brasil. Ambas as pesquisas feitas integraram o projeto “Violência contra crianças, adolescentes e jovens: percepções sobre o risco e proteção e dinâmica de atuação das redes de proteção (escola e comunidade)” (SILVA, 2017).

Após isso, buscou-se desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “exposição de adolescentes e jovens à violência: efeitos em trajetórias de desenvolvimento em Belém – Pará, Brasil” (NASCIMENTO; SILVA, 2019). O TCC possuiu o objetivo de compreender a exposição às ações violentas em diferentes contextos (família, escola e comunidade). Vale destacar, que a inserção como bolsista do PIBIC e os estudos desenvolvidos no GEPJUV foram fundamentais para o ingresso no mestrado, pois foram os fatores que despertaram o interesse pela pesquisa.

Desse modo, surgiu a proposta de dar continuidade ao estudo de violência na adolescência por meio do ingresso no mestrado, buscando caracterizar as ações violentas no contexto doméstico e comunitário. O presente trabalho está de acordo com as diretrizes da Resolução Nº 003/2022/PPGSP/UFPA, que indica o modelo das dissertações a serem submetidas ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará – PPGSP/IFCH/UFGPA. Desse modo, possuindo quatro capítulos: no primeiro se tem as considerações gerais sobre o tema, sendo subdividido nos tópicos: introdução, justificativa da pesquisa, problema, objetivos, método e revisão da literatura.

O segundo capítulo é formado por três artigos científicos, sendo o primeiro artigo intitulado “Violência Intrafamiliar na Adolescência: um estudo a partir das ocorrências registradas em Belém do Pará”, demonstrando as características dos crimes/ações violentas que ocorrem na residência da vítima. O segundo artigo “Violência Extrafamiliar contra adolescentes em Belém do Pará”, indica a configuração das denúncias ocorridas em espaços urbanos, como: escola, hospitais, via pública, demonstrando os seus principais aspectos. Já o último artigo é intitulado “Elementos caracterizadores da violência contra adolescentes em Belém do Pará” aborda o perfil dos atos violentos na adolescência, nos últimos 10 anos.

O terceiro capítulo é constituído pelas propostas de intervenção e dois produtos, que são: (i) Infográfico de Violência contra Adolescentes ocorrida no município de Belém do Pará, no período de 2011 a 2020 e o (ii) Caracterização da violência intra/extrafamiliar na adolescência no município de Belém, Pará”. O quarto capítulo é composto pelas considerações finais e recomendações de trabalhos futuros. A estrutura dos elementos que compõem a dissertação está contida na Figura 1, sendo indicada pelo: Título da pesquisa, objetivos, tipo de produto e estudo, fontes dos dados e status da produção científica.

## Síntese da Dissertação

**Figura 1** – Estrutura da forma como estão organizados os principais itens da dissertação “Caracterização da Violência Intra/Extramiliar Contra Adolescentes em Belém, Pará, Brasil”.

Título	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Tipo de Produto	Tipo de Estudo	Fontes	Status
Violência intra/extramiliar contra adolescentes em Belém, Pará, Brasil	Analisar a violência intra/extramiliar na adolescência no Município de Belém, Pará, Brasil.	(i) Caracterizar a violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011-2020.	<b>Artigo 1:</b> Violência Intrafamiliar na Adolescência: um estudo a partir das ocorrências registradas em Belém, Pará, Brasil.	Quantitativa Exploratório Descritiva	SIAC	Concluído Ainda Não Submetido à Publicação
		(ii) Caracterizar a violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016-2020;	<b>Artigo 2:</b> Violência Extrafamiliar Contra Adolescentes em Belém, do Pará, Brasil.	Quantitativa Descritiva Exploratório	SIAC	Concluído Ainda Não Submetido à Publicação
		(iii) Demonstrar os elementos caracterizadores da violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011 a 2020.	<b>Artigo 3:</b> Elementos Caracterizadores da violência contra adolescentes no município de Belém – Pará	Quantitativa Exploratório Descritiva	SIAC	Concluído Publicado como Capítulo de Livro
		(iv) Desenvolver um Infográfico com a caracterização da violência na adolescência, ocorridas no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011-2020.	<b>Produto 1:</b> Infográfico – Violência contra adolescentes no município de Belém – Pará, no período de 2011-2020.	Quantitativa Exploratório Descritiva	SIAC	Concluído Publicado no Portal EduCapes
		(v) Desenvolver uma cartilha sobre a caracterização da violência intra/extramiliar contra adolescentes no município de Belém	<b>Produto 2:</b> Cartilha - Desenvolver uma cartilha com a caracterização da violência intra/extramiliar contra adolescentes no município de Belém-Pará.	Quantitativa Exploratório Descritiva	SIAC	Concluído Publicado no Portal EduCapes

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

## CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1.1 INTRODUÇÃO

A fase da adolescência torna-se fundamental para o desenvolvimento do indivíduo (BRASIL, 1990). Nesta etapa devem ser atendidas as necessidades básicas, como: saúde, alimentação, educação, com a finalidade de permitir o bem estar dos adolescentes (BRASIL, 2016). O bem estar destes também é associado às vivências no âmbito familiar e comunitário (TEIXEIRA, 2015; NARDI *et al.*, 2016).

As experiências negativas na adolescência podem ser compreendidas como fator de risco, pois possui relação com aspectos sociais que afetam a qualidade de vida, podendo ser demonstrada pela violência, bem como pelo comportamento do adolescente (POLETTI; KOLLER, 2008; TEIXEIRA, 2015; MAIA *et al.* 2017).

Um estudo feito na cidade de Porto Alegre e Santa Maria, no Rio Grande do Sul investigou o comportamento na adolescência. Para isso, foi aplicado o Questionário da Juventude Brasileira (Versão Fase II — DELL'AGLIO, KOLLER, CERQUEIRASANTOS; COLAÇO, 2011) com 140 adolescentes, com faixa etária de 14 a 19 anos, sendo composto por 47 questões objetivas. Os resultados demonstraram a existência de comportamento de risco, pois 100% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas também possuem comportamento antissocial (ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016).

Muitas vezes a conduta antissocial do adolescente pode estar associada à exposição à agressão no contexto familiar e/ou comunitário, resultando em outras situações de violência, como o suicídio (ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016). Um dos fatores que influenciam na prática do suicídio é a baixa estima, que são resultantes das relações pessoais. Essas relações são fundamentais na construção da subjetividade do adolescente (TEIXEIRA, 2015)

Uma pesquisa realizada no interior do Oeste Paulista objetivou investigar o tema suicídio a partir da coleta de dados com 236 estudantes do ensino médio, pertencentes ao sexo masculino e feminino. Os resultados demonstraram que 39,80% declararam ter pensado em suicídio e 16,50% afirmaram que já tentaram cometer (TEIXEIRA-FILHO *et al.*, 2013).

As agressões no contexto familiar/comunitário também são vinculadas a vulnerabilidade na adolescência (SILVA *et al.*, 2014). Uma pesquisa feita em um interior do estado de São Paulo analisou as condições de vulnerabilidade, no ano de 2009. Para a coleta das informações foram entrevistados 17 estudantes de escolas municipais. O principal



resultado dos depoimentos é a dificuldade de acesso a serviços na área da saúde, ou seja, uma das formas de violação dos direitos humanos (SILVA *et al.*, 2014).

Nesse sentido, torna-se importante a dimensão estrutural na área da saúde, entendendo a mesma como um direito social, sendo responsabilidade da sociedade e do Estado à promoção da proteção integral na infância e adolescência representada nos cuidados no processo de desenvolvimento do indivíduo (BARBIANI, 2016).

Portanto, a proteção integral torna-se fundamental para o crescimento saudável do indivíduo (MARRA; COSTA, 2016). Na infância, este é feito pela interação do adulto com a criança, pela afetividade, permitindo o desenvolvimento de capacidades psíquicas, principalmente da memória e na superação de desafios (BISSOLI, 2014). Dessa forma, contribuindo de forma positiva para a subjetividade da criança (BISSOLI, 2014).

Desse modo, as experiências vivenciadas na infância tornam-se fundamental, pois podem reverberar em impactos na vida do indivíduo, como em “sentimentos de raiva; de medo quanto ao agressor; quadro de dificuldades escolares; dificuldade de confiança em relação a outras pessoas e autoritarismo” (CHIOQUETTA, 2014, p. 172). Já na adolescência é uma fase que necessita de atenção prioritária, especialmente referente a saúde, pois nesta etapa da vida ocorre a adoção de comportamentos violentos (OLIVEIRA *et al.*, 2017b).

As violências na sociedade contemporânea são entendidas como uma questão social e de saúde pública, ocorrendo em diferentes contextos (escola, família e comunidade), independente de faixa etária, classe social e cultura (ALMEIDA, 2010; FRANZIN *et al.*, 2013; MOURA *et al.*, 2014; TAIJEITI; VICENTI, 2015; LUGARINHO *et al.*, 2017).

Essas agressões também são caracterizadas pela prática intergeracional, pois estão associadas a condutas históricas entre pais e filhos (MAIA, 2017). Crianças e adolescentes pertencem aos grupos de vulneráveis, pois são mais expostos as ações violentas (MAIA, 2017). Um estudo feito no estado do Espírito Santo investigou a vulnerabilidade na infância e adolescência a partir dos casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, no período de 2011 a 2018. Notou-se 3.127 ocorrências, 32,50% das situações de violência recorrente e 26,10% de casos únicos. Também, observou-se que crianças do sexo feminino são as principais vítimas, em 60,10% dos registros (PEDROSO; LEITE, 2021).

Nesta perspectiva, no Brasil existe um crescimento dos atos violentos (ADORNO; NERY, 2019). Muitas vezes ocorrendo à adoção de medidas, como: o horário mais viável para sair de casa, proteção de bens pessoais nos bairros, demonstrando que essas formas de

prevenção são importantes para evitar sofrer violência nas áreas urbanas (MADEIRA; RODRIGUES, 2015; COSTA, *et al.*, 2017; ADORNO; NERY, 2019).

Essas medidas de prevenir atos violentos estão associadas a segurança pública, pois buscam promover a convivência social pacífica. (MOURA *et al.*, 2014; MADEIRA; RODRIGUES, 2015). Desse modo, a proteção integral na adolescência é responsabilidade da família e da sociedade, sendo que em ambas se tem a rede de apoio (ZAPPE; DIAS, 2012).

A rede de apoio social também é definida por um sistema complexo, que envolve um plano microssocial e macrossocial (GERMANO; COLAÇO, 2012). A microssocial é formada por amigos, vizinhos, família e grupos sociais mais próximos, enquanto o plano macrossocial se refere às políticas públicas, relacionados à educação, saúde, esporte, cultura, lazer e trabalho, que devem ser efetivadas por órgãos governamentais e não governamentais (GERMANO; COLAÇO, 2012).

Torna-se fundamental compreender os possíveis conflitos na família, posto que pode influenciar no comportamento do adolescente (CRUZ *et al.*, 2016). Já as ações violentas na comunidade também são fatores que influenciam na ideação suicida, pois aumentam a possibilidade para que ocorra o suicídio (PEREIRA *et al.*, 2018).

Diante disso, é visto a importância do relacionamento familiar, de amizade como agentes protetivos em situações dos atos violentos (PEREIRA *et al.*, 2018). Portanto, a qualidade das relações pessoais pode influenciar nas ações do sujeito e nas situações de risco vivenciada por adolescentes/jovens (NARDI *et al.*, 2016).

As experiências de risco são vistas como eventos que aumentam a possibilidade de causar danos no desenvolvimento do indivíduo (SANTOS, 2018). Nesta perspectiva, é importante conhecer os fatores presentes no contexto de desenvolvimento dos adolescentes, pois possibilita identificar a violência sofrida e praticada, assim como associá-las com outras vivências negativas (BESERRA *et al.*, 2019).

Um estudo realizado na cidade de Recife, estado do Pernambuco analisou as agressões escolares com o uso de drogas entre 643 estudantes, no ano de 2013. Com isso, se demonstrou que 62,2% dos adolescentes sofreram violência escolar, sendo 54,2% dos casos correspondem à agressão verbal e 45,9% das situações ocorreram em sala de aula (BESERRA *et al.*, 2019).

Outra pesquisa realizada no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil, em 2008 objetivou investigar as agressões ocorrida na comunidade. Nesse contexto, coletou informações com 280 crianças/ adolescentes, demonstrando que 93,20% destas já sofreram ou vivenciaram atos violentos no âmbito extrafamiliar (PINTO; ASSIS, 2013).

Portanto, para intervir diante dessas situações de vulnerabilidade e exposição à violência é importante a construção de estratégias de prevenção na adolescência (SILVA *et al.*, 2014). Desse modo, este trabalho buscou investigar as agressões intrafamiliar e extrafamiliar cometida contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil.

## 1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A vitimização pela violência ocorre de duas maneiras: (i) vitimização direta e (ii) vitimização indireta. A primeira ocorre nos casos que a criança/adolescente sofreu a violência, enquanto a vitimização indireta configura-se por situações de exposição aos atos violentos no ambiente intrafamiliar ou comunitário, como agressão física, ameaças, mortes, roubo, entre outros (ALMEIDA *et al.*, 2013; PATIAS *et al.*, 2016).

Nesta perspectiva, as características da família e sociedade podem interferir no desenvolvimento saudável dos adolescentes, ou seja, surgindo problemas comportamentais/emocionais (POLETTI; KOLLER, 2008). A implicação negativa está associada ao surgimento de danos emocionais/comportamentais à vítima, como o medo, a tristeza, ideação suicida (PIMENTEL, 2020). Com isso, é destacada a relevância da intervenção intrafamiliar e extrafamiliar (escola e comunidade) diante dos casos de violência, pois torna-se um problema social, afetando vítimas, testemunhas e agressores (PATIAS *et al.*, 2020).

Muitos estudos discutem adolescência, nas quais buscam compreender a dinâmica entre risco e proteção (DELL'AGLIO; KOLLER, 2011; NUNES *et al.*, 2014; MAIA *et al.*, 2017; SILVA; OLIVEIRA, 2017). Os fatores de risco podem ser caracterizados pelas variáveis individuais e contextuais que causam danos à saúde mental (CARDOSO *et al.*, 2018)

Os riscos aumentam a possibilidade de desenvolver problemas sociais, emocionais. Os de proteção são considerados como situações que minimizam os impactos das situações de risco (NUNES *et al.*, 2014). Se identifica como risco, a pobreza, vulnerabilidade social, o estresse (SOUZA *et al.*, 2019), ser do sexo feminino (OLIVEIRA *et al.*, 2020), uso de bebida alcoólica (MOURA *et al.*, 2018), violência intrafamiliar e comunitária (PEREIRA *et al.*, 2018).

Portanto, o risco e proteção estão relacionados aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, em quais influenciam na qualidade de vida (SOUZA *et al.*, 2019). Os de proteção são demonstrados pela autoeficácia em contextos de desenvolvimento (FRANCO;

RODRIGUES, 2018), autoestima (PEREIRA *et al.*, 2018), influência espiritual e religiosa (FARINHA *et al.*, 2018), rede de apoio escolar e familiar (SOUZA *et al.*, 2019).

A rede de apoio familiar e escolar se configura pela importância do vínculo afetivo entre os adolescentes, pois oferece suporte social as vítimas de violência (SOUZA *et al.*, 2019). Os atos violentos ocorridos nas cidades muitas vezes possuem elevado grau de mortalidade, por causas externas – como homicídios (MINAYO, 1990).

No Brasil desde a década de 1980 os atos violentos têm as maiores proporções (IPEA-FBSP, 2019). Em 2017 foram 35.783 vítimas de assassinado, com faixa etária entre 15 a 29 anos, tendo uma taxa de 69,9 por cada 100 mil habitantes, mostrando que as vítimas são adolescentes e jovens (IPEA-FBSP, 2019). O Boletim epidemiológico do Brasil, produzido pela Secretaria de vigilância em saúde, no período de 2011 a 2017, constatou 1.460.326 ocorrências de violência autoprovocada ou interpessoal. Desses casos 591.731 (40, 5%) eram contra crianças e adolescentes, sendo que 219.717 (15,0%) dos casos eram contra crianças, enquanto que 372.014 (25,5%) contra adolescentes (BRASIL, 2018a).

No ano de 2015, verificou-se as taxas de violência no estado do Pará, mais especificamente em Altamira. Essa Região tinha sido considerada o município Paraense mais violento, posto que apresentou taxa de homicídios de 105,2 por 100 mil habitantes e com nível médio de Índice de Desenvolvimento humano (IDH: 0,665) (IPEA-FBSP, 2017).

Torna-se relevante o desenvolvimento econômico, oferta de emprego, a qualidade na área da educação, pois podem influenciar na regressão das taxas de criminalidade (IPEA-FBSP, 2017). A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos - *disque 100*-, constatou que no ano de 2019 houve 159.063 denúncias no Brasil, possuindo como principais vítimas as crianças e adolescentes, em razão de 86.837 (aproximadamente 55%) casos pertenciam a violação de direitos desses sujeitos (BRASIL, 2019a).

O relatório *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial – 2017* (BRASIL, 2017, p. 21) aponta que o Indicador de vulnerabilidade Juvenil e desigualdade racial consideram algumas características das 27 Unidades Federativas, como “violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade.” Os resultados desse indicador podem variar entre 0,0 a 1,0, sendo que o valor 1,0 indica alta vulnerabilidade na faixa etária de 15 a 29 anos (BRASIL, 2017). Nesta perspectiva, notou-se que no ano de 2015, o estado do Pará possuiu o terceiro maior índice de vulnerabilidade juvenil, com taxa de 0,471, assim, ficando após somente de Alagoas e Ceará, que tiveram taxa de 0,489 e 0,487, respectivamente (BRASIL, 2017).

No Brasil, os homicídios contra adolescentes possuem um estereótipo, sendo formado pelas vítimas do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos. Portanto, notou-se que o estado do Pará, no ano de 2017, ocupava décima quarta posição entre os estados brasileiros com maiores taxas de homicídios de homens jovens por 100 mil habitantes, apresentando taxa de 195,6 (IPEA-FBSP, 2019).

Nesta perspectiva, a violência se manifesta por meio de atos violentos, que não são caracterizados somente pelo homicídio, mas por diferentes situações como roubos, violação dos direitos, pobreza, discriminação, humilhação, sequestros, abuso sexual (SANTOS, 2018). O relatório *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial – 2014* afirma que há maior possibilidade de uma pessoa, de cor/raça negra ser assassinada, em média 2,5 vezes maior, do que um indivíduo branco (BRASIL, 2015). Este documento também aponta que no ano de 2012 a cidade de Belém ocupava a segunda posição como uma das Capitais que maior índice de vulnerabilidade Juvenil, com taxa de 0,537 por 100 mil habitantes, ficando atrás somente de Maceió (BRASIL, 2015).

As ações violentas caracterizam-se pelas ações intencionais, que causam efeitos prejudiciais. Essas ações resultam em danos físicos e psicológicos. Os danos físicos são identificados pelas lesões nas vítimas, enquanto que os psicológicos são notados pela baixa estima, ansiedade, entre outros (FREITAS *et al.*, 2018).

Nesta pesquisa, são abordadas as tipologias de violência ocorrida no âmbito intra e extrafamiliar, como: (i) negligência; (ii) homicídios/suicídios ou tentativas; (iii) abuso sexual, psicológico, físico; (iv) roubo e (v) latrocínio. Essas violências podem ser definidas como causas externas de mortalidade e morbidade, sendo que os seus registros possibilitam identificar as principais causas dos óbitos (LIMA *et al.*, 2020).

A negligência é definida pela omissão de pais/ responsáveis em prover de proteção. A proteção se estabelece como um compromisso familiar se ter cuidados referente a saúde, alimentação, física e emocional de crianças e adolescentes (MATA *et al.*, 2017). Uma pesquisa feita em um município de médio porte, no ano de 2011, analisou 98 processos de denúncias de violência contra crianças. Desses processos, se constatou que 62% são casos de negligência, sendo que em todas as ocorrências as vítimas residiam com familiares (FERREIRA *et al.*, 2019).

A negligência é a principal forma de maus-tratos cometida contra crianças e adolescentes e que não possui políticas públicas específicas para o seu combate (NUNES; SALES *et al.*, 2016). Para intervir torna-se relevante considerar o papel da psicologia

associada a assistência social, contribuindo para transformação dessa realidade (BENELLI, 2016).

Nesta perspectiva, o abandono é resultante da violência social, sendo recorrente na adolescência, podendo ser demonstrado de três formas, como: (i) material; (ii) social e (iii) afetivo (MENEGUETTI; SILVA, 2018). Além disso, o abandono/negligência e outras ações violentas violam os direitos básicos de dignidade, pois possibilitam a exclusão social, bem como a vulnerabilidade na adolescência (BRASIL, 2017).

A assistência social brasileira é definida como uma política de Estado, que se divide em: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A primeira corresponde a ações de prevenção, buscando diminuir os riscos sociais, pautados na garantia dos direitos de cidadania. Já a PSE se refere aos programas de proteção, com a intenção de oferecer serviços para os indivíduos que perpassaram por situação de violação dos direitos (SERPA *et al.*, 2015).

O Brasil é considerado um país homicida no cenário mundial, pois um em cada dez indivíduos mortos por assassinato a cada ano é brasileiro (MUGAH; PELLEGRINO, 2020). O homicídio é uma expressão da violência social, que atinge grupos e comunidades mais vulneráveis (MINAYO, 2011; CARDOSO *et al.*, 2016). Nesta perspectiva, as principais vítimas são adolescentes/jovens, do sexo masculino, possuindo como causa os fatores estruturais socioeconômicos (MINAYO, 2011; CARDOSO *et al.*, 2016).

Já o suicídio se caracteriza como um fenômeno multidimensional, resultante da interação de fatores fisiológicos, biológicos, genéticos e sociais (CESCON *et al.*, 2018). É notado também que entre os adolescentes/jovens de 15 a 29 anos é a principal forma de violência cometida, pois o comportamento suicida se configura desde a prática de lesões contra si mesmo até a própria morte ou tentativa (SILVA, 2019).

Por outro lado, o abuso sexual (tentativa ou concretizado) é imediatamente criminalizado. Este é considerado um dos atos mais violentos, pois possuem características específicas, como a sedução chantagista, a exposição da sexualidade de crianças e adolescentes e o testemunho de vítimas traumatizadas (OLIVEIRA; RUSSO, 2017). Contudo, a violência sexual também é definida pela relação de poder, em qual se usa força física para satisfação pessoal, por meio do ato sexual (BRASIL, 2002).

A violência sexual ocorre de diferentes maneiras, como pelo “estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual”, ou seja, nessas situações, se pode ter a penetração oral, genital ou anal, mas também incluir carícias não

desejadas, a exposição a relações sexuais ou de materiais pornográficos (BRASIL, 2002, p. 18).

A agressão psicológica é toda omissão ou ação que influencia de modo negativa na autoestima, sendo identificadas pela humilhação, manipulação emocional, ridicularização, entre outras (BRASIL, 2001). No Art. 4º, também é compreendida como qualquer conduta que discrimine, desrespeite à criança ou o adolescente (Lei N° 13.431, de 4 de abril de 2017), ou seja, que interfira no desenvolvimento emocional ou psíquico (BRASIL, 2017).

A agressão física corresponde aos eventos que se usam armas, objetos ou força física contra outro sujeito, podendo provocar lesões. Entre essas ações se tem os empurrões, tapas, queimaduras, chutes, socos, entre outros (BRASIL, 2001). Um estudo feito no Brasil, na cidade de Recife, estado de Pernambuco descreveu o perfil dos casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação no ano de 2012. Notou-se que de 3.119 casos, 49,5% das ocorrências são violência física, sendo 67,3% das vítimas do sexo feminino (SILVA *et al.*, 2013).

Outro aspecto é o roubo, definido mediante o Art. 157 (Lei N° 13.654, de 2018), compreendido pelo ato de subtrair objetos alheios para si o outro sujeito, enquanto que o latrocínio ocorre quando o ato do roubar resulta na morte da vítima, assim se usando de agressão em ambas as situações (BRASIL, 2018).

Com isso, torna-se importante identificar as características da violência contra crianças e adolescentes. Considerando esses fatores, como: (i) econômicos e (ii) constituição familiar, nos quais ambos se configuram pela vulnerabilidade social, demonstrados pela ausência de assistência familiar (MARTINS, 2013).

Nesse sentido, esta pesquisa torna-se relevante em dois aspectos: (a) prático-institucional e (b) acadêmico. No aspecto prático-institucional, pois fornecerá informações sobre o perfil das ações violentas no âmbito intra e extrafamiliar contra adolescentes, identificando os elementos caracterizadores da violência urbana. Já no aspecto acadêmico, contribuirá por meio da compreensão inter-relacional entre violência e adolescência, demonstrando as suas perspectivas conceituais.

Foi feita uma busca sobre o tema “caracterização da violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém”, no site do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual observou-se que não há dissertações que

propõem essa temática (Quadro 1) . Diante disso, comprovando a importância deste estudo para a segurança pública.

**Quadro 1.** Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará, no período de 2011 a 2019, que tratam da violência contra adolescentes, com tema “caracterização da violência intra/extrafamiliar contra adolescentes”

<b>Turma</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Investiga a violência contra adolescente?</b>	<b>Aborda o assunto violência intra/extrafamiliar na adolescência?</b>
2012	Alberto Cesar Beltrão Pamplona	Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos	Sim	Sim, apenas a sexual
2013	Maria José Santa Maria Moraes	Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves	Sim	Não
2016	Samara Viana Costa	Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos	Sim	Não
2017	Ariane Lilian Lima dos Santos Melo Rodrigues	Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos	Sim	Sim, apenas no contexto escolar
2018	Karina Correia Figueiredo	Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes	Sim	Não
2018	Sérgio Santana da Trindade	Dra. Silvia dos Santos de Almeida	Sim	Não
2019	Natasha de Fátima Reis Magalhães	Dra. Katiane da Costa Cunha	Sim	Não

**Fonte:** site do PPGSP-UFPA ([www.ppgsp.prosp.ufpa.br](http://www.ppgsp.prosp.ufpa.br)), 2022.

O Quadro 1 demonstra que existem dissertações, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA) que investigam a violência contra adolescentes, porém não analisam a violência intra/extrafamiliar. Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa poderá contribuir para o aumento do interesse pelo tema, podendo contribuir na construção de políticas públicas no combate a agressões na adolescência.

### 1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

A violência está associada a questões históricas e culturais, pois se apresenta nas relações interpessoais. O próprio lar é o ambiente mais propício para ocorrência de agressões



(MOURA *et al.*, 2014). Esse termo possui um caráter polissêmico, pois pode indicar homicídios, agressão psicológica, agressão física, suicídios (MINAYO, 2011).

O significado cultural das ações violentas é devido a reprodução dos valores e hábitos aos adolescentes, mostrado pela agressão entre os pais, podendo estar associado ao consumo de álcool e drogas entre os sujeitos (MOREIRA *et al.*, 2018). Outras vezes ocorre a legitimação dessas atitudes como uma forma de educar, justificando assim a punição (ANTONI *et al.*, 2009).

Uma pesquisa feita em Belém, Pará, Brasil, realizada com 658 adolescentes/jovens em 10 escolas públicas teve o objetivo de caracterizar os agressores do Município. Para a coleta dos dados aplicou-se um questionário, com 77 questões de múltipla escolha sobre vários aspectos: educação, saúde, rede de apoio e violência. Os resultados indicaram elevadas taxas de agressão física e psicológica no contexto familiar, sendo demonstrada pelas situações de “soco ou surra” e “ameaça e humilhação”, sendo que cada item possuía 178 (29,3%) casos (MAIA *et al.*, 2017).

Contudo, outro estudo feito em Belém-Pará, Brasil, realizou uma pesquisa documental em 31 prontuários de um Centro de Referência de atendimento, no período de 2006 a 2008, com o objetivo de caracterizar o abuso sexual no ambiente intrafamiliar e extrafamiliar. Nestes prontuários foram coletadas algumas informações: (i) sexo e idade das vítimas e (ii) caracterização do abuso. As vítimas possuíam idade entre 2 a 16 anos, sendo que a maior frequência dos casos foi nas idades de 8 a 11 anos, em 11 (35,5%) dos casos. Quanto a caracterização do abuso sexual, notou-se 17 (57,7%) casos no contexto intrafamiliar e 13 (43,3%) no ambiente extrafamiliar (BAÍA *et al.*, 2013).

Dentre as formas de violência no contexto familiar, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos constatou que no ano de 2019 houve 62.019 casos de negligência, seguido da psicológica, com 36.304 denúncias contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2019a). Em 2018 se apresentou menor o quantitativo de casos de negligência, apresentando 55.375 denúncias, enquanto que a psicológica se teve 37.160 ocorrências (BRASIL, 2019a).

O Boletim epidemiológico do Brasil, elaborado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do período de 2015 a 2017 verificou 777.904 registros de violência. O principal motivo desses casos era a condição de situação de rua das vítimas, sendo que 6.622 (38,1%) das vítimas tinham faixa etária de 15 a 24 anos (BRASIL, 2019b). Também se notou que 16.149 (92,9%) dos casos correspondiam a agressão física, seguidos de 4.025 (23,2%) de violência psicológica (BRASIL, 2019b).

Já em relação ao estupro de crianças e adolescentes, no ano de 2019 foi verificado 25.984 casos em 12 Unidades Federativas (Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, São Paulo). O estado do Pará apresentou a terceira maior taxa, com 34,58 por 100 mil habitantes, estando atrás somente do estado do Mato Grosso (46, 29) e Paraná (44,22). Dessa maneira, o Pará estando entre os estados que mais registram casos de estupro (FBSP, 2020).

Outro aspecto é a vitimização letal da juventude no Brasil, considerando a quantidade de homicídios por faixa etária de 15 a 29 anos, do período de 2005 a 2015. Nesse período foi verificado 318.170 homicídios de jovens nos estados brasileiros (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins) (IPEA-FBSP, 2017).

No ano 2005 se teve o menor quantitativo de homicídios no Brasil, com 26.793, enquanto que em 2014 foram 32.436 casos. Por outro lado, no Pará houve 17.916 homicídios entre os jovens de 15 a 29 anos, no período de 2005 a 2015, sendo que as maiores frequências de casos são pertencentes a 2015 e 2010, com 1936 e 1935 situações, respectivamente (IPEA-FBSP, 2017).

A taxa de homicídios entre adolescentes de 10 a 19 anos do município de Belém, por bairro, de 2012 a 2017 indicou que a maior taxa foi no ano de 2016, com 81,5 homicídios por 100 mil habitantes (BELÉM, 2020). Outro aspecto observado foram os crimes ocorridos no município, de 2010 a julho de 2020, podendo se notar que em 2015 apresentou a maior quantidade de ocorrências de roubo, com 58.711 casos (BELÉM, 2020).

Nas Unidades Federativas há predomínio da violência intrafamiliar e comunitária, pois foi identificado 1.429.931 ocorrências de agressões interpessoal ou autoprovocada no período de 2011 a 2017, sendo que 374.673 (26,2%) possuíam como vítimas os adolescentes. Os resultados indicam que 225.844 (60,3%) possuíam de 15 a 19 anos; 172.941 (54,9%) são indivíduos da raça/cor negra e 164.702 (68,6%) possuíam de 0 a 8 anos de escolaridade. Também se notou que os principais autores da violência em 76.434 (28,7%) são os familiares e 63.749 (23,9%) dos casos referem-se a amigos e conhecidos (PEREIRA *et al.*, 2020).

Diante disso, levanta-se a seguinte questão que norteará o desenvolvimento dessa proposta de pesquisa “Como ocorre a violência intrafamiliar/extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil?”.

## 1.4 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta pesquisa, foi adotada a Revisão Narrativa da Literatura, que consiste em organizar os principais aspectos acerca do tema por meio da busca de material escrito. O conteúdo dos materiais pode ser obtido “em livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos”. Portanto, possuindo como fonte de dados a produção científica sobre a violência contra adolescentes (COLETÂNEA, 2015).

### 1.6.1 Adolescência: Uma Abordagem Conceitual

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) abordam diferentes definições de adolescência. A OMS estabelece três categorias: (i) **adolescência** – indivíduos que estão na faixa etária de 10 a 19 anos (ii) **adolescentes/jovem** – corresponde de 15 aos 19 anos e (iii) **adultos/jovem** – os que tem de 15 aos 19 anos (BRASIL, 2007). Já o Estatuto da juventude estabelece a **adolescência** dos 15 aos 18 anos (BRASIL, 2013).

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) defini duas categorias: (i) Criança e (ii) Adolescente. Ambas as categorias são baseadas na faixa etária dos sujeitos, criança é o indivíduo que possui até 12 anos de idade completos, enquanto que adolescente é aquele que possui de 12 a 18 anos (BRASIL, 1990).

Cabe destacar que nesta pesquisa considerou-se, como adolescente, a faixa etária indicada pelo ECA. Os termos adolescência e juventude são usados simultaneamente, em outros momentos de modo diferenciados, assim, em decorrência de múltiplos debates sobre a temática (MAIA, 2017). No mais, o ECA define adolescência dos 12 aos 18 anos, mas também estabelece, no Título I, Art. 3º, que a criança e ao adolescente são assegurados direitos fundamentais, com a intuito que forneça o desenvolvimento mental, social, espiritual e físico (BRASIL, 1990).

Contudo, no Art. 18, Lei Nº 13.010, de 2014 se tem a alteração do ECA, pois estabelece o direito da criança e do adolescente de serem cuidados e educados sem o uso de tratamento cruel ou castigo físico (BRASIL, 2014). Já o Art. 227 da Constituição Federal, Capítulo VII, declara que é dever da família, sociedade e Estado assegurar tais direitos: à saúde, a alimentação, à vida, a convivência familiar e comunitária, à educação, a profissionalização. Com isso, também proteger esses indivíduos de qualquer forma de discriminação, violência ou de situações de risco (BRASIL, 1988).

Por outro lado, no Art. 4 se dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Lei N° 13. 257, de 2016), estabelecendo que estas são construídas e executadas com a finalidade de oferecer atendimento na infância de acordo com as características etárias. Assim, também respeitando a individualidade e as diferenças culturais e sociais (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, Lei N° 13.431, de 2017 estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente, instituindo a escuta especializada, demonstrando a importância de ser ouvido e expressão da sua opinião. No Título II também indica que se deve oferecer assistência qualificada e psicossocial especializada, posto que são prioridade absoluta, em razão da condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 2017).

Um estudo realizado em duas escolas públicas de Lisboa analisou as preferências dos adolescentes quanto aos serviços de atendimento na área da saúde. A coleta de dados se deu pela aplicação de entrevista com 64 adolescentes, dos 13 aos 18 anos. Os resultados demonstraram que na adolescência há necessidade de serviços de qualidade, considerando as suas necessidades específicas. Entretanto, por vezes as necessidades não são supridas, pois não se tem um ambiente físico acolhedor, que possibilite o bem estar dos indivíduos (VINAGRE; BARROS, 2019).

Cabe destacar, que a adolescência é configurada por ser um período de crise, vivenciado pelos conflitos com a personalidade, instabilidade e incertezas (QUIROGA; VITALLE, 2013). Muitas vezes esses estereótipos dos adolescentes/jovens estão enraizados na sociedade na sua autoestima (QUIROGA; VITALLE, 2013). Neste sentido, esta é definida pela percepção que o adolescente possui de si, sendo pautada no tratamento que teve e nas suas relações sociais (MONTEIRO *et al.*, 2012).

A principal característica da adolescência é a curiosidade e emergência da sexualidade, pois demonstram desconhecimento sobre a orientação sexual (CARVALHO; MELO, 2019). Desse modo, é “entendida como um fenômeno tanto particular quanto coletivo e político”, devido a imposição das normas, sendo vistas pela relação de poder. Essa relação é construída ao decorrer do desenvolvimento humano, pelas interações com a família e com a trajetória pessoal (CARVALHO; MELO, 2019, p.7).

Uma pesquisa realizada em uma escola particular de ensino fundamental em Belém, Pará, Brasil objetivou analisar o conhecimento sobre a sexualidade por meio da aplicação da entrevista com 15 adolescentes, na faixa etária de 14 a 16 anos. Os principais resultados indicaram um déficit de conhecimento sobre o tema, pois alguns participantes que a

relacionam apenas com a opção sexual a ser seguida. Com isso, indicando que o pouco conhecimento sobre sexualidade pode representar risco, pois desconhecem acerca de doenças sexualmente transmissíveis, como Sífilis, herpes, entre outros (MORAES *et al.*, 2019).

Assim, “o termo sexualidade ainda é um tabu para muitas famílias e até para profissionais”, em razão de que considera como corretos comportamentos dos meninos, como ser heterossexual e chefe de família. A imposição dessas normas muitas vezes representa uma forma de repressão das suas ações. Já em relação as meninas, torna-se mais enigmático, na medida em que a sociedade constrói características pautadas no romantismo e idealizadora de que estas devem ser carinhosa e protetoras do lar (AMARAL *et al.*, 2017, p.66).

Desta maneira, torna-se relevante ter a concepção sobre a adolescência a partir da construção de competências socioemocionais, pois são resultantes das interações sociais. As interações envolvem os aspectos cognitivos, sociais no processo de construção da identidade, ou seja, a formação ocorre por meio da socialização e pelas experiências vivenciadas pelos sujeitos (FREITAS; MARBACK *et al.*, 2017).

Desse modo, as identidades não devem ser vistas como uma condição do indivíduo, mas definidas como uma marca simbólica que constitui o perfil dos grupos. O perfil se mostra pela construção das relações sociais, pela cultura e práticas/ações nas instituições. Nesse processo de formação cultural, as escolas contribuem pelo compartilhamento de experiências, diálogo/socialização (CARMELINO, 2014).

Também é visto a percepção dos adolescentes como um fator importante nesta fase de desenvolvimento, pois representa as características da comunidade. Uma das características é a sensação de reconhecimento, identificada nos diálogos com esses sujeitos, por vezes demonstrando a aceitação e confiança que possuem na comunidade (ASSIS, 1999).

No mais, a adolescência está associada as condições físicas, socioambientais e psicológicas (SENNA; DESSEN, 2015). Nesta acepção, os fatores socioambientais interagem por meio de contextos (família, instituição, escola), que podem possuir elementos risco ou proteção (POLETTTO; KOLLER, 2008). O risco está associado às experiências que afetam de modo negativo o indivíduo, como o uso de drogas na adolescência (SCHENKER; MINAYO, 2005). Por outro lado, as relações se podem ter outras características, como apoio emocional, práticas disciplinares (ANTONI; KOLLER, 2000).

### 1.6.2 Configuração da Violência Intrafamiliar

Os pais podem representar riscos, como nos casos de violência intrafamiliar. Esta baseia-se no sistema cultural, mais especificamente no patriarcalismo, uma vez que considera ambos os sexos (masculino, feminino). O feminino sendo o objeto da sexualidade, enquanto que o masculino é visto como o sujeito, que se configura como possível agressor, se utilizando de atos corretivos (MINAYO, 2011).

Nesta acepção, o ato corretivo é apresentado na prática contra a mulher, mas também como uma forma de punir ou disciplinar crianças e adolescentes. Essas formas de disciplinar representam riscos, pois potencializam a reprodução dessas ações pelos filhos nas relações futuras (MINAYO, 2011). A violência intrafamiliar apresenta-se sob várias formas de agressão, como a sexual, psicológica, física, verbal e negligência (ABRÁPIA, 1997; MINAYO, 2011).

A sexual é caracterizada pela ocorrência principalmente no ambiente familiar, entretanto também ocorre na comunidade, possuindo como principais vítimas o sexo feminino e implicando em vários efeitos como: a fuga do lar, gravidez precoce e adoecimento das vítimas, dependendo da faixa etária, das condições psíquicas, do período temporal (frequência do abuso) (MINAYO, 2011). Nesse sentido, essa forma de violência é definida pela ação que uma pessoa se usa da força física, intimidação ou coerção, a fim de que se tenha relação sexual contra a sua vontade. No mais, é identificada no âmbito comunitário, pela exploração e turismo sexual, configurando-se por meio da obtenção de vantagens pelo uso do corpo de crianças e adolescentes (BRASIL, 2009). A obtenção dessas vantagens, por vezes são cometidas pelos próprios pais ou responsáveis (MINAYO, 2011).

O abuso sexual é caracterizado pela violação do corpo, podendo usar-se de chantagens e ameaças, sendo um dos atos mais violentos cometidos contra crianças e adolescentes, pois atingi o que existe de mais inviolável - o sexo e o livre arbítrio (OLIVEIRA; RUSSO, 2017). Também se configura como abuso, a atitude de utilizar crianças ou adolescentes para estimular sexualmente a si ou outros sujeitos (MAIA, 2017).

A agressão psicológica ocorre principalmente nas famílias e nas escolas, por vezes por atitudes de depreciação, influenciando na autoestima dos jovens (MINAYO, 2011). Nesta perspectiva, caracteriza-se pelo uso de palavras, que possibilitam agredir verbalmente e pelo constrangimento, podendo causar danos físicos ou efeitos psicossociais nos indivíduos (PATIAS *et al.*, 2017). A agressão física é identificada pela relação de poder e pela força

física dos responsáveis com os adolescentes, que podem ocasionar desde uma leve dor, como hematomas e ferimentos (ABRÁPIA, 1997; MINAYO, 2011).

A negligência é caracterizada pela omissão/descuido de pais e responsáveis (FREITAS *et al.*, 2018). No mais, vincula-se a práticas culturais, mas também a vulnerabilidade econômica e social, sendo o abandono como uma forma de negligenciar crianças e adolescentes (MATA *et al.*, 2017). Desse modo, possui relação com “fatores econômicos, sociais e comunitários, bem como pessoais”, pois permitem compreender a vulnerabilidade do contexto familiar (PASIAN *et al.*, 2013, p.64). O contexto de vulnerabilidade é permeado pela violência estrutural, posto que as condições de vida são vistas como naturais, porém afetam o desenvolvimento dos sujeitos (MINAYO, 2001).

O aumento dos níveis de pobreza é considerado um elemento significativo para o crescimento da violência intrafamiliar, uma vez que permite a ocorrência de conflitos, e assim, a exposição das vítimas. Ademais, os conflitos conjugais são vistos como prejudiciais ao desenvolvimento dos adolescentes. Nesse sentido, as causas desses conflitos conjugais por vezes são pelo ciúme ou uso de álcool ou drogas (BITTAR; NOKANO, 2011).

As implicações das agressões no ambiente intrafamiliar atingem as vítimas e os membros que as presenciam. Entre as implicações estão as dificuldades nos relacionamentos pessoais, os conflitos nos relacionamentos na fase adulta e as mudanças de comportamento na adolescência (REIS; PRATA, 2018).

Nesta perspectiva, tem sido crescente a investigação, considerando características biológicas e sociais que constituem o processo de desenvolvimento do sujeito (MAIA, 2017). Uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul teve por objetivo conhecer a percepção de adolescentes de uma escola pública mediante a aplicação da entrevista. Os principais resultados demonstraram dificuldade em dissociar as experiências vivenciadas, indicando que as agressões ocorridas no âmbito familiar afetam o comportamento destes na escola (FERNANDES *et al.*, 2016).

Outro estudo realizado no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro caracterizou os tipos de violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes, no período de 2008 a 2012. Para isso, foram analisados 210 prontuários de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Os principais resultados indicaram que 29% dos casos são referentes à agressão física, 29 % a sexual, enquanto 13% da psicológica, sendo que 58,1 % dos agressores são do sexo masculino (PINTO JUNIOR *et al.*, 2015).

O histórico de agressão no contexto familiar é considerado um fator importante para no desencadeamento dos atos violentos na adolescência, pois estes representam risco ao desenvolvimento das vítimas e dos agressores (MAIA, 2017). As instituições/pessoas necessitam estarem atentas às implicações causadas pela agressão física, como: dificuldades de concentração e mudanças de comportamento (MAGALHÃES *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o apoio social torna-se fundamental, pois influência de forma positiva na formação da personalidade do indivíduo. Essa influência ocorre por meio da convivência, pela interação com outros sujeitos, construindo afetos, que desenvolvem o respeito mútuo entre os envolvidos (JULIANO; YUNES, 2014). A família é considerada uma rede de apoio na adolescência, pois por vezes representam o cuidado com a saúde dos filhos, por exemplo, na prevenção de doenças (COSTA *et al.*, 2015).

Além do cuidado com a saúde, o apoio social caracteriza-se pelas relações de confiança e vínculo afetivo, como entre amigos, família, nas instituições (escola, igreja), em razão de que oferecem suporte por meio da interação social positiva (BARBIERI *et al.*, 2016). Ademais, pode ser compreendido como:

O apoio social relaciona-se à percepção do sujeito frente ao seu mundo social, a maneira que este interage, as respectivas estratégias e competências para criar vínculos e estabelece-los, quais recursos lhe são oferecidos como proteção e força em situações de risco além de reforçar a autoimagem e contribuir para o aumento da competência individual, a rede de apoio social está comprometida à saúde e ao bem-estar dos indivíduos, funcionando muitas vezes como facilitadora do processo de adaptação a distúrbios físicos e emocionais e situações de estresse (EVANGELISTA; CONSTANTINO, 2013, p.220).

Dessa forma, observa-se que a rede de apoio pode representar força diante de situações de risco, nas quais o adolescente possui autoconfiança. Portanto, a família é vista como a primeira instituição social responsável em propor modelos e possibilitar a proteção dos seus membros, sendo expresso nas relações entre pais e filhos, que proporcionaria o bem-estar (EVANGELISTA; CONSTANTINO, 2013).

Por outro lado, esse apoio também está associado à construção de rede afetiva, que são consolidadas por meio da convivência. Esta “significa interagir de forma recíproca, a partir de trocas, principalmente afetivas, que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjunção de olhares, contato físico, respeito mútuo”, ou seja, conviver permite a construção de vínculos que podem auxiliar no enfrentamento de situações de risco (JULIANO; YUNES, 2014, p. 137).



### 1.6.3 As Práticas de Violência Comunitária em Interface a garantia de Direitos

A violência comunitária é caracterizada como uma forma de violação dos direitos, cometida por sujeitos que não possuem grau de parentesco, sendo praticada por conhecidos ou desconhecidos (PINTO; ASSIS, 2013). No ECA, no Art.17º, é abordado que “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral”, ou seja, reafirmando a importância do desenvolvimento saudável dos sujeitos (BRASIL, 1990).

Devido a isso, torna-se fundamental o papel do Estado na garantia dos direitos humanos, pois são universais e de natureza social, estando pautado nos interesses educativos e de forma igualitária (SANTOS, 2019). As pessoas que presenciam atos violentos, como agressões verbais, físicas, tiroteio, assassinatos, roubos, também são consideradas vítimas da violência comunitária, pois são expostas a essas situações, ocorrendo em localidades com menor investimento em saúde, educação, segurança pública (ASSIS *et al.*, 2005; PINTO; ASSIS, 2013). Outras vezes possuem relação com a dinâmica familiar:

O contexto brasileiro, a omissão e a negligência dos responsáveis, a influência da criminalidade e, bem como, a grave diferença socioeconômica dificultam o bem estar e a afirmação dos jovens. Isso se torna mais visível no caso dos jovens de baixa renda, que muitas vezes se veem fadados a um futuro pré-determinado longe da escola e da educação por falta de condições e oportunidades (RONDON FILHO; SOUZA, 2013, p.45).

Portanto, as experiências do ambiente intrafamiliar e os atos violentos nos bairros estão associados, indicando que os lares repletos de conflitos refletem em situações de risco social. O risco social considera “os aspectos de vulnerabilidade à criminalidade juvenil e exposições à violência intra e extrafamiliar a que esses sujeitos são submetidos”, com isso causando diferentes influências nos adolescentes (RONDON FILHO; SOUZA, 2013, p. 46).

As influências do risco social na adolescência caracterizam-se pela mudança de perspectiva de futuro, causando incertezas, e insegurança nos indivíduos (RONDON FILHO; SOUZA, 2013). Por outro lado, a violência comunitária configura-se pela limitação dos sujeitos em frequentar certos lugares, em horários específicos, devido ao medo de roubos (SANTOS; RAMIRES, 2009)

Os atos violentos nas cidades são associados a globalização, sobretudo pelas suas dimensões capitalistas, que ocasionam fluxos comerciais e financeiros, envolvendo questões que influenciam na obtenção de lucros. Os lucros estão instaurados na criminalidade, como no tráfico de drogas, de armas e de seres humanos. Diante disso, esse cenário representa conflitos sociais, mas também a de luta de identidade (MINAYO, 2006).

A luta de identidade configura-se pelo multiculturalismo, nas quais os grupos sociais excluídos e discriminados reivindicam a cidadania (CANDAUI, 2002). A reivindicação ocorre como uma maneira de reparação das injustiças, com isso possibilitando o surgimento de movimentos sociais, expressos por algumas representações como: da cidadania de crianças e adolescentes, de negros, homossexuais, idosos. Assim, esses atores políticos tornam-se fundamentais para o debate de violência, posto que as suas vivências possibilitam demonstrar as segregações e discriminações sofridas (MINAYO, 2006).

No que se refere ao contexto escolar, esta instituição possui uma função social pautada na educação em direitos humanos, buscando o fortalecimento das relações democráticas. Neste espaço se tem o contato com a diversidade, pois permitiu o empoderamento na infância e adolescência, assim, como “transformando-os em sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história”. Com isso se tem a reconstrução de valores e a valorização das opiniões entre os indivíduos (SANTOS *et al.*, 2020, p.2).

Uma pesquisa feita no Brasil, no período de 2010 a 2014 caracterizou a violência contra crianças e adolescentes. As informações foram obtidas por meio das notificações do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes. Os principais resultados indicaram 2.226 registros, sendo que 60,9% são casos de estupro, enquanto 29,7% se referem ao assédio sexual. Também foi observado que quanto ao perfil das vítimas, houve prevalência do sexo feminino, em 63,8% dos casos (SANTOS *et al.*, 2018).

Algumas pesquisas buscam identificar o perfil da violência na escola (GONTIJO *et al.*, 2013; GIORDANI *et al.*, 2017), enquanto os estudos (MARCOLINO *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2020) enfatizam a escola como um local de proteção e denúncia de violência na infância e adolescência. Desse modo, essa proteção também está associada a prevenção, sendo baseada na garantia da dignidade infanto-juvenil (OLIVEIRA *et al.*, 2020)

A interação entre o ambiente (família, escola) e pessoa ocorre por meio da rede social, pois as experiências vivenciadas podem influenciar no comportamento humano. O poder de interferir nas ações do indivíduo ocorre mediante o processo de mudança de crenças, valores, hábitos, permitindo a reconstrução dos seus saberes (DINIZ; KOLLER, 2010).

Assim, o Fundo das Nações Unidas para a Infância afirma que o direito do acesso à escola por meio da matrícula de crianças e adolescentes brasileiros torna-se fundamental, porém insuficiente para assegurar uma educação de qualidade. Nesta perspectiva, para ter essa qualidade, são indicadas três características: (i) educação integral; (ii) contextualizada e (iii) atenção individualizada. A educação integral é considerada uma estratégia para redução da

desigualdade social e da pobreza, entretanto há a necessidade de que seja associada a outros lugares de aprendizagem, como a comunidade, a fim de que se tenha a articulação intersetorial entre esses ambientes (UNICEF, 2009).

A vertente contextualizada “não trata apenas de didática, mas de uma visão de mundo, de uma tarefa política específica no meio rural”, ou seja, refere-se a uma adaptação curricular feita a partir da valorização das regiões. Já a individualizada enfatiza os conhecimentos individuais, ou seja, os destacando como ser singular no processo de aprendizagem (UNICEF, 2009, p.71).

No Brasil existem três premissas nas escolas, entre as quais a primeira é que crianças e adolescentes são compreendidos como sujeitos detentores de direitos, precisando de serviços de qualidade. Já a segunda refere-se à escola como instituição da rede protetiva social, enquanto que a terceira está associada a concepção de educação permeada pela acessibilidade aos direitos (SANTOS, 2019). Dessa maneira, contribuindo para o entendimento de que a adolescência é uma etapa peculiar, na qual a sua dignidade necessita de atenção e respeito (MAIA, 2018).

Desse modo, essa instituição é um local de aprendizagem, mas também “de relações, de afetos, de valores, de cultura e de direitos”. Portanto, configura-se como um lugar protetivo, porém necessita ser vista como atuante na rede de proteção, a fim de que desempenhe o seu papel em interface a violência (UNICEF, 2019, p. 20). Essa rede é definida pela articulação entre saúde, escola, assistência social e outros órgãos/agentes de proteção na infância e adolescência (DIAS; GUZZO, 2018).

Nessas instituições também ocorrem práticas de violência, que são divididas em três formas: (i) direta e física; (ii) direta e verbal e (iii) indireta. A direta e física são ações de agressões físicas, psicológicas, incluindo ameaças ou exigir a realização de tarefas de servidão ao outro, forçar ter relação sexual, bem como roubar, e obter pela prática de extorsão dinheiro ou objeto (MALTA, 2014)

A direta e verbal refere-se aos insultos, uso de apelidos ou expor as diferenças entre os alunos, de modo que ocorra o constrangimento da vítima. Nesta estão incluídas a prática de *bullying*, posto que é considerado como um fator de risco para aquisição de comportamentos mais violentos. Já a indireta é indicada por eventos que impulsionam a exclusão social de alguns alunos, devido situações de conflito em sala de aula (MALTA, 2014).

Além disso, a prática da violência caracteriza-se pelo desrespeito, por ações de silenciar a vítima, bem como por práticas de discriminação (MATOS; COELHO, 2011).

Essas práticas ocorrem entre diferentes sujeitos: (i) Pares; (ii) Alunos e professores; (iii) Extramuros; (iv) Ações de enfrentamento. Pares refere-se as agressões verbais e físicas, e exclusão entre alunos, devido as diferenças entre estes (cor, sexualidade). Alunos e professores, são conflitos que implicam na desvalorização do trabalho docente (GIORDANI *et al.*, 2017).

Extramuros são situações que representam influências do contexto familiar e comunitário, exemplo: pais envolvidos com drogas, que podem interferir no baixo rendimento do aluno. Já no que se refere as ações de enfrentamento, esta possui um caráter protetivo, buscando intervir por meio do diálogo com os estudantes, exercendo uma função social diante dessas ocorrências (GIORDANI *et al.*, 2017).

Também é apontado três conceituações relevante para compreensão da violência: (i) na escola; (ii) à escola; (iii) da escola. A primeira é definida como aquela que ocorre dentro da instituição escolar, porém “sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição”, um exemplo: a invasão desse espaço por outros sujeitos, a fim de resolver conflitos originados nos bairros. Violência à escola está associada à natureza e atividades ocorridas nesse ambiente, como: qualquer tipo de agressão contra os professores ou contra a instituição. Já a violência da escola refere-se a maneira que os alunos são tratados pela instituição ou agentes, como racismo, forma injusta de ser tratado (CHARLOT, 2002; p.434).

Por outro lado, a violência escolar está associada às ações dos professores em sala de aula, por meio da segregação. Essa prática é vista pela estigmatização dos alunos, influenciando na exclusão de adolescentes com dificuldades na aprendizagem. Com isso, essa prática no processo educacional configura-se como ação violenta, podendo reverberar no fracasso escolar dos alunos (DIAS; GUZZO, 2018).

## **1.5 OBJETIVOS**

### **1.5.1 Objetivo Geral**

Analisar a violência intrafamiliar/extrafamiliar na adolescência no município de Belém, Pará, Brasil.

### **1.5.2 Objetivos Específicos**

(i) Caracterizar a violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011-2020;

(ii) Caracterizar a violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém,

Pará, Brasil, no período de 2016-2020;

(iii) Demonstrar os elementos caracterizadores da violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011 a 2020;

(iv) Desenvolver um Infográfico com a caracterização da violência na adolescência, ocorridas no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011-2020; ;

(v) Desenvolver uma cartilha sobre a caracterização da violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém.

## 1.6 HIPÓTESES

Um estudo objetivou caracterizar o perfil da violência na adolescência nas Unidades Federativas a partir dos dados do SINAN de 2011 a 2017 (PEREIRA *et al.*, 2020). Foi demonstrado 374.673 registros, dos quais 56,90% ocorreram na residência e 24,50% em via pública, sendo 64,70% casos de agressão físicas e 24,70% violência sexual (PEREIRA *et al.*, 2020).

Da Silva *et al.*, (2017) também apresentaram o perfil das agressões contra crianças e adolescentes em um município do Rio Grande do Sul, no período de 2009 a 2014. A partir da análise de 800 prontuários do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) notou-se que em 30,30% a mãe é a principal agressora, seguido 27,10% o pai (SILVA *et al.*, 2017).

Outra pesquisa feita nas Capitais brasileiras, em 2014, objetivou descrever as características das ações violentas praticada na comunidade a partir de 815 registros de atendimento em serviços de urgência e emergência – Inquérito Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA). A partir disso, demonstrou-se que 261 casos ocorreram na escola (MALTA *et al.*, 2017)

Desse modo, toma-se como hipóteses para investigação as seguintes afirmativas;

(i) No contexto intrafamiliar no município de Belém, Pará, sobressaem dois tipos de violência: agressão física e sexual;

(ii) A violência ocorrida no lar é praticada com maior frequência por membros que possuem vínculo consanguíneo;

(iii) No que se refere à agressão extrafamiliar observa-se uma maior frequência de ocorrências nas escolas, bem como nas capitais brasileiras.

## 1.7 METODOLOGIA

### 1.7.1 Natureza da pesquisa

Este estudo possui natureza aplicada, pois tem a intenção de obter conhecimentos por meio da aplicação prática, mediante problemas específicos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto a abordagem do problema é quantitativa. O enfoque quantitativo permite aprofundar os conhecimentos sobre uma determinada população, mensurando as características por meio da descrição dos dados e análise das informações (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Quanto aos objetivos caracteriza-se por ser exploratória e descritiva, em razão de que permite a investigação a partir do aprofundamento teórico, formulando objetivos e obtendo outras concepções sobre o tema (OLIVEIRA, 2018). Também se permite verificar as características de um conjunto de dados e descrevê-los (GIL, 2002).

No que se refere aos procedimentos técnicos, este estudo é documental, pois “/.../utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico”, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. Nesse sentido, o uso da análise dependerá do problema proposto pelo pesquisador, bem como do objeto de estudo (KRIPKA *et al.*, 2015, p.243).

### 1.7.2 Lócus da pesquisa

O contexto deste estudo é o município de Belém, Pará, Brasil, o qual é constituído por uma área de 1.059,466 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 1.499.641 habitantes, possuindo uma densidade demográfica estimada de 1.415,48 habitantes por Km<sup>2</sup> em 2020 (IBGE, 2020). Ademais, as atividades econômicas influenciam em problemas urbanos, demonstrados pela ocupação do território de modo desordenado e pela distribuição de atividades econômicas (BELÉM, 2020).

Por outro lado, do século XVIII até o final do século XIX as atividades econômicas na cidade de Belém se configuravam pelas estruturas portuárias, em razão da instalação de portos, com finalidades comerciais, funcionais e culturais. Contudo, posteriormente ocorre o processo de modernização capitalista, demonstrado pela infraestrutura e serviços urbanos (PONTE, 2015).

As atividades econômicas são caracterizadas pela informalidade em algumas áreas como: (i) serviços; (ii) comércio; (iii) construção civil; (iv) indústria de transformação; (v)

serviços industriais de utilidade pública; (vi) agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; (vii) administração pública e (viii) Extração Mineral. Notou-se que o total de admitidos foram 84.334 no ano de 2019, sendo que os maiores quantitativos foram de 43.743 no comércio; 21.806 no comércio e 12.658 na construção civil (BELEM, 2020).

Apesar dos quantitativos de admissões nos setores de serviços, comércio e construção civil houve certo declínio na geração de emprego, posto que a quantidade de pessoas desligadas foi maior do que os admitidos. Desse modo, tendo 40.630 em serviços, 22.731 no comércio e 14.274 na construção civil (BELEM, 2020).

### **1.7.3 Fontes de dados**

O banco de dados sobre violência contra adolescentes do Município de Belém, Pará, Brasil, (Artigo 1, 2 e 3), no período de 2011 a 2020, foi fornecido pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculados a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Defesa Social (SEGUP).

### **1.7.4 Procedimentos de coleta**

Foi produzido um estudo sobre violência intrafamiliar contra adolescentes em Belém, Pará, no período de 2011 a 2020, sendo baseadas no banco de dados fornecidos pela SIAC. Este foi desenvolvido baseado no local de ocorrência da violência, filtrando apenas os registros que continham na residência. Além disso, foi utilizada a coleta das informações: (i) ano do fato; (ii) sexo da vítima; (iii) dia da semana; (iv) turno do fato; (v) idade da vítima (Artigo 1).

Na outra pesquisa, utilizou-se os dados de violência contra adolescentes disponibilizados pelo SIAC, do período de 2016 a 2020. Neste usou-se os tipos de violência que ocorreram na comunidade, como: (i) tipo de delito, (ii) ano, (iii) local de ocorrência, (iv) bairro e (v) dia da semana (Artigo 2).

Também foi realizado o levantamento das características das ocorrências de violência no município de Belém, Pará, como por exemplo: (i) faixa etária das vítimas: 12, 13, 14, 15, 16 e 17; (ii) escolaridade: sem escolaridade; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto e superior completo; (iii) ano do fato; (iv) dia da semana; (v) causa; (vi) sexo da vítima; (vii) local de ocorrência; (viii) grau de parentesco: pai, padrasto, namorado, tia, mãe, entre outros (ix) mês do fato e (x) turno do fato e (xi) tipo de violência (Artigo 3).

Vale destacar que no Artigo 3 investigou-se as agressões contra adolescentes a partir

dos dados disponibilizados pelo SIAC. Nestes dados continha as ocorrências em ambos os espaços: doméstico e extrafamiliar, permitindo verificar as características mais frequentes nos registros (Artigo 3).

### **1.7.5 Análise de dados**

Com relação ao aspecto quantitativo dessa pesquisa, se deu por meio da análise documental do banco de dados. Esse tipo de análise mediante a aplicação da técnica estatística descritiva, é demonstrada pelos gráficos e tabelas. Na apresentação gráfica, as informações precisam estar inseridas de modo simples e coerente, possibilitando a interpretação do fenômeno (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Cabe destacar que aplicou-se a técnica descritiva com a finalidade de organizar, classificar e interpretar o banco de dados de violência contra adolescentes ocorrida no município de Belém, no período de 2011 a 2020, disponibilizados pela SIAC (MARCONI; LAKATOS, 2010).

### **1.7.6 Proposta de produtos**

A partir dos resultados obtidos foram construídos 2 produtos técnicos, correspondentes aos objetivos específicos (*iv e v*), que pertencem ao item 1.5.2 deste estudo.

(i) Um infográfico - Que apresenta as informações sobre o perfil da violência contra adolescentes no município de Belém – Pará, Brasil, no período de 2011 a 2020.

(ii) Uma Cartilha – Demonstrando os dados de violência intra/extrafamiliar na adolescência no município de Belém – Pará, Brasil.



## CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

### 2.1. Artigo Científico 1 \*

\* Será submetido na revista humanidades e inovação (Qualis B2)

#### ARTIGO 1

#### **Violência Intrafamiliar na Adolescência: um estudo a partir das ocorrências registradas em Belém, Pará, Brasil**

#### **Intrafamily Violence in Adolescence: A study based on the occurrences recorded in Belém, Pará, Brasil**

##### **Bruna Thaiza Silva Nascimento**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [thayza.nascimento17@gmail.com](mailto:thayza.nascimento17@gmail.com)

##### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estatística (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É graduado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [ramosedson@gmail.com](mailto:ramosedson@gmail.com)

##### **Katiane da Costa Cunha**

Professora Pós-Doutora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutorado e Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre em Desenvolvimento e Meio Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA). É graduada em Fisioterapia (UEPA). E-mail: [katianecunha@ufpa.br](mailto:katianecunha@ufpa.br)

#### **Resumo**

**Importância:** O contexto familiar tem a função de garantir a proteção, contribuindo para o desenvolvimento saudável na infância e adolescência, entretanto, também pode desempenhar risco, como em situações de agressão. **Objetivo:** Caracterizar a violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém – Pará, baseada no local de ocorrência, no período de 2011-2020. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa exploratória, sendo usados os dados extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública, fornecidos pela Secretaria de Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, no período entre 2011 e 2020. Esse banco de dados foi analisado por meio estatística descritiva, apresentado em gráficos e tabelas. **Resultados:** Os resultados demonstraram que os crimes contra a dignidade sexual, lesão corporal e ameaça são as agressões mais frequentes na adolescência, com maiores quantidades de ocorrências nos anos de 2012 e 2014. No que se referem às vítimas, estas são sexo feminino, com idade de 13, 15, 16 e 17 anos e possuindo o ensino fundamental e médio incompleto. Já em relação aos agressores, o padrasto, companheiro e pai são os principais autores de agressão na residência da vítima. **Conclusão:** Com isso, percebe-

se que a violência ocorrida nos lares das vítimas pode estar relacionada com os fatores sociais e convivência familiar, pois são praticadas por membros com vínculo consanguíneos e por demais sujeitos do contexto.

**Palavras-Chave:** Adolescentes; agressões; residência da vítima.

## Abstract

**Importance:** The family context has the function of guaranteeing protection, contributing to the healthy development in childhood and adolescence, however, it can also play a risk, such as in situations of aggression. **Objective:** To evaluate intrafamily violence against adolescents in the city of Belém – Pará, based on the place of occurrence, in the period 2011-2020. **Materials and methods:** This is a research with a quantitative exploratory approach, using data extracted from the Integrated Public Security System, provided by the Assistant Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis, in the period between 2011 and 2020. This database was analyzed using descriptive statistics, presented in graphs and tables. **Results:** The results showed that crimes against sexual dignity, bodily harm and threats are the most frequent attacks in adolescence, with the highest number of occurrences in the years 2012 and 2014. With regard to victims, the ages that stand out the most they are 13, 15, 16 and 17 years old, female and have incomplete primary and secondary education. As for the aggressors, the stepfather, partner and father are the main perpetrators of aggression in the victim's home. **Conclusion:** With this, it is clear that the violence that occurred in the homes of victims may be related to social factors and family life, as they are practiced by members with blood ties and other subjects in the context

**Keywords:** Teenagers; aggressions; victim's residence.

## 1. Introdução

A violência intrafamiliar contra adolescentes é estudada a partir das relações familiares e da exposição a agressões no contexto doméstico, em quais as vítimas por vezes não se reconhecem diante dessa situação (MAGALHÃES, 2017). Muitos estudos buscam investigar a exposição à violência intrafamiliar nas residências (PLATT *et al.*, 2020), assim como relacionadas aos fatores de risco e proteção (ANTUNES, 2020).

Outras pesquisas buscam compreender as ações violentas associadas à saúde mental dos adolescentes (BARROS; FREITAS, 2015; REIS *et al.*, 2018), e também destacando a importância da assistência social diante do enfrentamento dos casos de violência (MELO *et al.*, 2017). Desse modo, as agressões ocorridas no âmbito familiar são consideradas como uma violação dos direitos, pois se configura como um problema de saúde pública (MOTA *et al.*, 2018).

A violência intrafamiliar é considerada de difícil revelação, pois ocorre dentro das residências (PLATT *et al.*, 2021). As crianças e adolescentes são vítimas potenciais, pois encontram-se em uma fase peculiar de desenvolvimento, e necessitam de proteção integral (TRINDADE; HOHENDORFF, 2020). A proteção está associada à defesa dos direitos na infância e adolescência, podendo ser indicada no Art. 17 pelo direito ao respeito, ou seja, garantindo a inviolabilidade da integridade física (BRASIL, 1990). Um estudo realizado no estado de Santa Catarina objetivou investigar a proteção na infância e adolescência, por meio da análise das notificações compulsórias de agressões interpessoais/autoprovocadas, utilizando os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação no ano de 2020. Foi constatado que dos 295 municípios pertencentes ao estado, 136 destes fizeram 1.851 notificações, das quais 57,90% são de agressão física, seguido de 47,50% de psicológica, na faixa etária entre 15 e 19 anos (PLATT *et al.*, 2021).

A ocorrência de agressão no ambiente doméstico parece estar relacionada ao uso de substâncias psicoativas, pois o uso de bebida alcoólica e cigarro podem reverberar em ações violentas na família (ANTUNES *et al.*, 2020). Com isso, é visto a importância da identificação dos fatores de proteção e de risco na infância e adolescência, em razão de que os atos violentos não são unilaterais, ou seja, podem estar associados tanto ao contexto familiar, quanto ao escolar (MAIA, 2017; RIBEIRO; LEITE, 2018).

Um estudo realizado em Belém, Pará, Brasil investigou a exposição de adolescentes e jovens à violência no âmbito familiar por meio da aplicação de entrevista com cinco estudantes de escolas públicas, na faixa etária entre 16 e 19 anos. Os principais resultados demonstraram a presença dos seguintes fatores de risco: ocorrência de abusos físicos e psicológicos recorrentes na adolescência. Por outro lado, observou-se também que apesar da exposição a ações violentas, as vítimas por vezes possuem uma percepção positiva dos membros familiares (MAIA, 2017).

Desse modo, notou-se que a concepção otimista dos adolescentes se refere ao valor da construção da subjetividade na infância e adolescência, tendo em vista as funções de cada membro para propor o bem-estar a esses indivíduos (MAIA, 2017). Nesse sentido, para oferecer isto e o desenvolvimento saudável entende-se a necessidade de oferta de serviços especializados diante de situações de violência no âmbito doméstico, a fim de minimizar as precariedades sociais (RIBEIRO; LEITE, 2018).

Esses serviços especializados estão associados ao atendimento psicossocial de crianças e adolescentes, que incluem: (i) acolhimento, (ii) visita domiciliar e (iii) atendimento na

instituição. O acolhimento é o primeiro contato com os membros do lar, com a intenção de escutar as queixas e orientá-los sobre os seus direitos. A visita domiciliar configura-se pelo conhecimento das condições sociais e econômicas da família. Já no atendimento na instituição é feita a descrição da vulnerabilidade para possíveis encaminhamentos para a rede de proteção à criança e ao adolescente e atuar no enfrentamento de situações de violência (MACEDO; CONCEICAO, 2017).

O Art. 4º define formas de violência, como: (i) física; (ii) psicológica e (iii) sexual. A física é entendida como a ação cometida contra crianças e adolescentes, que interfira na saúde corporal ou integridade, causando sofrimento. A agressão psicológica se configura pelas condutas de discriminação, constrangimento, desrespeito, isolamento, que comprometa a trajetória de desenvolvimento psíquico/emocional. A sexual é caracterizada pela conduta de praticar ou testemunhar conjunção carnal ou ato libidinoso, sendo também pela exposição do corpo de crianças e adolescentes em materiais pornográficos, como vídeos, fotos, ou meio eletrônico (BRASIL, 2017).

Desse modo, a violência sexual pode ser definida pelo abuso, exploração comercial e tráfico de pessoas, com finalidades sexuais (BRASIL, 2017). Além disso, também indica que crianças e adolescentes devem ser resguardados de qualquer forma de negligência (BRASIL, 2017). A negligência está associada ao compromisso familiar em cuidar de crianças e adolescentes, podendo oferecer um desenvolvimento saudável (MATA *et al.*, 2017).

Entende-se que a caracterização da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é considerada fragmentada, justamente pelas ocorrências no âmbito doméstico serem silenciadas (SOUZA *et al.*, 2020). Portanto, as ocorrências nesse ambiente acontecem independente de classe, religião, raça ou cultura (SOUZA *et al.*, 2020).

Nesse sentido, afirma-se que os vitimizados no âmbito doméstico comumente possui medo de que o agressor seja punido, em razão de que esta seja violentada novamente. Devido a isso, por vezes surgem sentimentos de culpa. Com isso torna-se difícil a identificação de agressões no contexto familiar (IBIAPINA *et al.*, 2014).

Um estudo realizado no estado do Pará objetivou analisar as informações de 206 processos de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes, no período entre 2012 e 2014. Observou-se que 48,10 % dos acusados pertenciam ao contexto intrafamiliar, sendo que 100% dos casos as agressões aconteceram em locais privados, ou seja, na residência da vítima/acusado (COSTA *et al.*, 2018).

O comportamento violento dos indivíduos na sociedade é reproduzido nas relações familiares, podendo causar efeitos nas vítimas ou testemunhas da agressão. Os traumas se configuram por vezes pela incapacidade de lidar com as emoções vivenciadas no contexto de risco de violência doméstica, sendo indicados pelos efeitos psíquicos, como: (i) incapacidade de aprender, (ii) dificuldade em manter relações interpessoais e (iii) humor depressivo e infeliz (REIS *et al.*, 2018).

Desse modo, as agressões são prejudiciais ao desenvolvimento saudável dos adolescentes, sendo visto como um problema social que pode ocorrer de diferentes formas na adolescência (REIS *et al.*, 2018). O município de Belém ocupou a 30ª posição com maiores índice de vulnerabilidade juvenil à violência, com uma taxa de 0,49 por 100 mil habitantes no ano de 2015 (BRASIL, 2017). Por isso, este estudo objetivou caracterizar a violência intrafamiliar contra adolescentes, no município de Belém, Pará, Brasil.

## **2. Materiais e métodos**

Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva, quantitativa realizada no município de Belém, Pará, Brasil. Este município apresenta uma população estimada em 1.499.641 habitantes, com 121.284 adolescentes, na faixa etária de 15 a 19 anos, no ano de 2020 (IBGE, 2020; BELEM, 2020).

Os dados desta pesquisa foram extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) disponibilizados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC). As informações de violência contra adolescentes foram solicitadas a SIAC mediante ofício e fornecidas via e-mail.

No banco de dados foram utilizados somente os registros de ações violentas ocorridas na residência da vítima, resultando em 3.803 denúncias de violência contra adolescentes. Nos registros de agressões no ambiente doméstico/intrafamiliar, considerou-se as seguintes variáveis: (i) tipo de violência: contra a dignidade sexual, lesão corporal, ameaça, maus-tratos; violência moral, exposição a conflitos familiares, vias de fato, homicídio, roubo, abandono, suicídio, entre outros (ii) faixa etária da vítima; (iii) dia da semana: domingo, segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado (iv) ano do fato: 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 e (v) turno do fato: madrugada, manhã, tarde e noite.

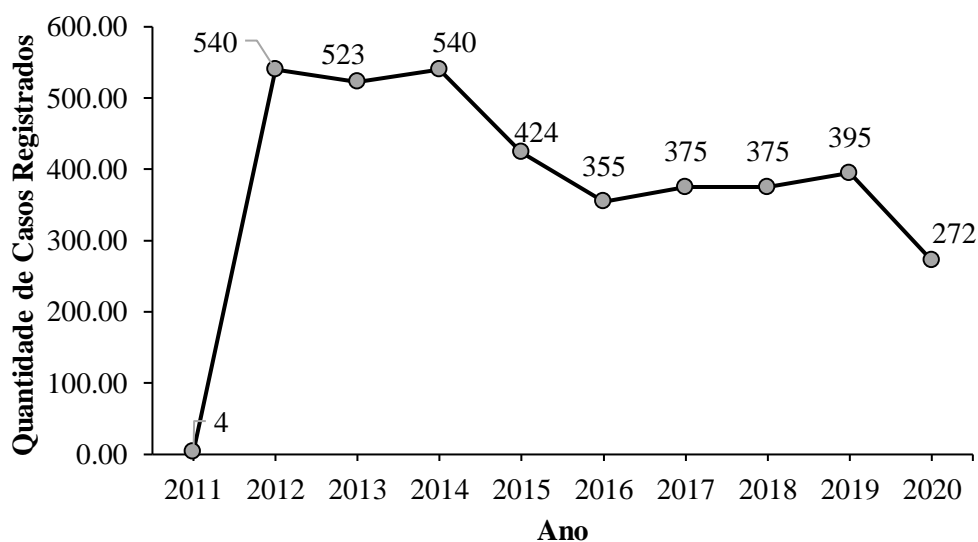
O programa usado para analisar as informações foi o Microsoft Excel, versão 2019, mediante o uso da tabela dinâmica. No processo de análise do banco de dados, utilizou-se a estatística exploratória, que possibilitou a apresentação das informações por meio de gráficos

e tabelas. As tabelas permitem uma melhor visualização dos dados numéricos, que são expostos em colunas e linhas, enquanto os gráficos foram usados para relacionar variáveis ou confirmar hipóteses por meio do uso de ferramentas estatísticas (BUSSAB; MORETIN, 2017).

### 3.Resultados e Discussão

A Figura 1 mostra a quantidade de casos de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, por ano do fato, no período entre 2011 e 2020. Observou-se 3.803 casos de agressão ocorridos na residência sendo os anos de 2012 (540), 2013 (523) e a 2014 (540) os de maior quantidade denúncias.

**Figura 1.** Quantidade de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por ano do fato, no período de 2011 a 2020.



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

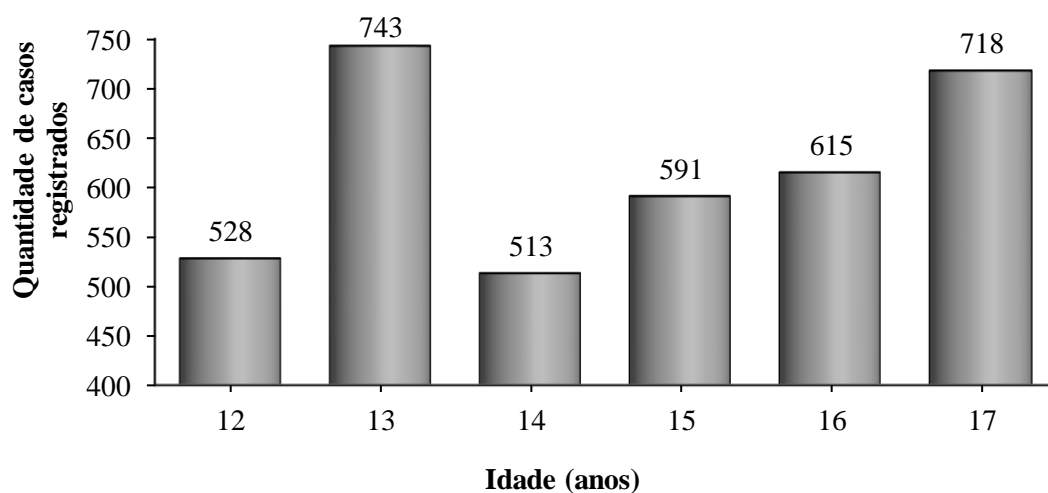
A Figura 1 mostra que entre os anos 2015 a 2020 houve um decréscimo na quantidade de casos registrados de violência no âmbito doméstico. Um estudo feito em Minas Gerais analisou 74 processos judiciais de violência contra crianças e adolescentes, de natureza sexual, no período de 2002 a 2016. Foi observado que 87,50% referiam-se aos casos de agressão sexual (MIRANDA; BARRETO, 2019).

A diminuição dos registros de denúncias de agressão intrafamiliar contra adolescentes em Belém pode estar associada ao Plano Nacional em defesa do direito da criança e do adolescente, no ano de 2000. Este plano é direcionado a violência sexual, porém continha

eixos estratégicos, entre estes a prevenção direcionada à educação, como ações preventivas para o fortalecimento da autodefesa de crianças e adolescentes (BRASIL, 2008).

A Figura 2 apresenta a quantidade de casos de violência intrafamiliar contra adolescentes registrados no município de Belém, Pará, Brasil, por faixa etária da vítima, no período entre 2011 e 2020. Os dados indicam que as idades de 13 e 17 anos são as que mais se destacam, pois apresentam 20,04% e 19,36% dos casos, respectivamente. Notou-se também que as faixas etárias de 12 e 14 anos apresentam as menores frequências, com 14,24% e 13,83% das ocorrências, respectivamente.

**Figura 2.** Quantidade de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por faixa etária da vítima, no período de 2011 a 2020.



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Em uma pesquisa feita com estudantes brasileiros, com idade de 13 a 17 anos, no ano de 2015, foi constatado que de 10.926 adolescentes, 13,30% relataram terem sido agredidos por adulto da família. Verificou-se também que 5,70% das vítimas sofreram pelo menos uma vez violência intrafamiliar (ANTUNES, 2020).

A vulnerabilidade à violência na adolescência pode ser justificada pela qualidade de vida no contexto familiar, pois a ausência desta torna-se prejudicial à saúde mental aos indivíduos. A saúde mental é condicionada pelos fatores psicológicos, biológicos e sociais, sendo exemplificada pelo baixo nível de escolaridade, pobreza, violação dos direitos humanos (SOUZA *et al.*, 2019).

A Tabela 1 mostra os tipos de agressão no ambiente familiar, foi verificado que 43,68% referem-se às ações contra dignidade sexual, seguida de lesão corporal (23,90%) e de ameaça (9,93%). Um estudo feito em Florianópolis, município do estado de Santa Catarina, investigou as agressões ocorridas no ambiente domiciliar de crianças e adolescentes, no ano de 2002, usando as denúncias registradas na 6ª Delegacia de Proteção à Mulher e ao Adolescente. Verificou-se o total de 832 casos, sendo que 21,2 % das ocorrências correspondiam a violência física contra adolescentes, seguido de 18,2% casos de agressão psicológica (SOUZA *et al.*, 2020).

**Tabela 1.** Percentual de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém e sexo das vítimas, no período de 2011 a 2020.

<b>Variável</b>	<b>Categoria</b>	<b>Percentual</b>
<b>Violência</b>	Contra a dignidade sexual	43,68
	Lesão corporal	23,90
	Ameaça	9,93
	Maus tratos	3,93
	Violência moral	3,56
	Exposição a conflitos familiares	3,06
	Vias de fato	2,19
	Tentativa de crimes	1,24
	Homicídio	1,11
	Roubo	1,08
	Perturbação da tranquilidade	1,00
	Violência doméstica	0,92
	Outros*	4,38
<b>Sexo</b>	Feminino	80,66
	Masculino	19,34

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Nota: (\*) Abandono, suicídio, negligência, constrangimento ilegal, dentre outros.

A elevada denúncia de agressão física pode ser justificada pela visibilidade de marcas corporais nas vítimas, e assim, sendo possível a identificação desses casos na adolescência (MARTINS, 2009). Já a violência contra a dignidade sexual, não são “circunscrito a uma determinada classe social, condição econômica, formação escolar, religiosa, orientação sexual”, ou seja, esse ato violento é praticado de várias formas, como mediante o abuso, a exploração comercial, pornografia infantil via internet e pelo tráfico de pessoas com fins sexuais (LIRIO, 2013, p.26).

Na Tabela 1 também foi verificado 3,06 % casos de exposição a conflitos familiares, enquanto 0,42% das denúncias não se tinham informação sobre o tipo de violência. Os conflitos interparentais são prejudiciais, pois crianças e adolescentes expostos por vezes necessitam de proteção social e intervenção psicológica (LOURENÇO *et al.*, 2011).

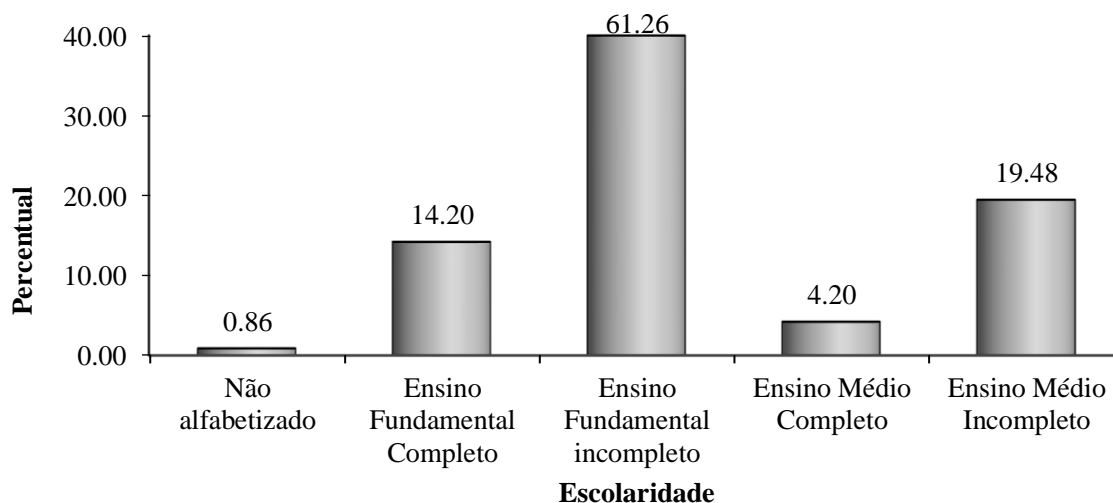


(LOURENÇO et al., 2011). Nesse sentido, a relação conflituosa entre os pais reverbera negativamente nos filhos (TERRES-TRINDADE; MOSMANN, 2016). Com isso, os efeitos podem ser indicados pelos problemas emocionais, sintomas de hiperatividade, problemas de conduta e relações com os pares na infância e adolescência (SOUZA; CREPALDI, 2018).

Foi observado também o sexo dos adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, em quais 80,41% são do sexo feminino, enquanto 19,27% do masculino, sendo que em 0,32% dos casos não se tinha informação quanto ao sexo da vítima (Tabela 1). Uma pesquisa realizada na Comarca de Viçosa, estado de Minas Gerais analisou setenta e quatro processos judiciais, constatando que 87,50% são do sexo feminino, sendo que em todos estavam na faixa etária entre 10 a 15 anos (MIRANDA; BARRETO, 2019).

A frequência de vítimas do sexo feminino pode ser justificada pelos fatores culturais, como situações de opressão e dominação, em quais ocorre a replicação dessas situações no contexto familiar, afetando principalmente os mais vulneráveis (MALTA *et al.*, 2019). Além disso, também pode estar associada a frequência de violência sexual nas residências das vítimas, sendo resultante das desigualdades de geração e de gênero (PINTO-JUNIOR *et al.*, 2015).

**Figura 3.** Percentual de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, por escolaridade, no período de 2011 a 2020.



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Na Figura 3 observa-se a escolaridade das vítimas de violência intrafamiliar, no período de 2011 a 2020, foi observado que 61,26% dos adolescentes possuíam o ensino fundamental incompleto, 14,20% o fundamental completo, enquanto 0,86% não são alfabetizados. Além disso, notou-se que 19,48% das vítimas tinham o ensino médio

incompleto e 4,20% concluíram este ensino. Foi verificado também em 38,71% dos casos não constava informação sobre a escolaridade da vítima.

Uma pesquisa realizada no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, demonstrou que dos 210 prontuários investigados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 32,40% das vítimas possuíam o ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e 24,7% o fundamental II, ou seja, do 5º ao 9º ano (PINTO-JUNIOR *et al.*, 2015). A baixa escolaridade das vítimas é justificada por ser um fator de risco, pois pode está associado às características sociodemográficas na infância e adolescência (ANTUNES, 2020).

**Tabela 2.** Percentual de casos registrados de violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, por agressor, no período de 2011 a 2020.

Variável	Categoria	Percentual
Agressor	Padrasto	23,11
	Companheiro	15,41
	Pai	13,31
	Tio	12,32
	Vizinho	10,08
	Primo	4,90
	Amigo	4,90
	Avô	2,80
	Cunhado	1,82
	Irmão	1,54
	Ex-companheiro	1,26
	Ex-padrasto	0,98
	Parentesco por afinidade	0,98
	Madrasta	0,70
	Companheiro (a)*2	0,56
	Mãe	0,56
	Tio (a)*2	0,56
	Vizinho (a)*2	0,56
	Conhecido	0,56
	Professor	0,42
	Padrinho	0,42
	Colega da escola	0,28
	Marido da tia	0,28
	Pastor	0,28
	Treinador de Futebol	0,28
	Bisavô	0,14
	Companheira	0,14
	Conhecida	0,14
	Ex-cunhado	0,14
	Ex-marido da tia	0,14
	Padrasto e entiado	0,14

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

**Nota:** \*1 - Sobrinho do pai e vizinha\*2 – Não tinha informação sobre o sexo do agressor.

A Tabela 2 mostra à identificação dos agressores, notou-se que em 23,11% das denúncias é o padrasto, seguido de 15,41% companheiro e 13,31% o pai. Foi verificado também em 81,20% dos casos não continha informação sobre o vínculo do agressor com a vítima. Um estudo feito em Belém, Pará, Brasil, em 2017, com 658 adolescentes/jovens constatou que em 64,10% a mãe foi a principal agressora, seguido do pai em 19,87% dos casos. Diante disso, a violência perpetrada pelos pais pode ser justificada pela existência de risco no contexto, como: estresse ou prática de punição física (MAIA, 2017).

Foi observado também que em 97,34% dos casos, o agressor é do sexo masculino, ou seja, sendo os homens principais autores da violência no ambiente doméstico (Tabela 2). Um estudo realizado em Florianópolis, estado de Santa Catarina notou 832 denúncias de violência intrafamiliar, sendo que entre as crianças em 19,40% o pai/padrasto são os principais agressores, seguido de 16,60% dos casos em que o avô é o agressor (SOUZA *et al.*, 2020). O sexo masculino como principal autor de agressões no contexto doméstico pode ser justificado pela reação impulsiva dos homens. Esta é compreendida pelo padrão da masculinidade, sendo permeada pela ausência de emoções em conflitos familiares (EINHARDT; SAMPAIO, 2020).

#### **4. Conclusão**

Este estudo contribuiu para caracterizar a violência intrafamiliar cometida contra adolescentes em Belém, Pará, Brasil, demonstrando a configuração desta no período de 2011 a 2020, sendo possível concluir que neste município a maioria dos delitos cometidos na residência é o crime contra a dignidade sexual, sendo cometido majoritariamente por homens, como: padrasto, companheiro e pai. Entretanto, notou-se a ausência de várias informações quanto o vínculo com a vítima no banco de dados analisado.

Essa dificuldade na análise dos dados pode ser vista como uma limitação desta pesquisa, portanto, torna-se relevante a realização de mais estudos sobre a temática, com a intenção de investigar as características dos autores de violência intrafamiliar e os fatores associados a esta. Esses fatores são compreendidos pelo uso de substância química, de álcool, drogas. Com a intenção de compreender a exposição a vulnerabilidade aos riscos, mas também à violência na infância e adolescência.

Outra limitação se refere à falta de dados da escolaridade dos adolescentes. Torna-se importante compreender aspectos relacionados ao perfil das vítimas nas ações violentas ocorridas na adolescência. Nesse sentido sugere-se pesquisas futuras que demonstrem

aspectos associados às vítimas, a fim de fornecer uma percepção ampliada do contexto de agressão intrafamiliar.

## 5. Referências bibliográficas

ANTUNES, Juliana Teixeira; MACHADO, Ísis Eloah; MALTA, Deborah Carvalho. Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-13, 2020.

BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias**, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 102-114, dez. 2015. Disponibilidade em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. 1990.

BRASIL. Lei Nº. 13.431, de 4 de abril de 2017. **Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Comitê Nacional de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente. **O processo de revisão do plano nacional- Relatório de acompanhamento 2007-2008**. Brasília.2008.

BUSSAB, Wilton Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 9.ed., São Paulo: Editora Saraiva. 2017.

COSTA, Lucilene Paiva da; ROCHA, Carlos Joaquim Barbosa da; CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves. Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. **Temas em Psicologia**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 283-295, 2018.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 138, p. 359-378, ago. 2020.

IBIAPINA, Aricelma Costa. Violencia sexual infantojuvenil intrafamiliar. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 06, n. 11, p. 285-301, jan./jun. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residentes nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020**, 2020. Disponibilidade em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: out. de 2021.

LIRIO, Flavio Corsini. Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém-PA. 2013. 231 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013.

LOURENÇO, Lélío Moura; SALGADO, Fellipe Soares; AMARAL, Ana Carolina; GOMES, Suzana Fajardo Leal; SENRA, Luciana Xavier. O Impacto do Testemunho da Violência Interparental em Crianças: uma breve pesquisa bibliométrica e bibliográfica. **Revista Institucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 104-111, jan./jun. 2011.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de; GOMES, Nadirlene Pereira; MOTA, Rosana Santos; CAMPOS, Luana Moura; CAMARGO, Climene Laura de; ANDRADE, Selma Regina de. Violência intrafamiliar: Vivências e percepções de adolescentes. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 1-7. 2017.

MAIA, Rosely Cardoso. Risco e proteção à violência intrafamiliar nas trajetórias desenvolvimentais de adolescentes e jovens. 2017. 172 f. Dissertação – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos conselhos tutelares e programas de atendimento em município do sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 315-334, dez. 2009.

MELO, Rosana Alves de; SOUZA, Sinara de Lima; BEZERRA, Cristiane Souza. Cuidados de enfermagem à criança e adolescente em violência doméstica na visão de graduandos de enfermagem. **Avances En Enfermería**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 293-302, 1 set. 2017.

MIURA, Paula Orchiucci; SILVA, Ana Caroline dos Santos; PEDROSA, Maria Marques Marinho Peronico; COSTA, Marianne Lemos; NOBRE FILHO, José Nilson. Violência doméstica ou intrafamiliar: análise dos termos. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 30, p. 1-13, 13 dez. 2018.

MIRANDA, Antônio; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos. Violência sexual intrafamiliar na Comarca de Viçosa: caracterização de vítimas, agressores e tratamento jurídico. **Revista de Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-29, jun. 2019.

MOTA, Rosana Santos; GOMES, Nadirlene Pereira; ESTRELA, Fernanda Matheus; SILVA, Melissa Almeida; SANTANA, Jéssica Damasceno de; CAMPOS, Luana Moura; CORDEIRO, Kátia Cordélia Cunha. Prevalência e fatores associados à vivência de violência intrafamiliar por adolescentes escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 71, n. 3, p. 1022-1029, maio 2018.

PLATT, Vanessa Borges; GUEDERT, Jucélia Maria; COELHO, Elza Berger Salema. Violência contra crianças e adolescentes: Notificações e Alerta em Tempos de Pandemia. **Revista Paulista de Pediatria**, [S.L.], v. 39, p. 1-7, 2021.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 124-131, jun. 2015.

REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina Gonçalves; PARRA, Cláudia Regina. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.Pt**, São Paulo, p. 1-20, out. 2018.

RIBEIRO, Leila Maria Amaral; LEITE, Ligia Maria Costa. Violência doméstica, infância e rede de apoio. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 646-659, set. 2018.

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

TERRES-TRINDADE, Michele; MOSMANN, Clarisse Pereira. Conflitos Familiares e Práticas Educativas Parentais como Preditores de Dependência de Internet. **Psico-USf**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 623-633, dez. 2016.

TRINDADE, Adalberto de Araújo; HOHENDORFF, Jean. Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes. **Caderno Saúde Pública**, v. 36, n. 10, p. 1-11, out. 2020.

SOUZA, Patrícia Alves de; FRANCESCHI, Jarbas; ROS, Marco Aurpelio da. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um ano de investigação na delegacia de proteção à mulher de Florianópolis-sc. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 10, p. 1-14, 23 set. 2020.

SOUZA, Joseane de; CREPALDI, Maria Aparecida. Problemas emocionais e comportamentais nas crianças: associação entre funcionamento familiar, coparentalidade e relação conjugal. **Acta Colombiana de Psicología**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 69-106, 2019.

## 2.2. Artigo Científico 2\*

\* Será submetido na revista *humanidades e inovação* (Qualis B2)

### ARTIGO 2

#### Violência Extrafamiliar contra adolescentes em Belém, Pará, Brasil

##### Extra-family violence against adolescents in Belém, Pará, Brasil

#### **Bruna Thaiza Silva Nascimento**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [thayza.nascimento17@gmail.com](mailto:thayza.nascimento17@gmail.com)

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estatística (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É graduado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [ramosedson@gmail.com](mailto:ramosedson@gmail.com)

#### **Katiane da Costa Cunha**

Professora Pós-Doutora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutorado e Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre em Desenvolvimento e Meio Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA). É graduada em Fisioterapia (UEPA). E-mail: [katianecunha@ufpa.br](mailto:katianecunha@ufpa.br)

### Resumo

**Importância:** A violência extrafamiliar torna-se ampla, pois é demonstrada pelas ações violentas no contexto comunitário, podendo ser nos bairros ou instituições. **Objetivo:** caracterizar a violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém – Pará – Brasil. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo de abordagem quantitativo e descritivo, com informações extraídas do Sistema Integrado de Segurança Pública, no período entre 2016 e 2020. Este foi tratado pela análise exploratória de dados. **Resultados:** Os resultados indicaram maior registro de casos no ano de 2019, sendo delitos de roubo e lesão corporal, em via pública e estabelecimentos de ensino. Também notou-se que as agressões mais frequentes são nos bairros Guamá e Jurunas, nos dias de terça e quarta-feira. **Conclusão:** Diante disso, percebe-se que os delitos urbanos tornam-se diferenciados, pois os adolescentes estão expostos a múltiplas formas de violência, tanto nos bairros, como em instituições de ensino. Em ambos os casos há necessidade de construção de ações públicas de combate/prevenção dessas ações violentas.

**Palavras-Chave:** Segurança Pública; Ações Violentas; Agressões.

### Abstract

**Importance:** The community context becomes relevant for the development of adolescents, as it contributes to the construction of their identity and the psychosocial growth of these subjects. **Objective:** to investigate extra-family violence against adolescents in the municipality of Belém - Pará. **Materials and methods:** This is a quantitative and descriptive study, with information extracted from the Integrated Public Security System, in the period between 2016 and 2020. This was treated by exploratory data analysis. **Results:** The results indicated a higher number of cases in the year 2019, being crimes of robbery and bodily harm, on public roads and in educational establishments. It was also noted that the most frequent aggressions are in the neighborhoods of Guamá and Jurunas, on Tuesdays and Wednesdays. **Conclusion:** In view of this, it is clear that urban crimes become differentiated, as adolescents are exposed to multiple forms of violence, both in neighborhoods and in educational institutions. In both cases, there is a need to build public actions to combat/prevent these violent actions.

**Key words:** Adolescence; community; institutions.

## 1. Introdução

A violência extrafamiliar/comunitária se configura por ações no contexto urbano, demonstrada pela prática de assaltos com o uso de armas (UNICEF, 2020). Um estudo feito no Brasil investigou o perfil das vítimas de agressões interpessoais e autoprovocadas com armas de fogo, do período de 2011 a 2017 por meio da coleta de dados no Sistema de Informação de Agravo de Notificação. Notou-se 30.103 registros na adolescência, sendo 74,70% das vítimas do sexo masculino e 56% de cor da pele preta e parda (PINTO *et al.*, 2020).

Para o enfrentamento da violência na adolescência é indicado a importância da prática intersetorial do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), sendo normatizado pela Lei N° 13.431, de 4 de abril de 2017, com a finalidade de atender vítimas ou testemunhas de agressões (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, a Resolução N° 113, de 19 de abril, de 2006, dispõe sobre o fortalecimento do SGCA, por meio da criação de três eixos estratégicos: (i) defesa; (ii) promoção e (iii) efetivação dos direitos (CONANDA, 2006). A defesa se configura pela garantia do acesso a justiça, com fins de proteção legal, enquanto a promoção é caracterizada pelos serviços de atendimento e programas direcionados a saúde, segurança, educação, entre outras. Já o eixo efetivação dos direitos está vinculado à construção de políticas públicas exercidas pela sociedade civil (GALVAO *et al.*, 2020).

Diante disso, a sociedade possui o papel de resguardar crianças e adolescentes de toda forma de discriminação, exploração, abuso, opressão, violência (BRASIL, 2017). Contudo, as



práticas violentas podem ser notadas pelo descuido do próprio Estado em oferecer condições aos sujeitos em situação de vulnerabilidade, e assim, sendo negligente com os cidadãos (SILVA; ANDRADE, 2019).

Nesse sentido, a violência extrafamiliar também se configura pelas agressões na comunidade, podendo ocorrer em instituições (COELHO *et al.*, 2014). Um estudo, realizado na cidade de João Pessoa, Paraíba, teve o objetivo de investigar a violência institucional e as implicações na subjetividade dos adolescentes por meio da aplicação de questionário e entrevista com quatro adolescentes que cumpriam medida socioeducativa. Os resultados indicaram que estes já sofreram agressão física e/ou psicológica, abuso de poder e tortura, causando sentimento de desvalorização de si e medo nas vítimas (AZEVEDO *et al.*, 2017).

Outra forma de agressão extrafamiliar são os atos ocorridos nas escolas, posto que os adolescentes podem ser vítimas de preconceito, ofensas e outras formas de violação dos direitos (COLAÇO *et al.*, 2021). Uma pesquisa feita em Belém, Pará, Brasil teve o objetivo de identificar os conflitos nas instituições de ensino. Notou-se múltiplas formas de agressão, sendo notadas pelo insulto, piadas relacionadas à sexualidade e religião dos estudantes. Com isso, resultando em preconceito e discriminação nesse ambiente (RODRIGUES, 2020).

As agressões em instituições podem ocorrer também pelo autoritarismo, praticadas pelo próprio Estado, ou seja, por órgãos que devem garantir e respeitar os direitos humanos (CEDECA, 2017). Uma pesquisa realizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, investigou os direitos humanos na adolescência, no ano de 2017. Os dados foram coletados com 15 participantes de um projeto social desenvolvido na região, em quais observou-se que as ofensas e constrangimento dos alunos, por vezes, são usadas como forma de disciplinar (SEVERO *et al.*, 2021).

Outro estudo feito em 25 capitais brasileiras investigou os fatores associados a agressões no contexto comunitário, no ano de 2011. Para isso, se utilizou os dados de violência atendida em serviço de urgência e emergência nas capitais. Os resultados indicaram que de 1.894 casos 65,50% das situações ocorreram em via pública, sendo usada em 34,80% arma de fogo, atingindo em 39,50% a cabeça/pescoço (MELO; GARCIA, 2017).

Portanto, a identificação das agressões nas instituições e nos bairros torna-se fundamental para a construção de estratégias de proteção às vítimas (UNICEF, 2020). Nesse sentido, este estudo possuiu o objetivo de caracterizar a violência extrafamiliar contra adolescentes ocorridas no município de Belém, Pará, Brasil.

## 2. Materiais e Métodos

Este estudo é quantitativo, de natureza documental e descritiva (GIL, 2017), em que se analisou informações sobre a violência contra adolescentes ocorridas no município de Belém, Pará, Brasil registradas entre os anos de 2016 e 2020, inseridos no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). O banco de dados foi obtido por meio de ofício e enviado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) via e-mail (APÊNDICE A).

A população de adolescentes em Belém no ano de 2020 é estimada em aproximadamente 114.729 habitantes na faixa etária entre 10 e 14 anos, e de 121.284 indivíduos entre 15 e 19 anos de idade (BELEM, 2020). A partir das informações de violência contra adolescentes ocorridas neste município o presente estudo analisou apenas os registros de violência no ambiente extrafamiliar, excluindo-se situações de agressões no lar/residência da vítima.

Nas denúncias analisadas, foram consideradas as seguintes variáveis: (i) ano do fato: 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, (ii) tipo de delito: lesão corporal, vias de fato, homicídio, negligência, importunação ao pudor, ameaça, roubo, maus-tratos, apropriação indébita, abandono, exposição a conflitos familiares, crime contra a dignidade sexual, violência moral, constrangimento ilegal, latrocínio, rufianismo, subtração de incapaz, suspeito de estupro e tentativa de crimes, (iii) local de ocorrência: via pública, estabelecimento de ensino, transporte, edifício público, via internet, reformatório, casa comercial, café, bar, restaurante, hospital, hotel, casa de tolerância, prédio, terreno baldio, arena, parque e loja.

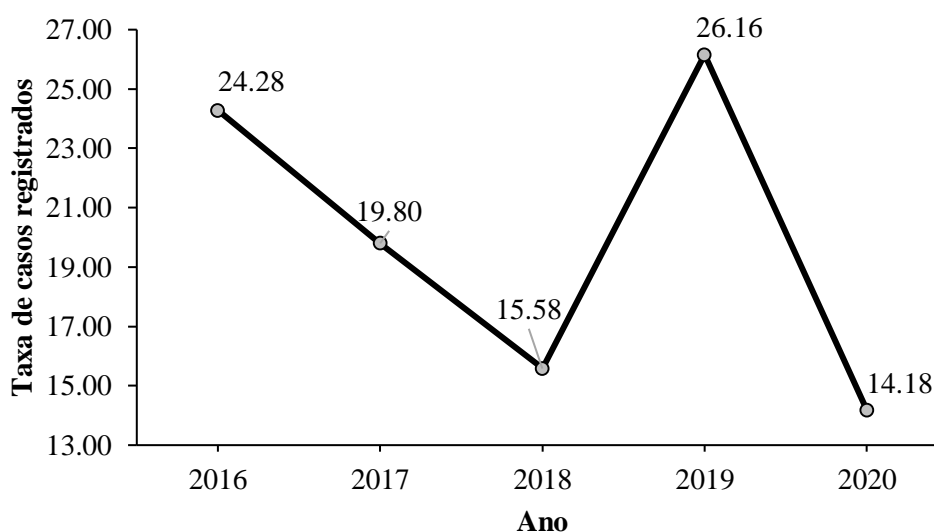
Também foi analisado o (iv) bairro de ocorrência do fato: Guamá, Jurunas, Marco, Pedreira, Mangueirão, Parque Verde, Marambaia, Cabanagem, Coqueiro, São Brás, Tapanã, Benguí, Nazaré, Sacramento, Terra Firme, Batista Campos, Telégrafo, dentre outros e (v) dia da semana: domingo, segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado.

Essas informações foram tratadas mediante o uso de planilha Microsoft Excel, versão 2019. Com os dados contidos na planilha, utilizou-se a estatística descritiva, que permitiu a organização e demonstração dos resultados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Também, calculou-se a taxa de casos de violência contra adolescentes, sendo obtida a partir da divisão da frequência de denúncias pelo total de registros nos últimos 5 anos.

### 3. Resultados e Discussão

Na Figura 1 observa-se as taxas de violência extrafamiliar contra adolescentes ocorridas no município de Belém, Pará, Brasil, de 2016 a 2020. Verificou-se 2.722 denúncias, com um aumento de 24,28 casos no ano de 2016. Além disso, observou-se que de 2017 a 2018 houve uma diminuição das taxas de violência comunitária contra adolescentes, variando entre 19,80 e 15,58. Um estudo feito no Brasil investigou as ações violentas ocorridas na comunidade, no período entre 2016 e 2020, revelando 29.512 casos de mortes violentas intencionais e possuindo vítimas na faixa etária de 15 a 19 anos de idade (UNICEF; FBSP, 2021). A alta mortalidade pode está associada aos fatores socioeconômicos, pois a baixa renda dos pais/responsáveis pode influenciar no aumento de vítimas na adolescência, aumentando a possibilidade do envolvimento destes em crimes (SILVA *et al.*, 2020; CARVALHO *et al.*, 2018).

**Figura 1.** Taxa de casos registrados de violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020.



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2022).

Na Tabela 1 se tem os tipos de delitos cometidos contra adolescentes no período de 2016 a 2020, demonstrando maior frequência de roubo e lesão corporal. O roubo corresponde a 64,27% dos casos somente no ano de 2019, enquanto a lesão corporal a 25,71% no ano de 2018. Também notou-se que 2,56% dos registros não continham informações sobre o tipo de violência praticada.

**Tabela 1:** Percentual de casos registrados no âmbito da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por tipos de delitos.

Tipo de delito	2016	2017	2018	2019	2020
	%	%	%	%	%
Roubo		32,65	25,94	64,27	51,82
Lesão corporal	38,93	21,08	25,71	11,72	17,71
Contra a dignidade sexual	23,82	11,38	14,39	7,20	13,80
Ameaça	8,85	10,45	7,08	4,24	3,65
Homicídio	8,70	8,77	6,84	1,98	2,08
Violência moral	8,85	3,92	5,90	3,11	2,08
Vias de fato	3,97	4,48	3,07	2,26	1,82
Tentativas de crimes	1,83	1,87	3,54	0,99	2,34
Negligência	1,53	0,56	0,94	1,13	2,34
Constrangimento ilegal	0,15	0,93	0,24	0,14	0,52
Maus-tratos	1,22	0,56	0,94	0,71	0,00
Outros*	0,31	3,36	5,42	2,26	1,82

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2022).

\*Crimes de apropriação indébita, conflitos familiares, abandono, latrocínio, dentre outros.

Uma pesquisa feita em Belém indicou os crimes ocorridos neste município no ano de 2015, demonstrando 178.915 registros dos quais 58.711 referem-se a roubos, seguidos de 40.732 de furtos (BELEM, 2020). A disseminação de atos violentos na cidade pode ser explicada pela teoria econômica, pois esta indica que a desigualdade de renda social contribui para o aumento da criminalidade (RESENDE; ANDRADE, 2011).

Verifica-se também que há fatores que influenciam no crescimento de crimes, como: o custo de execução, custo moral, o benefício esperado e a possibilidade de punição, pois estes podem favorecer a exposição à violência nas áreas urbanas. Para se ter a diminuição desses crimes há necessidade de considerar a educação como uma forma de política pública no enfrentamento desse cenário violento (BECKER; KASSOUF, 2017, p.219).

Diante disso, as políticas sociais tornam-se essenciais no combate à violência contra adolescentes, pois o incentivo do poder público nos bairros e escolas pode influenciar na formação moral e ética dos cidadãos. A formação dos cidadãos está associada à cooperação do Estado, com a escola e membros familiares, com a finalidade de promover o desenvolvimento educacional e social de crianças e adolescentes (ASTA *et al.*, 2021).

Na Tabela 2 observa-se o local de ocorrência da violência extrafamiliar contra adolescentes, entre 2016 a 2020. Foi verificado que 76,54% dos registros são em via pública no ano de 2019, e 10,58% em instituições de ensino em 2017. Notou-se também que em 0,11% das situações não se tinha informação sobre o local de ocorrência.

**Tabela 2:** Percentual de casos registrados no âmbito da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por local de ocorrência do delito.

Local de Ocorrência	2016	2017	2018	2019	2020
	%	%	%	%	%
Via pública	76,25	69,94	63,18	76,54	70,98
Instituições de ensino	5,45	10,58	8,79	5,62	1,55
Edifício público	5,30	4,64	3,33	1,97	4,92
Transporte	1,97	2,78	3,33	5,20	2,33
Casa comercial	1,82	2,23	2,85	0,84	2,33
Internet	0,91	1,67	3,56	1,54	2,07
Penitenciária, reformatório	1,97	1,30	3,80	1,12	1,55
Café, bar, restaurante	0,76	0,56	1,43	0,98	1,04
Hospital	1,06	0,19	0,95	0,42	1,30
Casa de Tolerância	0,15	0,00	0,48	0,14	0,52
Hotel, pensão	0,15	0,00	0,48	0,14	0,52
Outros*	4,24	6,12	7,84	5,48	10,88

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2022). Nota: (\*) terreno baldio, arena, dentre outros.

Uma pesquisa feita nas Unidades Federativas indicou 34.918 mortes violentas intencionais (MVI) de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade, possuindo 46% das situações em vias públicas. Os acontecimentos na rua podem estar associados à pandemia da Covid-19, considerando que se teve um aumento do percentual de mortes violentas em instituições e via públicas (UNICEF; FBSP, 2021).

Um estudo realizado em Belém, Pará, Brasil, com 430 alunos de duas instituições públicas constatou que 37,60% dos alunos já tiveram envolvimento direto com a prática do *Bullying* (RODRIGUES; RAMOS, 2021). As ações violentas nesse espaço estão associadas a dois fatores: violência cometida pelo próprio Estado e casos de opressão entre os sujeitos (PICOLLI *et al.*, 2019).

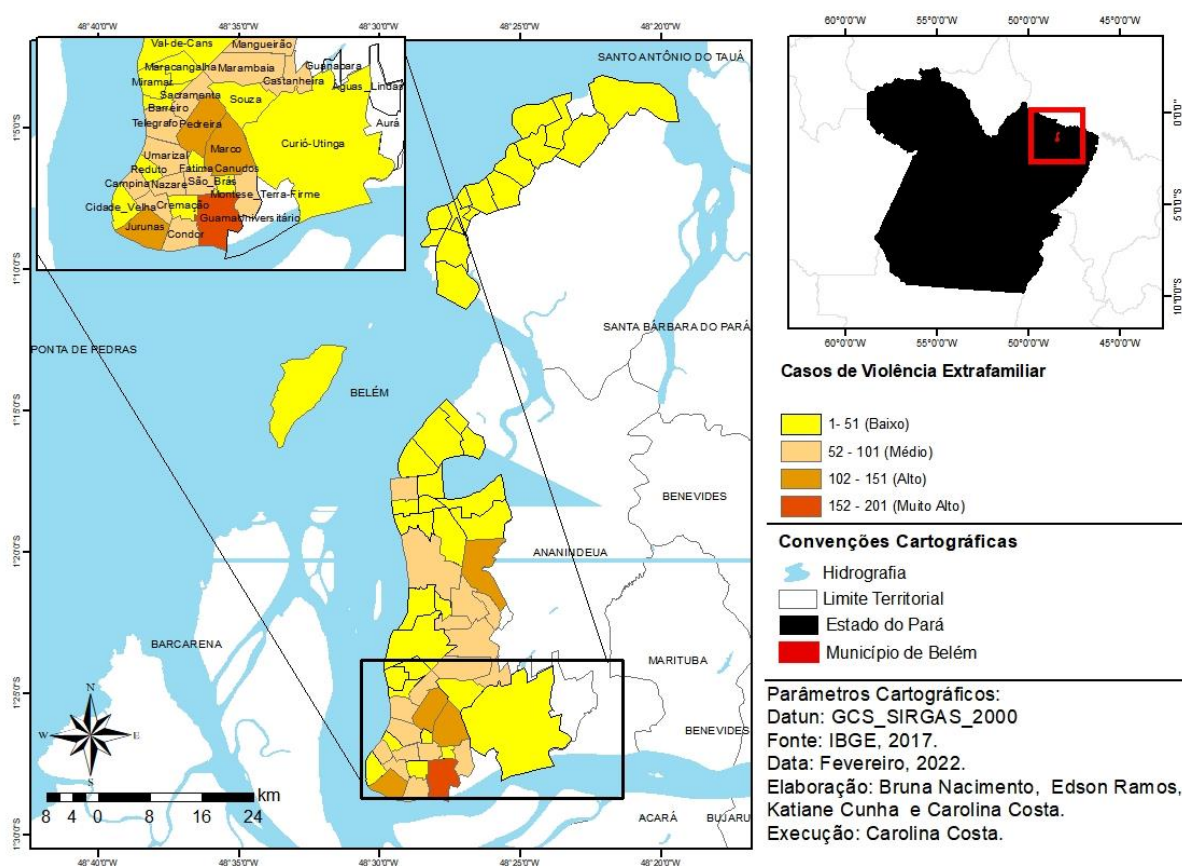
Além disso, se considera como violência escolar os comportamentos agressivos, conflitos entre sujeitos, discriminação, entre outros. Um estudo feito com 678 adolescentes de escolas públicas municipais de Campo Grande, Paraíba, analisou as agressões cometidas nas instituições. Verificou-se que 86,30% dos estudantes reportaram ocorrência, sendo que 79,70% das vítimas são do sexo feminino e sofreram agressão psicológica. Já os meninos, em 65,40% dos casos foram vítimas de violência física (MARCOLINO *et al.*, 2019).

Na Figura 2 observa-se a frequência dos casos de violência extrafamiliar contra adolescentes em Belém, demonstrando quantitativos de agressões nos bairros: Guamá (201), Jurunas (142), Marco (124), Pedreira (117), Coqueiro (105), Marambaia (88), Tapanã (88),

São Brás (82), Benguí (81), Terra Firme (79), Mangueirão (78), Sacramento (77), Nazaré (74), Telégrafo (73), Parque Verde (72), Batista Campos (68), Cabanagem (68), Campina (64), Castanheira (64), Condor (58), Umarizal (58), Cruzeiro (55), Cremação (51), Tenoné (46), entre outros.

O número de ocorrências de violência no Guamá pode estar associado à quantidade de indivíduos, aproximadamente 94.610 habitantes, ou seja, sendo considerado o bairro mais populoso de Belém (IBGE, 2010). Por outro lado, os altos registros pode ser resultado do aumento da agressão física e crimes entre os indivíduos nesse espaço (COSTA; CARDOSO, 2019)

**Figura 2.** Distribuição de casos de violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por bairro de ocorrência do delito.



Um estudo realizado em Belém, Pará, Brasil indicou o número total de registros de ocorrências policiais associadas com a criminalidade violenta, por bairros, no ano de 2018, constatou 6.302 denúncias no marco, seguido de 5.675 casos no Guamá (ARAÚJO *et al.*, 2021). A violência urbana na Cidade de Belém pode ser justificada pela concentração de grupos criminosos, sobretudo nos bairros periféricos. Neles, esses grupos possuem condutas

agressivas, sendo demonstrado pelos grupos armados, entre os quais por vezes se tem o envolvimento de adolescente/jovens com o tráfico de drogas (COUTO, 2018).

O envolvimento com drogas pode causar efeitos diferentes, pois muitas vezes está associada à personalidade do adolescente, ou seja, também há influência de fatores socioculturais. Por outro lado, o tráfico dessas substâncias pode favorecer ações violentas entre compradores e vendedores, bem como o roubo de dinheiro (MINAYO; DESLANDES, 1998).

Outra pesquisa feita na cidade de Belém, Pará, Brasil, do período de 2013 a 2015 investigou a distribuição de homicídios ocorridos nos bairros. Para isso, se usou os dados estatísticos disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Os resultados demonstraram valores superiores a 75 homicídios por 100 mil habitantes nos bairros barreiro, sacramenta, pratinha e Tapanã (CORREA; LOBO, 2019).

A Tabela 3 demonstra o número de registros de violência extrafamiliar por dias da semana no município de Belém, de 2016 a 2020. Notou-se quarta e terça com maiores percentuais de denúncias, sendo que na quarta se sobressaiu 17,62% casos no ano de 2020, enquanto na terça feira 16,24% de ocorrências, em 2019.

**Tabela 3:** Percentual de casos registrados no âmbito da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2016 a 2020, por dia da semana de ocorrência do delito.

Dias da Semana	2016	2017	2018	2019	2020
	%	%	%	%	%
Domingo	10,39	12,62	14,39	12,11	16,32
Segunda	13,23	17,44	15,80	15,53	13,73
Terça	13,54	16,14	15,09	16,24	15,54
Quarta	16,22	12,80	16,04	16,38	17,62
Quinta	15,59	17,63	16,27	13,68	10,36
Sexta	18,58	13,17	14,39	16,38	11,14
Sábado	12,44	10,20	8,02	9,69	15,28

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2022).

Uma pesquisa feita em 25 capitais brasileiras e no Distrito Federal, no ano de 2011, constatou que 1.894 adolescentes/jovens vítimas de violência, entre os quais 55,30% dos registros tiveram ocorrência entre os dias de segunda a sexta feira (MELO; GARCIA, 2017). A frequência de violência durante a semana pode estar associada a situações de risco na família e comunidade, como: convivência conflituosa entre os membros e consumo de bebidas alcoólicas, entre outros fatores (MARQUES *et al.*, 2020).

#### 4. Conclusão

Esta pesquisa contribuiu para caracterizar a violência extrafamiliar na adolescência no município de Belém, Pará, Brasil, indicando o perfil dessas ações no período de 2016 a 2020. Diante disso, se concluiu que a maioria dos crimes contra adolescentes são de roubos em via pública. Este estudo também demonstrou que os atos violentos extrafamiliares ocorrem na comunidade, bem como em órgãos/ instituições que deveriam garantir proteção às crianças e adolescentes.

Uma das limitações dessa pesquisa foi o banco de dados, pois não possuía informações sobre as vítimas. Esses dados são de suma importância para caracterizar o contexto e as possíveis implicações na trajetória de desenvolvimento dos adolescentes. Devido a isto, sugerem-se pesquisas futuras que busquem investigar os sentimentos/comportamento de vítimas de violência na comunidade, como: insegurança ao em via pública, insegurança nas escolas, de proteção nas escolas, sensações de medo em frequentar locais públicos. Essas informações são relevantes para os efeitos da violência na subjetividade dos adolescentes.

Outra proposta de trabalhos futuros é caracterizar os tipos de violência vivenciados por adolescentes nas escolas, mediante aplicação de questionários nessas instituições. Com isso, se poderá verificar o comportamento, como: discriminação, preconceito, exclusão social tanto nesse ambiente, como nos bairros da comunidade. A investigação dos comportamentos dos adolescentes, assim como as ações cometida contra estes se torna fundamental para compreensão da violência extrafamiliar, pois permite entender a realidade das vítimas. A partir disso, se poderá construir políticas de enfrentamento e garantindo proteção integral na adolescência.

#### 5. Referências

ANDRADE, Alice Barone de; AZEREDO, Catarina Machado; PERES, Maria Fernanda Tourinho. Exposição à violência comunitária e familiar e autoavaliação de saúde na população brasileira. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, n. 23, p. 1-14. 2020.

ARAÚJO, Isis Kelma Figueiredo de; LIMA, Fernando Alberto Souza; SILVA, Jorge Luiz Aragão; SILVA, Ricardo Andre Biloia da; CHAVES, Andrea Bittencourt Pires; GOMES, Marcus Alan de Melo; CHAGAS, Clay Anderson Nunes . Percepções sobre a violência no bairro do Benguí, Belém, Pará, Brasil, por agentes territoriais de Segurança Pública e Defesa Social. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2021.

ASTA, Renata Aparecida Dall; PAVAN, Karla Eduarda Modena; SILVA, Jocelino Tramontin da. “Educação e criminalidade”: a educação como forma de influência e estancamento à



criminalidade entre jovens no brasil. **Políticas Públicas, Educação e Diversidade: uma compreensão científica do real - Volume 2**, [S.L.], p. 172-188, 2021.

AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Adolescência e Ato Infracional: violência institucional e subjetividade em foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 579-594, jul./set. 2017.

BARBIERI, Bianca da Cruz; SANTOS, Naiara Ester dos; AVELINO, Wagner Feitosa. Violência escolar: uma percepção social. *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 7, 02 mar. 2021.

BECKER, Kalinca Léia; KASSOUF, Ana Lúcia. Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 215-242, abr. 2017.

BELÉM. SEGEP. Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão. **Indicadores relacionados a criança e ao adolescente**. Belém, 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/indicadores-relacionados-a-crianca-e-ao-adolescente/>. Acesso em: julho de 2021.

BRASIL, Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. **Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017.

CARVALHO, Francisco Leal; ANNA, Karolyni Lesley Diniz Sant; SCARIOT, Maiara Flores; CURADO, Mariana Oliveira; MACORIN, Rafaela Altoé; DACROCE, Pedro Paulo de Queiroz. Fatores associado a mortalidade em adolescentes. **Caderno de Publicações Univag**, [S.L.], n. 09, p. 39-45, 9 dez. 2018.

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. **Manual para vítimas de violência institucional: o que fazer quando o Estado viola seus direitos?**. Rio de Janeiro. 2017. Disponibilidade em: <http://www.defensoria.es.def.br/site/wp-content/uploads/2016/10/Manual-para-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%Aancia-institucional.pdf>. Acesso em 05 jan. 2022.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grudtner da; LINDNER, Sheila Rubia. Violência: Definições e tipologias. **Rev, Programa Atenção a Homens e Mulheres em situação de violência por parceiros íntimos**. - UFSC. 32P. 2014.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; QUIXADÁ, Luciana Martins; MENEZES, Jaileila de Araújo; CAVALCANTE, Ana Jéssica de Lima; SOUSA, Raquel Nascimento. Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 474-493, maio/ago. 2021.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução Nº. 113, de 19 de abril de 2006. **Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

CORREA, Rosália do Socorro da Silva; LOBO, Marco Aurélio Arbage. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/ vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 11, p. 1-17, 2019.

COSTA, Edimar Marcelo Coelho; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Representação social da violência na periferia de Belém: a reconstrução de um olhar. **Novos Cadernos Naea**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 159-182, 10 abr. 2019.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana/. **Geografares**, [S. l.], n. 27, p. 85–102, 2018.

FIORINI, Vanessa Russi; BOECKEL, Mariana Gonçalves. Violência Interpessoal e suas Repercussões na Saúde em um Hospital de Pronto-Socorro. **Psico-USF**, v. 1, n. 26, p. 129-140, jan./mar. 2021.

GALVÃO, Ana Carolina; MORAIS, Janaína Barbosa de; SANTOS, Nilmar. Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas?. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 138, p. 263-282, ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed., São Paulo: Atlas, 2017.

MARCOLINO, Emanuella de Castro; SILVA, Cícera Renata Diniz Vieira; DIAS, Joseana de Almeida; MEDEIROS, Suzana Pereira Cardoso de; CAVALCANTI, Alessandro Leite; CLEMENTINO, Francisco de Sales; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. Violência escolar entre adolescentes: prevalência e fatores associados a vítimas e agressores. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 23, p. 1-8, jan. 2019.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite de; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 1-6, 2020.

MELO, Alice Cristina Medeiros; GARCIA, Leila Posenato. Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1333-1341, abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 35-42, jan. 1998.

PICCOLI, Luiza Machado; LENA, Marisangela Spolaôr; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em porto alegre, rs. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 174-185. 2019.

PINTO, Isabella Vitral; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; SANTOS, Ana Pereira dos; BEVILACQUA, Paula; LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira; PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura; MALTA, Deborah Carvalho. Adolescências feridas: Retrato das violências com arma de fogo notificadas no brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 02, n. 23, p. 1-13, fev. 2020.

RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 173-195, mar. 2011.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. Intolerância Racial e discriminação religiosa em espaço escolar na ilha de Mosqueiro, Belém-PA. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 15, p. 227-239, jul. 2020.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos, TEIXEIRA, Alex Niche, and RUSSO, Mauricio, orgs. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SEVERO, Franciéli Katiúça Teixeira da Cruz; GIONGO, Carmem Regina; MOURA, Elina Perez Gonçalves de. Educação em Direitos Humanos na Perspectiva de Adolescentes Participantes de um Projeto Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 1-14, 2021.

SILVA, Flávio Joni Duarte; ANDRADE, Maria Clara de Mello. A violência institucional contra crianças, adolescentes e suas famílias: contexto histórico e perspectivas para a psicologia brasileira. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2, p. 132-137, abr. 2020.

SILVA, Vinícius Mauat da; TEICHMANN, Pedro do Valle; SCANLON, Thomas; SANTOS, José Vicente Tavares dos; GOLDANI, Marcelo Zubaran. A mortalidade entre adolescentes egressos do sistema penal. **Ciência e Saúde Coletiva**, Porto Alegre, v. 10, n. 25, p. 3703-3711. 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Comunidade escolar na resposta às violências**. 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância; FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da Violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021.

### 2.3. Artigo Científico 3 \*

## Elementos Caracterizadores da violência contra adolescentes no município de Belém – Pará

\*Publicado no livro Segurança Pública: desenvolvimentos em ensino, pesquisa e extensão

### **Bruna Thaiza Silva Nascimento**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [thayza.nascimento17@gmail.com](mailto:thayza.nascimento17@gmail.com)

### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estatística (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É graduado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [ramosedson@gmail.com](mailto:ramosedson@gmail.com)

### **Katiane da Costa Cunha**

Professora Doutora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutorado e Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre em Desenvolvimento e Meio Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA). É graduada em Fisioterapia (UEPA). E-mail: [Katianecunha@ufpa.br](mailto:Katianecunha@ufpa.br)

## RESUMO

**Importância do estudo:** A violência é considerada multicausal, pois está associada a diferentes situações vivenciadas na adolescência, podendo ser identificada mediante à fatores econômicos e sociais. No entanto, também se apresenta vinculado aos crimes cometidos contra os jovens, que resultam no aumento da insegurança nas cidades, na mudança de comportamento em locais públicos e na sensação de medo nos bairros. **Objetivo:** Demonstrar o perfil da violência contra adolescentes no município de Belém-Pará, no período de 2011-2020. **Materiais e métodos:** Esta pesquisa possuiu caráter quantitativo, exploratório e descritivo, sendo baseada em fontes de dados oficiais, disponibilizadas pela Secretaria de Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, no recorte temporal de 2011 a 2020, que foram analisadas por meio da estatística descritiva e apresentadas mediante a tabelas e gráficos. **Resultados:** Nos resultados notou-se que lesão corporal, roubo e crime contra a dignidade sexual são as formas de violência na adolescência mais frequentes, sendo que as maiores ocorrências são nos turnos da manhã e tarde, nos dias de segunda e quarta-feira, sendo causado pelo ódio ou vingança e como principais agressores o padrasto ou companheiro. Já em relação as vítimas, o sexo feminino é o mais incidente, possuindo o ensino fundamental incompleto e que quanto maior a idade, de 12 a 17 anos, maior é a taxa de ter sido vítima de

violência. **Conclusão:** Com base nos resultados, percebe-se que a violência no município de Belém assume muitas facetas, pois se caracteriza tanto pelas agressões intrafamiliares, quanto comunitária - expressas pelas situações de roubo e homicídios.

**Palavras-Chave:** Adolescência; Lesão corporal; Crime contra a dignidade sexual.

## 1. INTRODUÇÃO

A violência contra adolescentes é considerada multidimensional, pois pode ocorrer a reprodução das ações no contexto social (ALVES *et al.*, 2021). Por outro lado, também está associada as situações de vulnerabilidade econômica, social, pois estas influenciam na exposição a atos violentos (MOREIRA; SOUSA, 2012).

A vulnerabilidade econômica corresponde as condições precárias no âmbito familiar, enquanto que social se configura pelas características específicas das vítimas, como acesso à escola e aos espaços de cultura. (MOREIRA; SOUSA, 2012). Os atos violentos podem ser expressados diferentes formas: (i) autoinfligida- relacionado aos casos de agressão contra si, como: suicídio/automutilação; (ii) interpessoal – corresponde as situações ocorrida no âmbito familiar ou pelo companheiro; (iii) comunitária – caracterizada pela ocorrência entre conhecidos/desconhecidos (MOREIRA *et al.*, 2018). Além disso, se tem também a violência coletiva, notada nos âmbitos econômicos, políticos e macrossociais (MINAYO, 2006).

A agressão coletiva corresponde aos atos violentos cometidos por grupos de indivíduos ou pelo Estado, estando vinculado aspectos econômico, sociais e políticos (KRUG *et al.*, 2002). Com isso, se destaca que tanto a violência individual quanto a coletiva são prejudiciais, pois afetam a saúde dos sujeitos, resultando em traumas psicológicos e físicos e diminuindo a qualidade de vida destes (MINAYO *et al.*, 2018).

Já em relação a natureza das ações violentas, se destaca que podem ser: sexual, física, psicológica e negligência contra crianças, ocorrendo no ambiente doméstico e nos bairros. Contudo, nos bairros a agressão física é mais identificada entre adolescentes/jovens (KRUG *et al.*, 2002). Nesse sentido, é destacado que essa agressão de manifesta tanto pelo ato de agredir, como bater e matar, ou seja, também se configura pelas mortes violentas intencionais na infância e adolescência (MOREIRA *et al.*, 2018).

Nesta perspectiva, em 2019 no Brasil se teve 4.971 denúncias de mortes violentas intencionais, possuindo como vítimas crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, sendo que 91, 40% possuíam idade de 15 a 19 anos, seguido de 4,80% dos indivíduos de 10 a 14 anos.

Desse modo, demonstrando que as maiores incidências dos casos se encontram na etapa da adolescência (FBSP, 2020).

Mostrou-se também a taxa de homicídios entre adolescentes de 10 a 19 anos, residentes no município de Belém, do período de 2012 a 2017, por distrito, indicando que houve aumento da taxa de 68,10 para 170,3 de homicídios dessa população por 100 mil habitantes (BELÉM, 2020). Nesse sentido, torna-se relevante identificar os tipos de violência mais notificadas na adolescência, em razão de que isso possibilita maior visibilidade sobre o problema, podendo interromper as atitudes violentas cometida contra adolescentes (MORAIS *et al.*, 2016). Assim, o objetivo do estudo é demonstrar o perfil da violência contra adolescentes no município de Belém-Pará, no período de 2011-2020.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

As ações violentas contra adolescentes são exercidas em diferentes espaços, como: casa, rua, escolas, festas, sendo cometida por vizinhos, pais, familiares, colegas, sendo manifestadas pela agressão, sexual, física e psicológicas e verbal (MOREIRA *et al.*, 2018). A violência sexual pode ser impulsionada pela desigualdade de gênero, pois permeia-se pela construção cultural, baseado na subordinação e discriminação as vítimas (SILVA, 2015; MARQUES *et al.*, 2020).

Nesta perspectiva, a vitimização sexual afeta o desenvolvimento saudável dos adolescentes, resultando em transtornos biopsicossociais (FONTES *et al.*, 2017). Além disso, esse tipo de ação violenta se configura pela Lei N° 12.015 de 2009, como crime contra a dignidade e liberdade sexual, sendo expresso mediante a situações como: estupro, assédio e exploração e tráfico de sujeitos para fins sexuais (BRASIL, 2009).

Em relação a agressão física, se destaca que um em cada sete estudantes já sofreu essa forma de violência, tanto no ambiente familiar, quanto nas escolas. A ocorrência desses eventos pode estar associada com o autoritarismo/opressão nas relações, baixa escolaridade da mãe e dificuldade na construção de vínculos afetivos dos adolescência (MALTA *et al.*, 2019).

Notou-se também que as situações de violência física podem estar associadas a outras formas de agressão, como o caso da verbal ou psicológica, podendo ser vistos em conflitos conjugais (BRASIL, 2018). Os conflitos presenciados influenciam no comportamento e nas relações dos adolescentes, pois dependendo do tipo de evento e do tempo de duração se pode desenvolver atitudes agressivas ou antissociais nestes sujeitos (KOCH *et al.*, 2020).

Ademais, como uma das formas de violência urbana se tem o homicídio de adolescentes brasileiros (SILVA *et al.*, 2018). Com isso, a vitimização desses indivíduos está associada ao contexto social, demonstrando que “as mortes de juventudes indesejáveis não se dão apenas por seu extermínio propriamente dito, mas também por meio de suas invisibilizações sociais, pelas visibilidades estigmatizantes”, ou seja, percebe-se que os principais afetados são os adolescentes/jovens pobres, negros e de periferia, nos quais se tem a precariedade de políticas públicas para atender esses indivíduos (BARROS *et al.*, 2017, p. 1057).

Contudo, o homicídio também se configura como uma expressão da violência coletiva, que afeta os grupos mais vulneráveis, sendo dividido em categorias como: (i) latrocínio; (ii) feminicídio; (iii) crime passional. O latrocínio é definido pela ação de roubar, seguido de morte, por vezes considerada como extorsão violenta (SOUZA *et al.*, 2020). O feminicídio se caracteriza por um conjunto de situações, expressas no ambiente doméstico e comunitário, mostrada pelas mortes causadas por espancamento, abuso sexual, tortura, entre outros atos (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Já o crime passional possui como causa a paixão doentia pela vítima, muitas vezes demonstrada pela conduta do parceiro, em quais estes são possessivos e ciumentos. Com isso, podem ter atitudes agressivas, resultando em violência física, ameaça e morte (SOUZA *et al.*, 2020).

### **3. Materiais e Métodos**

#### **3.1 Natureza da Pesquisa**

Trata-se de um estudo de natureza exploratória, quantitativa e descritiva, de caráter aplicado. Este caráter pode ser caracterizado por interesses locais, mediante a formulação de problemas e aplicação prática (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Já a pesquisa quantitativa tem como aspecto central a objetividade, sendo associada a descrição do fenômeno (MINAYO, 2001).

#### **3.2 Lócus**

O contexto desta pesquisa é o município de Belém, Pará, Brasil. A Lei Nº 7.603, de 1993, indica que este município é formado por oito regiões administrativas: Mosqueiro; Entroncamento; Sacramento; Outeiro; Belém; Icoaraci; Guamá e Benguí (BRASIL, 1993). No mais, possui uma extensão territorial de 1.059,466 km<sup>2</sup>, com população estimada em 2020 de 1.499.641 habitantes (IBGE, 2020).

### 3.3 Fonte de Dados

As informações usadas neste estudo sobre a violência contra adolescentes ocorridas no município de Belém-Pará, no período de 2011 a 2020 se referem aos dados de 12.137 Boletins de Ocorrência Policial (BOP), fornecidos pela Secretaria de Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), que foram extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

### 3.3 Procedimento de Coleta

Para caracterizar a violência contra adolescentes, foram utilizadas as variáveis: (i) ano do fato: 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020; (ii) dia da semana do fato: domingo, segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado; (iii) mês: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro; (iv) nível de escolaridade da vítima: não alfabetizada; fundamental incompleto; fundamental completo; fundamental completo, médio incompleto; médio completo; (v) Tipo de violência: lesão corporal, roubo, crime contra a dignidade sexual, ameaça, homicídio, moral; (vi) local de ocorrência: residência particular, estabelecimento de ensino, via pública, entre outros; (vii) faixa etária da vítima: 12, 13, 14, 15, 16 e 17; (viii) causa presumível: ambição, ciúmes, ódio ou vingança, entre outras; (ix) sexo da vítima: masculino, feminino; (x) turno do fato: manhã, tarde, noite, madrugada.

### 3.3 Análise de Dados

No procedimento de análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva. Essa estatística é definida como um conjunto de técnicas, que se apropriam da sistematização, tabulação, análise, de apresentação dos resultados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Desse modo, tornou-se possível verificar as características mais incidentes nos adolescentes que foram vítimas de violência.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1 observa-se que se tem 12.137 registros de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, sendo que em 2011 houve 1.846 denúncias, e em 2011 uma redução dessas ocorrências. Foi instituída a redução dos casos de violência na adolescência mediante a implantação do Programa de enfrentamento de homicídios, no período de 2017 a 2020 (UNICEF, 2020).

Esse Programa possuiu estratégias direcionadas a assistência social, educação, saúde, segurança pública, mas também a cultura como uma das principais formas de enfrentamento

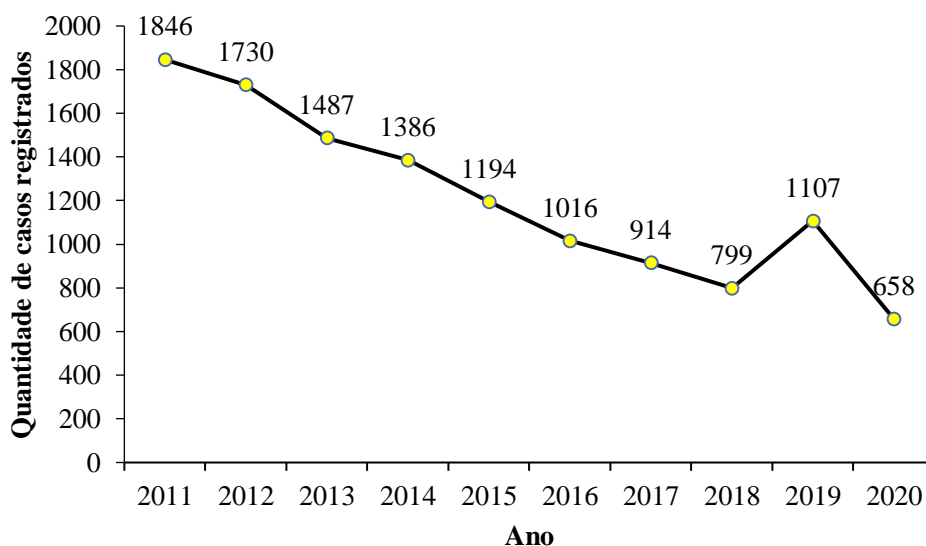


por meio da inserção de projetos para crianças e adolescentes vítimas de vulnerabilidade. Os projetos são caracterizados pela construção de instrumentos musicais, montagem de peças teatrais. Essas ações foram direcionadas a 1.822 adolescentes e 1.826 crianças (UNICEF, 2020).

Além disso, em comparação com 2019, verificou-se uma diminuição de 449 casos em 2020. (Figura 1). A diminuição de denúncias no Brasil possui relação com a adoção de medidas mais restritivas no período de isolamento social como o fechamento das instituições de ensino e o aumento do convívio familiar. O aumento deste é considerado um efeito indireto da COVID-19, que influenciou no desenvolvimento e na saúde dos estudantes, haja vista que dificultou a atuação da rede de proteção e consequentemente a denúncias de violência contra adolescentes (BRASIL, 2020).

A rede de proteção é identificada como uma forma de enfrentamento dos casos de violência, nas quais a instituição escolar atua diante da denúncia desses casos. Contudo, essa rede caracteriza-se também pela mobilização de órgãos, como a polícia militar, civil e instituições, que podem intervir virtualmente por meio de boletins de ocorrência ou assistência psicológica (MARCOLINO *et al.*, 2021).

**Figura 1.** Quantidade de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por ano do fato, no período de 2011 a 2020.



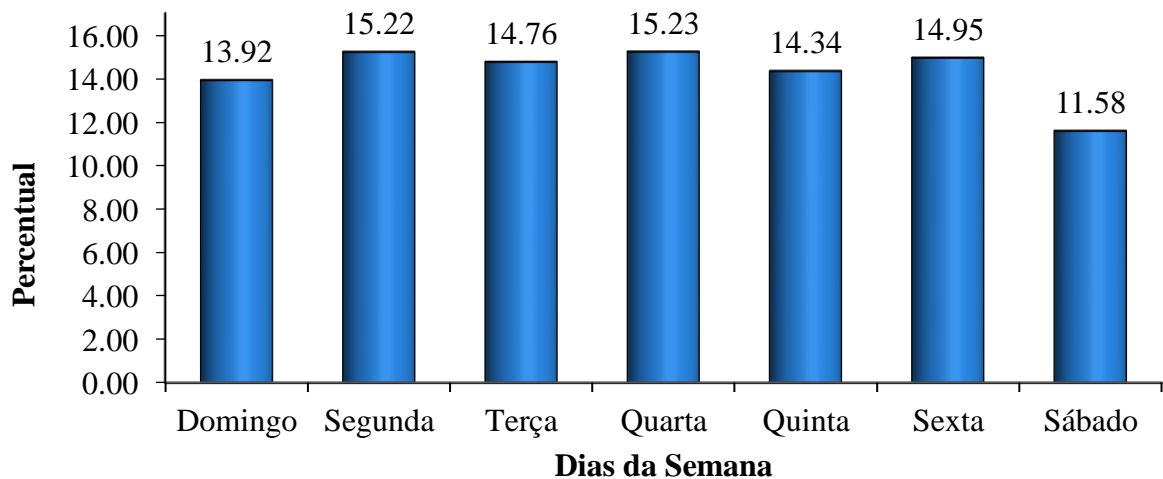
**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Observa-se que houve variação de 14,34% a 15,23% das denúncias de violência de segunda a sexta no município de Belém, sendo que 15,23% dos casos corresponde a quarta feira, enquanto que 14,34% a quinta. Foi verificado também que no sábado se refere ao menor

percentual de registros, com 11,58% (Figura 2). Uma pesquisa realizada no ano de 2011 em 24 capitais brasileiras e no Distrito Federal, exceto nas capitais do estado de São Paulo (São Paulo) e Amazonas (Manaus), utilizou o banco de dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde e constatou que 55,30% das ocorrências foram realizadas de segunda a sexta e 44,70% dos registros referem-se as denúncias do sábado ou domingo (MELO; GARCIA, 2017).

A existência dessas violências é considerada como um fenômeno multicausal, pois é vinculada ao comportamento dos indivíduos, mas também a desigualdades sociais (MALTA et al., 2010). Desse modo, é compreendida como violência estrutural, pois “incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento”, ou seja, indicando como fator de risco na adolescência (MINAYO, 2001, p. 93). No mais, essa forma de violência está vinculada as condições estruturais do capitalismo, pautado na violação dos direitos, posto que influencia na trajetória de desenvolvimento das vítimas (CALAZANS *et al.*, 2020).

**Figura 2.** Percentual de casos de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, por dia da semana de ocorrência do fato, no período de 2011 a 2020.



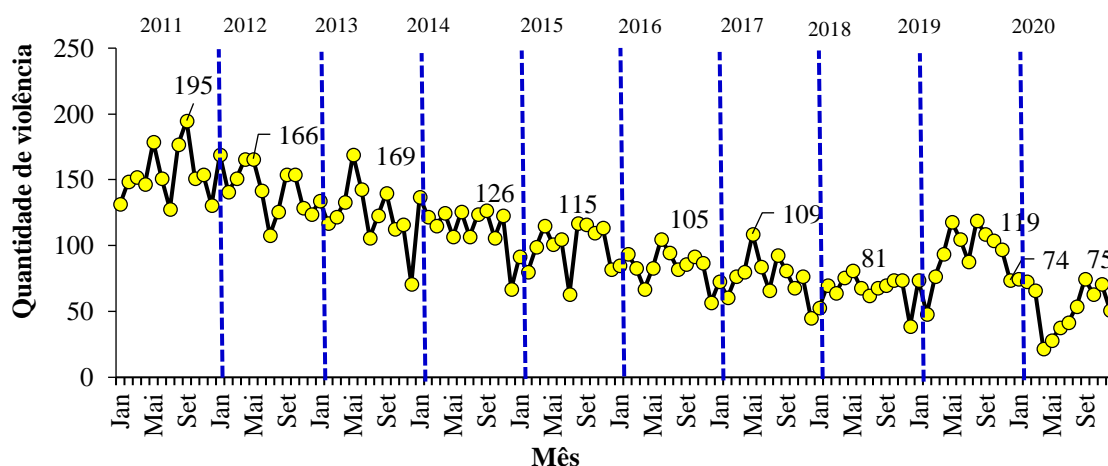
**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

No período de 2011 a 2020 houve uma variação da quantidade de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém-Pará, sendo setembro ( $n = 195$ ) e abril ( $n = 179$ ), de 2011 as maiores quantidades de casos ocorridos (Figura 3). Percebe-se também que se teve uma redução das ocorrências neste, possuindo o mês de abril de 2020 com o menor quantitativo ( $n = 22$ ) de violência contra adolescentes (Figura 3).

Uma pesquisa realizada no estado do Rio Grande do Sul analisou as 6.790 notificações de violência contra crianças e adolescentes, possuindo o objetivo de analisar a taxa por 100 mil habitantes, no período de 2015 a 2020. Notou-se que as vítimas possuíam idade de 0 a 19 anos, nas quais 70% nas notificações foram feitas no período de março e abril de 2020 (LEVANDOWSKI *et al.*, 2021).

Nesta perspectiva, a diminuição das denúncias configura-se como efeito do distanciamento social causado pela pandemia, ou seja, pela ocorrência de subnotificações desses casos (LEVANDOWSKI *et al.*, 2021). Destaca-se também que a pandemia está relacionada com o aumento do estresse nas famílias, pois influencia na saúde mental e física, provocando: medo, insegurança e agressividade. Portanto, contribuindo para que ocorra atitudes violentas, principalmente contra crianças e adolescentes (PLATT *et al.*, 2021).

**Figura 3.** Quantidade de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, por mês, no período de 2011 a 2020.

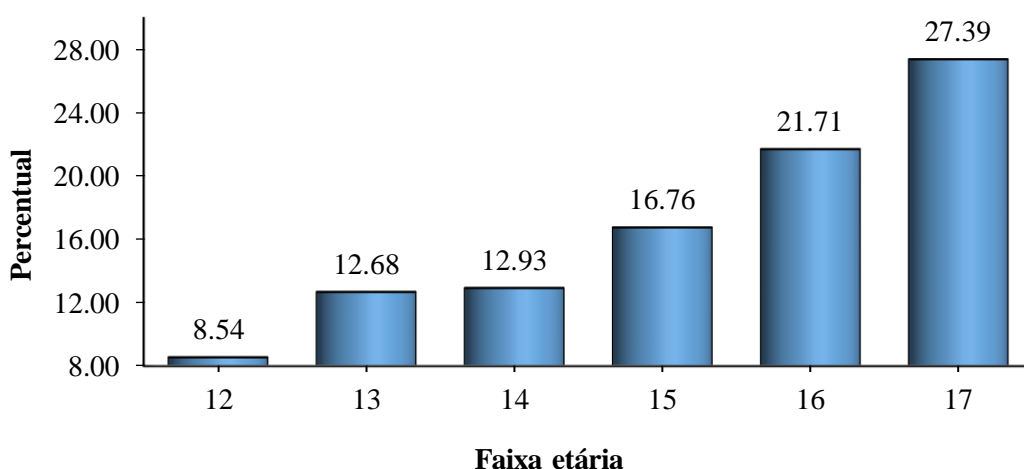


**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

No período de 2011 a 2020 verificou-se que quanto maior a idade (em anos) das vítimas, maior também é o percentual dos casos registrados de violência contra adolescentes no Município de Belém. Desse modo, indicando que 27,39% das vítimas possuíam 17 anos, seguidos de 21,71% com idade de 16 anos (Figura 4). Uma pesquisa feita em 53 municípios, pertencentes à Superintendência Regional de Saúde de Montes Claro, descreveu o perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência, no período de 2013 a 2015. Notou-se 1.481 notificações, nas quais 41,1% das vítimas tinham idade de 15 a 19 anos (SOUTO *et al.*, 2018).

Considera-se que as ações violentas na adolescência, principalmente na idade de 15 a 19 anos estão relacionadas a reafirmação da masculinidade, pois tornam os meninos mais propensos a violência urbana (MELO; GARCIA, 2019). Desse modo, a violência urbana está associada com a criminalidade, violação de direitos humanos, agressões no ambiente doméstico, pobreza, pois interferem na qualidade de vida da população (COSTA, 2011).

**Figura 4.** Percentual de adolescentes, vítimas de violência no município de Belém, Pará, Brasil, por Faixa etária, no período de 2011 a 2020.



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Notou-se que 61,45% dos casos são do sexo feminino no município de Belém, Pará, no recorte temporal de 2011 a 2020 (Tabela 1). Um estudo teve o objetivo de analisar o perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Porto Velho, Rondônia, no período de 2011 a 2015. Para isso, usou-se as informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, demonstrando que 482 casos, sendo que 81,70% das ocorrências tinham como vítima as meninas, enquanto que 18,30% os meninos (MOREIRA *et al.*, 2017).

As denúncias possuem como principal vítima o sexo feminino, possuindo como causa a violência de gênero. Essa questão está associada a construção de padrões e comportamentos pautados no patriarcalismo, sendo demonstrado pela cultura machista no âmbito familiar e comunitário. Nesses ambientes se têm a culpabilização de adolescentes/mulheres pelo abuso que tenha sofrido, desse modo, demonstrando a desigualdade de gênero (SILVA *et al.*, 2017).

Outro aspecto notado é que 58,46% das ocorrências são de adolescentes que tem o ensino fundamental incompleto (Tabela 1). Um estudo, realizado no Brasil demonstrou as características sociodemográficas de vítimas de violência notificada no Sistema de

Informação de Agravos e Notificação, no período de 2011 a 2017 e se verificou que foram denunciados 374.673 casos de violência contra adolescentes, sendo que 68,60% das vítimas possuíam de 0 a 8 anos de escolaridade (PEREIRA *et al.*, 2020). Nesta perspectiva, a situação de escolaridade é influenciada por fatores culturais e econômicos, pois podem corroborar para a exclusão escolar (DAYRELL; JESUS, 2016).

**Tabela 1.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, por Faixa Etária, Sexo e Grau de Instrução, no período de 2011 a 2020.

Variável	Categoria	Percentual
<b>Sexo da vítima</b>	Feminino	61,45
	Masculino	38,55
<b>Nível de ensino</b>	Não alfabetizado	0,54
	Fundamental incompleto	58,46
	Fundamental completo	11,61
	Médio incompleto	22,44
	Médio completo	6,95

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Observa-se três tipos de violência se sobressaem (lesão corporal, roubo e contra a dignidade sexual), sendo que estas correspondem a 68,69 % de 12.137 casos. Vale destacar também que das 12.137 denúncias, 0,33% das situações não foram informadas sobre a forma de violência ocorrida.

Nota-se também que 26,19% referem-se a lesão corporal, seguida de 24,19% dos casos de roubos (Tabela 2). Contudo, uma pesquisa feita no Brasil a partir de informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação de 2011 a 2017, indicou que houve 374.673 ocorrências, dentre as quais 64,70% correspondiam a agressão física, enquanto que 24,70% a sexual (PEREIRA *et al.*, 2020).

Nesta acepção, um estudo utilizou os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), de uma turma do 9º ano do ensino fundamental da cidade de Fortaleza, Ceará, no período de 2011 e 2015 e constatou que se teve um aumento de 64,20 % para 71,40% dos casos de vítimas de agressão física, sendo que estas situações, por vezes estavam relacionados a 80,20% das situações referiam-se a problemas com família/amigos, perder aula ou pela ingestão de bebida alcoólica (FIGUEIREDO *et al.*, 2020).

No mais, também se notou que 38,05% das causas são motivadas pelos sentimentos de ódio ou vingança, enquanto que 30,51% a ambição (Tabela 2). Um estudo com abordagem

qualitativa no município de Feira de Santana, Bahia, a partir da entrevista, com 20 profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) indicou que na percepção dos participantes se tem fatores desencadeantes como a ausência de paciência e a fúria. Ambas as causas, sendo consideradas como aspectos biológicos do indivíduo (SANTANA; SANTANA; 2016).

**Tabela 2.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, por causa, no período de 2011 a 2020.

Variável	Categoria	Percentual
<b>Violência</b>	Lesão corporal	26,19
	Roubo	24,19
	Contra a dignidade sexual	18,30
	Ameaça	10,08
	Homicídio	4,51
	Moral	3,67
	Outros* <sup>1</sup>	17,08
<b>Causa</b>	Ódio ou Vingança	38,05
	Ambição	30,51
	Devassidão	19,09
	Imperícia/imprudência/negligência	4,73
	Ciúme	3,62
	Alcoolismo/embriaguez	2,19
	Alienação	0,93
	Entorpecentes	0,39
	Acidental	0,30
	Execução	0,14
Homofobia	0,05	

**Nota:** \*1 – Outros: Omissão de socorro; Maus-tratos; Discriminação/preconceito; Latrocínio, abandono, etc.

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

Observa-se que quem mais se destaca como agressor nos registros de violência são os parentes que não possuem vínculo consanguíneo, em 21,56 % o padrasto, seguido de 17,10% do companheiro (a) (Tabela 3). Por outro lado, um estudo desenvolvido com os dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação descreveu o perfil de 1.481 denúncias de violência contra crianças e adolescentes em 53 municípios do estado de Minas Gerais, nos quais se notou a distribuição de frequência das situações de violência, por vínculo com vítima, em que os principais agressores em 28,0% das ocorrências são os amigos, seguido de 12,40% dos conhecidos (SOUTO *et al.*, 2018).

Os possíveis autores da violência são os amigos/ conhecidos ou familiares, em virtude da falta de respeito, de educação, indiferença e preconceito racial, sendo expressos pela

agressão física e psicológica. Desse modo, percebe-se a relevância de se ter ações preventivas diante dessas situações, demonstrando a necessidade da cooperação, diálogo e paciência entre os sujeitos (MOREIRA *et al.*, 2018).

Além disso, verificou-se também que 42,25% dos casos ocorreram em via pública e 31,20% em residência particular (Tabela 3). No entanto, uma pesquisa feita na região oeste do estado do Pará, investigou as notificações de violência física e sexual cometida contra adolescentes na mesorregião do Baixo Amazonas, possuindo como fonte de dados às fichas de atendimento do Programa Pro Paz Integrado, no período de 2012 a 2015. Foi verificado 2.078 denúncias de agressões, com 30,70% ocorrida na casa da vítima; 18,70% em via pública e 13,20% na casa do acusado (HONORATO *et al.*, 2018).

**Tabela 3.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, por agressor, local de ocorrência, no período de 2011 a 2020.

Variável	Categoria	Percentual
<b>Agressor</b>	Padrasto	21,56
	Companheiro (a)	17,10
	Pai	12,64
	Tio (a)	11,65
	Vizinho (a)	11,28
	Amigo	5,45
	Primo (a)	4,96
	Avô	2,60
	Cunhado (a)	2,11
	Irmão (a)	1,86
	Ex companheiro (a)	1,73
	Parentesco por afinidade	0,99
	Ex-padrasto	0,87
	Professor	0,74
	Madrasta	0,62
	Mãe	0,62
	Conhecido (a)	0,37
	Padrinho	0,37
	Colega da escola	0,25
	Marido da tia	0,25
Pastor	0,25	
Treinador de futebol	0,25	
Outros*	1,49	
<b>Local de ocorrência</b>	Via Pública	42,25
	Residência Particular	31,20
	Estabelecimento de Ensino	3,03
	Edifício Público	1,23
	Outros* <sup>2</sup>	22,29

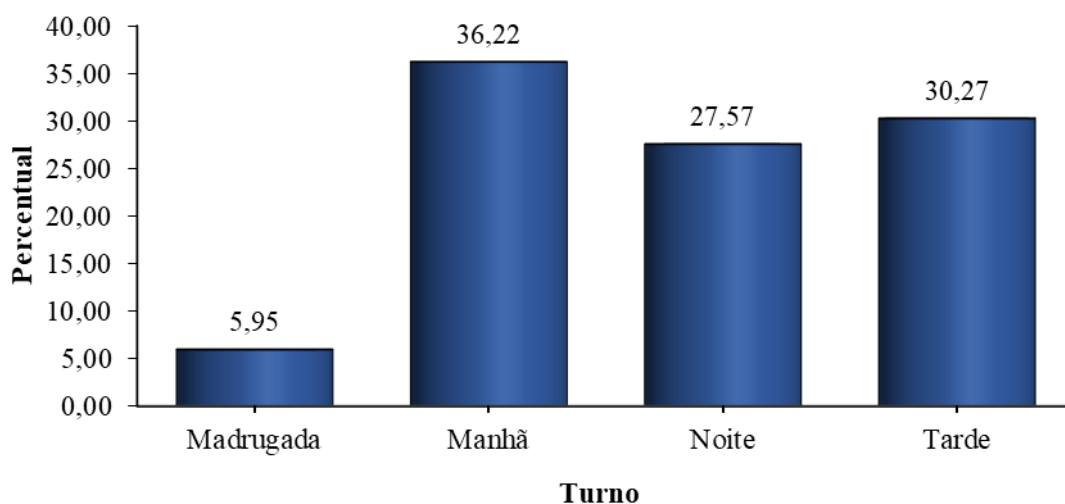
**Nota:** \*1 – Outros: Amigo do tio; Bisavô; Cunhado do padrasto; Ex-cunhado; Sobrinho do pai; Porteiro do colégio;

\*2 – Outros: Transporte; Casa Comercial; Hospital; Café, Bar, Restaurante e etc.

**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

No período de 2011 a 2020 notou-se que 36,22% dos casos de violência contra adolescentes ocorreram no turno da manhã, enquanto que 30,27% ocorreram a tarde. Por outro lado, uma pesquisa descritiva realizada em Manaus, Amazonas, com recorte temporal de 2009 a 2016, possuindo como fonte os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação constatou que houve 10.333 casos, sendo que 4.638 foram contra crianças, enquanto e 5.695 cometidos contra adolescentes. Das 5.695 denúncias, 18,60% dos casos de violência ocorreram no turno da noite, seguidos de 16,50% no período da tarde (OLIVEIRA *et al.*, 2020). A prevalência dos casos no turno da noite está associada as ocorrências de violência fora da residência, pois por vezes é praticada por desconhecidos (ASSIS; CONSTANTINO, 2001).

**Figura 5.** Percentual de casos registrados de violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, por turno do fato, no período de 2011 a 2020.



**Fonte:** Construção dos Autores a partir de informação da SIAC (2021).

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa contribuiu na investigação sobre o tema estudado, pois revelou os elementos caracterizadores da violência contra adolescentes em Belém, Pará, Brasil. Com isso, demonstrando os principais dados das ocorrências registradas neste município, no período de 2011 a 2020.

Contudo, ressalta-se que este estudo se limitou quanto aos dados dos autores da violência, em razão de que não se separou por sexo a variável agressor, pois no banco de



dados da SIAC constava dessa forma. Devido a isso, sugere-se outras pesquisas que considerem estas informações e que indiquem outras variáveis do agressor, como: a faixa etária e sexo.

Portanto, os achados dessa pesquisa demonstraram que as ações violentas estão associadas ao contexto comunitário, indicado pelos agressores sem vínculo consanguíneo. Devido a isso, sugere-se também outros estudos que tenham a intenção de mostrar as implicações dessa forma de violência na trajetória de desenvolvimento dos adolescentes. Estas futuras pesquisas possibilitarão identificar os fatores que mais inter-relacionam com as ações violentas vivenciada por adolescentes/jovens.

Nesse sentido, vale destacar que a identificação dos fatores comunitários que potencializam os atos violentos é essencial para a construção de políticas públicas na adolescência. Estas, por sua vez são fundamentais para a prevenção/enfrentamentos dos casos de violência na sociedade.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Beatriz Pereira; SÁ, Bruna Araújo de; FERNANDES, Marcelo Costa. Violência simbólica no campo familiar na (des)estruturação do habitus do adolescente. **Avances En Enfermería**, v. 1, n. 39, p. 112120, 01 jan. 2021.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. A vitimização sexual. In: **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luis Fernando de Souza; SILVA, Dagualberto Barboza da; LEONARDO, Camila dos Santos; TORRES, Frida Jaina Popp. Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: implicações ético-políticas da psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 1051-1065, dez. 2017.

BELÉM. SEGEP. Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão. Indicadores relacionados a criança e ao adolescente. Belém, 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/indicadores-relacionados-a-crianca-e-ao-adolescente/>. Acesso em: julho de 2021.

BRASIL. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. Brasília. Ministério da Saúde. 2018.

BRASIL. Lei Nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. **Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do Art. 5º da Constituição Federal**. 2009.

BRASIL. Lei Nº 7.603, de 13 de janeiro de 1193. **Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Belém e dá outras providências**. 1993.

BRASIL. **COVID-19 e Saúde da Criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Fiocruz, ago. 2020.

CALAZANS, Raysa Gloria dos Santos Raymundo; TRUGILHO, Silvia Moreira; SOGAME, Luciana Carrupt Machado. Violência e juventudes: reflexões sobre homicídios de jovens no espírito santo. **Argumentum**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 82-101, 29 abr. 2020.

COSTA, João Pedro Santana. Violência Urbana: criminalização da pobreza e (In) Efetividade democrática. **Seara Jurídica**, v. 1, n. 5, p. 16-31, jan./jun. 2011.

DAYRELL, Juarez Tarcisio; JESUS, Rodrigo Ednilson de. Juventude, Ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 37, n. 135, p. 407-423, jun. 2016.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 14.ed., São Paulo: FBSP, 2020.

FIGUEIREDO, Chiara Lubich Medeiros de; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia; MOTA, Rosa Maria Salani. Violência juvenil: fatores sociais associados à agressão física efetuada por adulto da família. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 14, 19 set. 2020.

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; MACHADO, Sthefano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 2919-2928, set. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Série Educação a Distância. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009. 120 p.

HONORATO, Lorena Guimarães Ferreira; SOUZA, Anselmo Cordeiro de; SANTOS, Telma Suanne Rocha dos; LOPES, Odlina Guimarães; ZUKOWSKY-TAVARES, Cristina. Violência na Infância e Adolescência: perfil notificado na mesorregião do baixo amazonas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 266-284, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Estimativas da população residentes nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: julho de 2021.

KOCH, Cristiane; SCHAEFER, Jeferson Rodrigo; SCHNEIDER, Mariana Cunha; MOSMANN, Clarisse Pereira. Coparentalidade e Conflito Pais-Filhos em Adolescentes Envolvidos em Práticas Restaurativas. **Psico-Usf**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 343-355, jun. 2020.

KRUG, Etienne; DAHLBERG, Linda; MERCY James; ZWI, Anthony; LOZANO, Rafael. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

LEVANDOWSKI, Mateus Luz; STAHNKE, Douglas Nunes; MUNHOZ, Tiago N.; VON HOHENDORFF, Jean; SALVADOR-SILVA, Roberta. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 1-15. 2021.

MALTA, Deborah Carvalho; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Marta Maria Alves da; SILVA, Carlos dos Santos; ANDREAZZI, Marco Antonio Ratzsch de; CRESPO, Claudio; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; PORTO, Denise Lopes; FIGUEROA, Alba Lucy Giraldo; MORAIS NETO, Otaliba Libânio de. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da pesquisa nacional de saúde do escolar (pense). **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 3053-3063, out. 2010.

MALTA, Deborah Carvalho; ANTUNES, Juliana Teixeira; PRADO, Rogério Ruscitto do; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; FREITAS, Maria Imaculada de. Fatores associados aos episódios de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 1287-1298, abr. 2019.

MARCOLINO, Emanuella de Castro; SANTOS, Renata Clemente dos; CLEMENTINO, Francisco de Sales; LEAL, Cláudia Quézia Amado Monteiro; SOARES, Maria Cidney da Silva; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de; SOUTO, Rafaella Queiroga. O distanciamento social em tempos de Covid-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-19. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite de; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 1-6, 2020.

MELO, Alice Cristina Medeiros; GARCIA, Leila Posenato. Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1333-1341, abr. 2017.

MELO, Alice Cristina Medeiros; GARCIA, Leila Posenato. Fatores associados a agressões por desconhecidos entre jovens do sexo masculino atendidos em serviços de urgência e emergência: estudo de casos e controles. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 8, p. 2825-2834, ago. 2019.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 3077-3086, set. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 91-102, ago. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Marta Maria Alves da; ASSIS, Simone Gonçalves de. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 2007-2016, jun. 2018.

MORAIS, Roberta Laíse Gomes Leite; SALES, Zenilda Nogueira; RODRIGUES, Vanda Palmarella; OLIVEIRA, Juliana da Silva. Ações de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência. **Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 4472-4486, 5 abr. 2016.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 13-26, jul./dez. 2012.

MOREIRA, Kátia Fernanda Alves; OLIVEIRA, Davisson Michetti de; OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa de; ALENCAR, Lucas Noronha de; ORFÃO, Nathalia Halax; FARIAS, Edson dos Santos. Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Revista de Enfermagem**, Recife, v. 11, n. 11, p. 4410-4417, nov. 2017.

MOREIRA, Ângela; SAPORETTI, Gisele Marcolino; OLIVEIRA, Helian Nunes de; TAVARES, Ricardo; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Percepções dos adolescentes sobre a violência em um assentamento rural: uma análise qualitativa. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 95-106, dez. 2018.

OLIVEIRA, Nathália França de; MORAES, Claudia Leite de; JUNGER, Washington Leite; REICHENHEIM, Michael Eduardo. Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016\*. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1-20, abr. 2020

PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura; PINTO, Isabella Vitral; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; SHIMIZU, Helena Eri; RAMALHO, Walter Massa; FAGG, Christopher William. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-17, 2020.

PLATT, Vanessa Borges; GUEDERT, Jucélia Maria; COELHO, Elza Berger Salema. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. **Revista Paulista de Pediatria**, [S.L.], v. 39, p. 1-7, 2021.

SANTANA, Rebeca Pinheiro de; SANTANA, Judith Sena da Silva. Violência contra criança e adolescente na percepção dos profissionais de. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 1-6, 27 ago. 2016.

SILVA, Amanda Daniele. Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero. In: **Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; QUEIROZ, Bernardo Lanza; MARINHO, Frederico Couto; PEREIRA, Fabiano Neves Alves; CISALPINO, Pedro. Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do programa fica vivo! no estado de minas gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 1-9, 16 maio 2018.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da; MORAES, Andriele Rodrigues; ROCHA, Katia Glashorester da Silva. Violência de gênero no contexto escolar: refletindo sobre estratégias de enfrentamento através da extensão universitária. **Expressa Extensão**, v. 22, n. 2, p. 157-169, jul./dez. 2017.

SOUTO, Daniella Fagundes; ZANIN, Luciane; AMBROSANO, Glaucia Maria Bovi; FLÓRIO, Flávia Martão. Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendências recorrentes da Lei Nº 13.010. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 71, n. 3, p. 1237-1246, 2018.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; PINTO, Liana Wernersbach; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Homicídio: violência interpessoal que impede a vida. **Impactos da Violência na Saúde**, [S.L.], p. 127-158, 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Enfrentando as desigualdades sociais na infância e adolescência em Belém (PA)**.

## CAPÍTULO 3 – PRODUTO E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

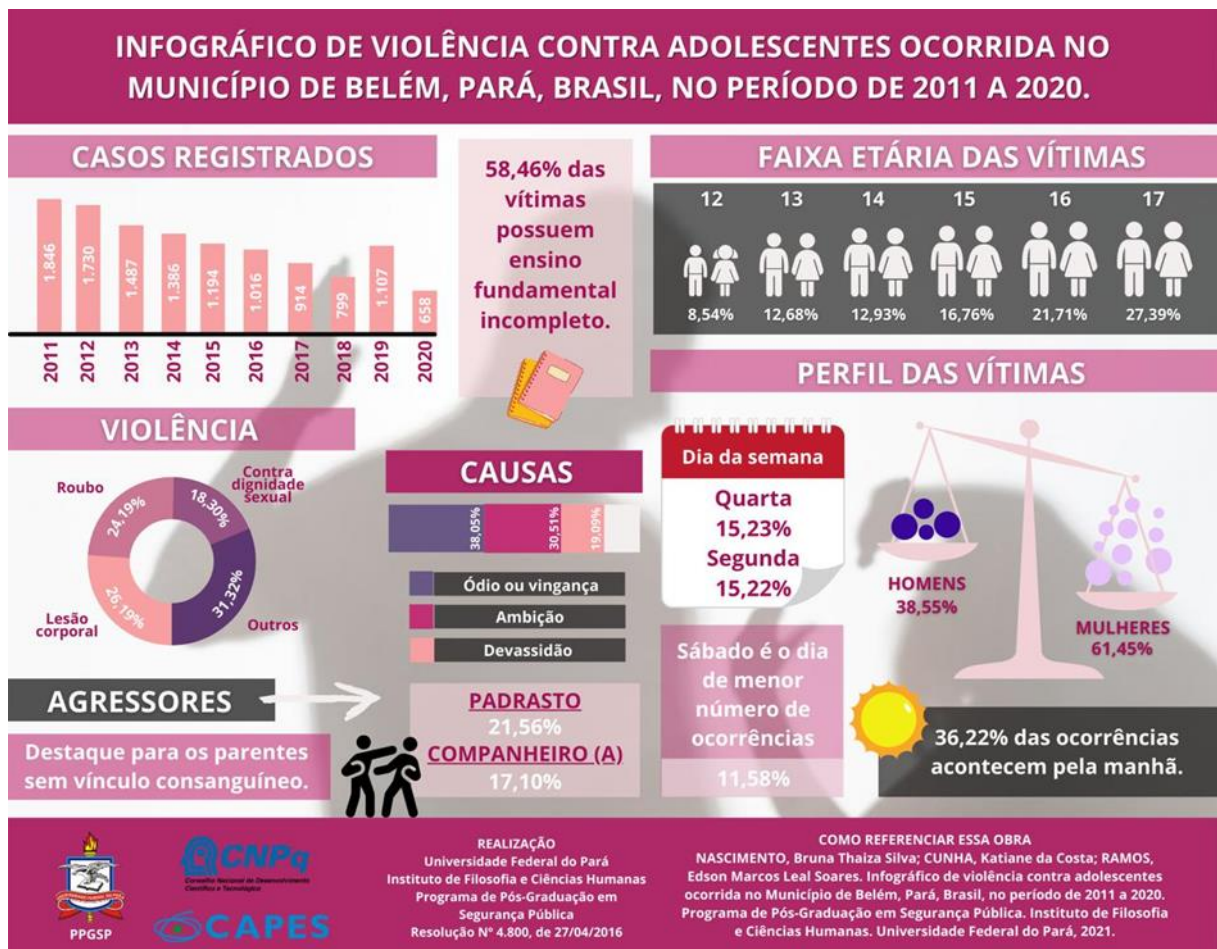
### 3.1 Produto 1 - Violência contra adolescentes no município de Belém, Pará \*

\* Infográfico Publicado no Portal Educapes

**Público alvo:** Órgãos da Segurança Pública, comunidade científica, Ministério público e sociedade em geral.

**Objetivo:** Apresentar o perfil da violência contra adolescentes no município de Belém, Pará, Brasil, de 2011 a 2020.

**Figura 1.** Infográfico de Violência contra Adolescentes ocorrida no Município de Belém, Pará, Brasil, no período de 2011 a 2020.



Fonte: Nascimento; Cunha e Ramos (2022a).

### 3.1 Produto 2 - Violência intra/extrafamiliar na adolescência no município de Belém, Pará\*

\* Cartilha Publicada como livro

Editora Acadêmica de Segurança Pública

ISBN 978-65-84844-02-5

## Violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém do Pará



Bruna Thaiza Nascimento  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Katiane da Costa Cunha

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nascimento, Bruna Thaiza Silva  
Violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no  
município de Belém do Pará [livro eletrônico] / Bruna  
Thaiza Silva Nascimento, Katiane da Costa Cunha, Edson  
Marcos Leal Soares Ramos. -- 1. ed. -- Salvador, BA :  
Editora Acadêmica de Segurança Pública, 2022.  
PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84844-02-5

1. Adolescentes 2. Violência familiar 3. Violência  
doméstica I. Cunha, Katiane da Costa. II. Ramos, Edson  
Marcos Leal Soares. III. Título.

22-109130

CDD-363.32083

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Violência contra a criança e o adolescente : Problemas  
sociais 363.32083 Aline Grazielle Benitez -

Bibliotecária - CRB-1/3129



ISBN n° 978-65-84844-02-5





#### **Editor-Chefe**

Edson Marcos Leal Soares Ramos - UFPA

#### **Vice-Editor**

Adriano de Oliveira Sampaio - UFBA

#### **Conselho Editorial**

André Luiz Machado das Neves – UEA

Daniel Ganem Misse – UFF

Edgard Vinicius Cacho Zanette – UERR

Fernanda Bestetti de Vasconcellos – UFRGS

Humberto Ribeiro Junior – UVV

Ivone Freire Costa – UFBA

Jane Noronha Carvalhais – UEMG

Júnia Fátima do Carmo Guerra – UEMG

Leonardo Naves dos Reis – UEA

Lucia Eilbaum – UFF

Maély Ferreira Holanda Ramos – UFPA

Marco Aurélio Borges Costa – UVV

Ruth Hinrichs – UFRGS

Silvia dos Santos de Almeida – UFPA

#### **Sobre a Editora**

A Editora Acadêmica da Segurança Pública (Edasp) é uma iniciativa conjunta e articulada, no âmbito do Convênio Marco de Cooperação, dos Programas de Pós-Graduação em: (1) Segurança Pública (UFPA); (2) Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA); (3) Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA); (4) Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (UERR); (5) Segurança Pública (UVV); (6) Segurança Cidadã (UFRGS); (7) Justiça e Segurança (UFF) e (8) Segurança Pública e Cidadania (UEMG).



**Sede:** Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Avenida Reitor Miguel Calmon s/n. Vale do Canela, Salvador - BA, 40110-903. Telefone: (71) 3283-7661 e-mail: edasp@2022.gmail.com.

## **FICHA TÉCNICA**

### REALIZAÇÃO

Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

### SUPERVISÃO

Edson Marcos Leal Soares Ramos e Katiane da Costa Cunha

### ROTEIRO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Bruna Thaiza Nascimento - [thayza.nascimento17@gmail.com](mailto:thayza.nascimento17@gmail.com)

### DESIGN

Maria Clara Montenegro - [mariaclaramontenegro.381@gmail.com](mailto:mariaclaramontenegro.381@gmail.com)

### ILUSTRAÇÃO

Imagem: “Flaticon.com”; “Storyset.com”.

### COMO REFERENCIAR ESTA OBRA

NASCIMENTO, Bruna Thaiza Silva; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; CUNHA, Katiane da Costa. Violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém do Pará. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil, 2022.

### AGRADECIMENTOS

Somos gratos ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



## **SUMÁRIO**

Apresentação .....	06
Adolescência .....	07
Crianças e adolescentes: principais vítimas de violência .....	09
Principais tipos de Violência contra adolescentes .....	10
Perfil da violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém do Pará, período de 2011 a 2020 .....	12
Perfil da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém do Pará, período de 2016 a 2020 .....	14
Denúncia .....	16
Referências .....	17

## **APRESENTAÇÃO**

Esta cartilha é resultado do estudo realizado no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA sobre a violência contra adolescentes no município de Belém do Pará. O seu objetivo é demonstrar as principais características das ações violentas no ambiente familiar e comunitário. Diante disso, exercendo a função de informar e prevenir.

Nela observa-se: a definição de adolescência, os tipos de agressão e a configuração dos registros de violência ocorridos na residência/ lar e nos bairros.

# Adolescência



- **Conceito** de adolescência: indivíduos que possuem a faixa etária dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 1990).

- A fase da adolescência é fundamental para o desenvolvimento humano, pois é um estágio de construção da autoconfiança, do afeto e autonomia (DELZIOVO *et al.*, 2018).



- A violência se manifesta de diferentes formas, como: roubo, homicídios, agressões, assim como pela pobreza e violação dos direitos na infância e adolescência (SANTOS, 2018).

## Adolescência

“É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”, ou seja, a União, os Estados, municípios e Distrito federal tem a função de executar ações para proibir qualquer violência ou tratamento cruel (BRASIL, 1990).

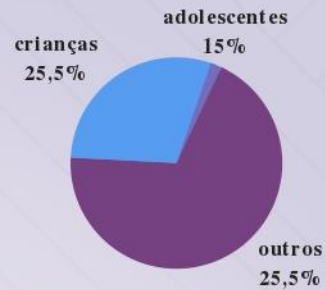
- Há implicações nas vítimas e as testemunhas de agressões, sendo expressa pela dificuldade de relacionamentos pessoais irritabilidade frequente, sem motivo aparente (REIS; PRATA, 2018).



- As vítimas de violência podem possuir: dificuldade de concentração, mudanças de comportamentos, tristeza constante (BRASIL, 2010; MAGALHÃES *et al.*, 2020).

## Crianças e adolescentes: principais vítimas de violência

- O Boletim epidemiológico do Brasil verificou 591.731 registros de violência interpessoal ou autoprovocada contra crianças e adolescentes, no período de 2011 a 2017: Desses casos, 25,5% são contra adolescentes e 15,0% contra crianças (BRASIL, 2018a).



### 196

HOMICÍDIOS

Entre adolescentes/jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, notou-se taxa de 195,6 homicídios por 100 mil habitantes no estado do Pará no ano de 2017 (IPEA-FBSP, 2019).

### 29,30%

JOVENS AGREDIDOS

Um estudo com 658 adolescentes/jovens em Belém do Pará demonstrou que 29,30% já sofreram agressão física e psicológica no contexto familiar (MAIA, 2017).



- A partir da análise de 31 prontuários de um Centro de Referência de Atendimento em Belém do Pará, no período de 2006 a 2008 notou-se 43,3% dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes ocorrem no contexto extrafamiliar (BAÍA *et al.*, 2013).



## Principais tipos de Violência contra adolescentes

**Maus- tratos:** Identificado também como abuso, podendo ser dividido em **físico, sexual, emocional e negligência** (DELZIOVO *et al.*, 2018)



- **Físico:** Ações intencionais e não acidental, que causam danos físicos, desde uma leve dor, ferimentos, hematomas, ou morte da vítima (ABRAPIA, 1997).

- **Sexual:** Demonstrada pela conduta de intimidação e influência psicológica para obrigar a vítima a presenciar ou manter relação sexual, assim como nos casos de exploração comercial, exposição da sexualidade destes (OLIVEIRA; RUSSO, 2017).



## Principais tipos de Violência contra adolescentes



- **Emocional/ Psicológica:** Casos de discriminação, humilhação, ameaças e tratamento hostil envolvendo crianças e adolescentes (BRASIL, 2017).
- **Negligência:** omissão de pais/responsáveis em promover proteção, ou seja, cuidados referente à educação, saúde, alimentação, saúde, entre outros (MATA *et al.*, 2017).
- **Roubo:** Crime de subtrair objetos para si por meio da violência (BRASIL, 2018b).
- **Latrocínio:** Ato de roubar, resultando na morte da vítima (BRASIL, 2018b).
- **Cyberbullying:** uso da tecnologia (redes sociais, sites pessoais, celulares) com a intenção de difamar, podendo causar danos às vítimas (DELZIOVO *et al.*, 2018).



## Perfil da violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém-Pará (2011-2020)

- Foram denunciadas 12.137 casos de violência contra adolescentes no período de 2011 a 2020, destes 3.803 registros ocorreram na **residência/lar**.
- No ano de 2012 houve um crescimento de **14,20%** dos casos de agressões intrafamiliares.
- Em 20,04% das ocorrências as vítimas possuíam a idade de 13 anos e 19,36% das denúncias tinham 17 anos.



**80,66% das vítimas são mulheres**



- Foi constatado 43,68% dos casos são de crimes contra a dignidade sexual, seguido de 23,90% ocorrências de lesão corporal.
- Observou-se que 61,26% das vítimas possuíam o ensino fundamental incompleto e 14,20% o fundamental completo.

## Perfil da violência intrafamiliar contra adolescentes no município de Belém-Pará (2011-2020)

- Em **19,48%** dos casos as vítimas possuíam o ensino médio incompleto e apenas **4,20%** dos adolescentes concluíram o ensino médio.



- Em **0,86%** dos registros as vítimas não são alfabetizadas.



- No que se refere o autor da violência: notou-se em **23,11%** dos registros é o padrasto; em **15,41%** o companheiro e **13,31%** dos casos é o pai.

## Perfil da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém-Pará (2016-2020)

- Notou-se 2.722 denúncias de violência contra adolescentes, no período de 2016 a 2020, sendo que em 2016 houve um crescimento de **24,28%** dos casos.

**24,28%**



- De 2017 a 2018 observou-se diminuição das taxas de agressões contra adolescentes, com uma variação de 19,80% a 15,58%.

Em relação aos tipos de violência nos últimos 5 anos: 1.194 são ocorrências de roubo, seguido de 529 casos de lesão corporal.

**64,27%**

Em 2019 houve 64,27% casos de roubo.

**25,71%**

Em 2018 verificou-se 25,71% casos de lesão corporal.

- Nos últimos 5 anos 72,31% ocorreram em via pública, seguido de 6,47% em instituições de ensino.



- 3,94% dos casos de violência ocorreram no edifício público, enquanto 88 (3,24%) no transporte.

## Perfil da violência extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém-Pará (2016-2020)

- 7,48% das ocorrências são do bairro Guamá, seguido de 5,29% no Jurunas e 124 4,62% no Marco.



- Quarta-feira e terça-feira foram os dias com maiores percentuais de denúncias: 15,54% e 15,10%, respectivamente.



- Verificou-se 16,24% ocorrências na terça-feira, em 2019.
- Notou-se 17,62% casos registrados no dia de quarta-feira, no ano de 2020.

# DENUNCIE



**DIGA NÃO**

**à violência  
contra crianças  
e adolescentes**



**DISQUE 100**

Direitos Humanos



**DISQUE 190**

Polícia Militar

**Conselho Tutelar Belém/PA**

 (91) 3219-1203  (91) 3279-6135



## **REFERÊNCIAS**

---

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Maus tratos contra crianças e adolescentes. Proteção e prevenção: Guia de Orientação para educadores.** Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, ABRAPIA, 1997.

BAÍIA, Pedro Augusto Dias; VELOSO, Milene Maria Xavier; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**, [S.L.], p. 193-202, 2013.

BRASIL, Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.654, de 23 de abril de 2018. **Dispõe sobre os Crimes de Furto Qualificado e de roubo.** 2018b.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da Violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim epidemiológico**, Jun. 2018a.



## **REFERÊNCIAS**

---

DELZIOVO, C. R. et al. **Atenção à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência**. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, Violência e saúde, 2018.

IPEA-FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, 2019.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de; GOMES, Nadirlene Pereira; MOTA, Rosana Santos; SANTOS, Raiane Moreira dos; PEREIRA, Álvaro; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. Repercussões da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 73, n. 1, p. 1-7, 2020.

MAIA, Rosely Cardoso; NUNES, Tatiene Germando Reis; SILVA, Lucia Isabel da Conceição; SILVA, Kátia Mesquisa da. Da Proteção ao Risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 1-8, 16 out. 2017.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 2881-2888, set. 2017.

## **REFERÊNCIAS**

---

OLIVEIRA, Denise Cabral Carlos de; RUSSO, Jane Araujo. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as **duas psicologias**. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 579-604, jul. 2017.

REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina Gonçalves. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.Pt**, São Paulo, p. 1-20, out. 2018.

SANTOS, Mateus Souza dos. **Entre Risco e Proteção: eventos estressores no desenvolvimento de adolescentes e jovens estudantes de escolas públicas de Belém/PA**. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

### 3.2 Propostas de Intervenção

**1) Título da Proposta:** Oficinas pedagógicas para adolescentes sobre a violência no contexto intra/extrafamiliar

**Objetivo:** Informar e conscientizar sobre as agressões no contexto familiar e comunitário e a importância da rede de apoio no enfrentamento da violência, mas também buscando apresentar conceitos dos tipos de agressão, bem como dados estatísticos nacionais e regionais do Estado do Pará e o perfil das possíveis vítimas nas escolas, instituições e comunidade.

**Quem pode executar a proposta:** Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Secretaria de Estado de educação (SEDUC), Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Universidade Federal do Pará (UFPA).

**Resultados esperados:** Conscientizar e instruir os estudantes da rede estadual e municipal sobre o tema e a importância da rede de apoio no enfrentamento das agressões contra adolescentes no âmbito doméstico e comunitário com o objetivo de reduzir os casos de violência, buscando fortalecer a rede de proteção das vítimas.

**2) Título da Proposta:** Capacitação integrada dos profissionais que atuam no atendimento de violência de crianças e adolescentes.

**Objetivo:** Ofertar cursos com agentes da rede de proteção da infância e adolescência sobre as formas as violações dos direitos e violência no âmbito intrafamiliar e extrafamiliar.

**Quem pode executar a proposta:** Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar, Defensoria Pública do estado do Pará.

**Resultados esperados:** Capacitar e informar agentes da rede de proteção no enfrentamento da violência contra adolescentes.

**3) Título da Proposta:** Palestras educativas para famílias e comunidade sobre agressões na adolescência.

**Objetivo:** Demonstrar as informações de agressão intra/extrafamiliar no município de Belém-Pará, Brasil.

**Quem pode executar a proposta:** Universidade Federal do Pará (UFPA), Secretaria de Estado de Segurança Pública, Defensoria Pública do estado do Pará.

## **CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

### **4.1 Considerações Finais**

As pesquisas feitas trataram sobre a violência contra adolescentes no contexto doméstico e comunitário, mostrando diferentes sujeitos envolvidos, como: testemunhas, as vítimas, famílias, amigos e vizinhos. A temática pode ser expressa em diferentes circunstâncias, desde uma agressão verbal intrafamiliar até a morte de um desconhecido em um bairro.

A violência também está vinculada a violação dos direitos, que são vistas pelas agressões, mas também pela dificuldade no atendimento as necessidades básicas de crianças e adolescentes, como: saúde, assistência social, educação. Nesse sentido, entende-se que a dificuldade de acesso afeta a qualidade de vida dos adolescentes, mas também pode ser considerado um risco, pois aumenta a possibilidade de envolvimento com a criminalidade.

Cabe destacar que esta dissertação foi formada por três estudos, em quais enfatizaram as ações cometidas contra adolescentes em Belém, Pará, Brasil. O primeiro estudo objetivou caracterizar a violência intrafamiliar contra adolescente, possuindo como critério de inclusão as ocorrências de agressão dos últimos 10 anos. O segundo estudo teve como aspecto central o contexto comunitário, considerando os últimos 5 anos.

Já o terceiro estudo, publicado no livro “Segurança Pública: desenvolvimentos em ensino, pesquisa e extensão”, volume II, é uma pesquisa mais ampla, envolvendo tanto o âmbito doméstico, quanto extrafamiliar. Neste estudo teve como objetivo demonstrar o perfil da violência contra adolescentes, resultando em um dos produtos desta pesquisa: o infográfico.

Na residência sobressaíram os crimes contra a dignidade sexual, cometidos pelo padrasto ou companheiro, mostrando que o autor de ações violentas são os que não possuem vínculo consanguíneo. Dessa maneira, observa-se que as pessoas mais próximas das famílias podem representar risco na adolescência.

Já em relação aos atos violentos extrafamiliares a maior frequência são de roubos, ocorridos em via pública, com maior frequência de casos no bairro guamá, um dos locais mais populosos do município de Belém, Pará, Brasil. Observou-se também um contexto violento nas instituições de ensino, indicado pelas ocorrências extrafamiliares.

Notou-se que foi atingido o problema da pesquisa e os objetivos elencados no item 1.5, pois analisou-se a violência na adolescência por meio da fundamentação teórica e dos

dados disponibilizados pelo SIAC. Em relação à hipótese indicada no item 1.6 deste estudo, apenas a primeira foi confirmada, tendo em vista que os tipos de violência que sobressaem no contexto intrafamiliar são agressão física e sexual.

Além disso, não foram confirmadas duas hipóteses: (i) no contexto familiar os agressores são com maior frequência os que possuem vínculo consanguíneo; (ii) a maior quantidade de registros de violência extrafamiliar são na escola. Observou-se que os autores de agressão nos lares são em 23,11% o padrasto, seguido de 15,41% o companheiro. Quanto os atos violentos no âmbito extrafamiliar verificou-se que 76,54% ocorreram em via pública, somente no ano de 2019.

Vale destacar que os produtos: (i) infográfico e (ii) cartilha foram resultados dos artigos produzidos no capítulo 2 desta dissertação. Ambos demonstraram a frequência de agressão em Belém, Pará, indicando um cenário violento e vulnerável na adolescência. Com isso, mostrando a importância da construção de políticas públicas que possam intervir, promovendo a proteção integral e fortalecendo o debate sobre o tema no âmbito familiar e comunitário.

#### **4.2 Recomendações para Trabalhos Futuros**

Neste trabalho notou-se a violência como um risco na adolescência, possuindo fatores do contexto que podem influenciar no desenvolvimento físico e psicológico dos adolescentes. Estes são indicados por meio dos fatores de risco e proteção, que são fundamentais na fase de desenvolvimento. Nesse sentido sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que resultem em dissertações que envolvam:

- Percepção dos adolescentes vítimas de violência no contexto familiar e comunitário por meio da análise qualitativa nos últimos 5 anos no estado do Pará;
- Pesquisas sobre as características dos agressores no ambiente extrafamiliar mediante a rede de proteção da criança e do adolescente mediante análise qualitativa nos últimos 5 anos no município de Belém – Pará;
- Investigação qualitativa envolvendo a percepção dos adolescentes sobre a rede de apoio no enfrentamento das agressões intra/extrafamiliares no período de 5 anos em Belém - Pará;

- A perspectiva de outros grupos sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em interface a violência, usando análise qualitativa dos últimos 10 anos no estado do Pará;

- Estudos sobre a rede de proteção e o enfrentamento dos casos de agressões na infância e adolescência, por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), Serviços de acolhimento institucional, Centro de Referência Especializado para População de Rua (CENTRO POP), defensoria pública do estado do Pará, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, fundação Propaz, conselho tutelar (CT), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

## 5. REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Maus tratos contra crianças e adolescentes. Proteção e prevenção: Guia de Orientação para educadores.** Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, ABRAPIA, 1997.

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo Batista. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 21, n. 44, p. 169-194, abr. 2019.

ALMEIDA, Adriana Aparecida; MIRANDA, Olivia Barbosa; LOURENÇO, Lélío Moura. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Uma Revisão Bibliométrica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 298-311, jul./dez. 2013.

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. **A violência na sociedade contemporânea.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010.

AMARAL, Alice Mayra Santiago; SANTOS, Diana; PAES, Helen Cristina da Silva; DANTAS, Isabele dos Santos; SANTOS, Denise Santana Silva dos. Adolescência, Gênero e Sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 62, 24 abr. 2017.

ANTONI, Clarissa de.; KOLLER, Silvia Helena. A visão sobre famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, n. 5, p. 347-381, dez. 2000.

ANTONI, Clarissa de; MARTINS-TEODORO, Maycoln Leôni; HELENA-KOLLER, Silvia. Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. **Universitas Psychologica**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 399-411, 17 maio/ago. 2009.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Joviana Quintes; PESCE Renata Pires, NJAINE Kathie. Resiliência na adolescência: refletindo com educadores sobre superação de dificuldades. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005.

BAÍÁ, Pedro Augusto Dias; VELOSO, Milene Maria Xavier; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**, [S.L.], p. 193-202, 2013.

BARBIANI, Rosangela. Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 40, n. 109, p. 200-211, jun. 2016.

BARBIERI, Mayara Caroline; BROEKMAN, Gabriela van Der Zwaan; SOUZA, Renata Olzon Dionysio de; LIMA, Regina Aparecida Garcia de; WERNET, Monika; DUPAS, Giselle. Rede de suporte da família da criança e adolescente com deficiência visual: potencialidades e fragilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 10, p. 3213-3223, out. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**/Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BELÉM. SEGEP. Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão. Indicadores relacionados à criança e ao adolescente. Belém, 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/indicadores-relacionados-a-crianca-e-ao-adolescente/>. Acesso em: julho de 2021.

BENELLI, Silvio José. **O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

BENETTI, Idonézia Collodel; VIEIRA, Mauro Luis; CREPALDI, Maria Aparecida; RIBEIRO-SCHNEIDER, Daniela. Fundamentos de la teoría bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**, [S.L.], v. 9, n. 16, p. 89-99, 15 dez. 2013.

BESERRA, Maria Aparecida; CARLOS, Diene Monique; LEITÃO, Maria Neto da Cruz; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Prevalência de violência na escola e uso de álcool e outras drogas entre adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 27, p. 1-13, jul. 2019.

BISSOLI, Michelle de Freitas. Desenvolvimento da Personalidade da Criança: o papel da educação infantil. **Psicologia em Estudo**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 587-597, dez. 2014.

BITTAR, Daniela Borges; NAKANO, Ana Márcia Spanó. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 17-24, mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, **Violência Intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília.. 2001

BRASIL. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.



BRASIL, Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República.**, 2015.

BRASIL. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância: estudo II.** São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL, Presidência da República. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** 1990.

BRASIL. Lei Nº 13.431, de 04 de abril de 2017. **Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.** 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014. **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).** 2014.

BRASIL. Lei Nº 13.654, de 23 de abril de 2018. **Dispõe sobre os Crimes de Furto Qualificado e de roubo.** 2018.

BRASIL. Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as Políticas Públicas para a Primeira Infância.** 2016

BRASIL. Lei Nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE,** 2013.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Disque 100. **Relatório violência contra crianças e adolescentes.** Brasília, DF: ONDH; 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. **Boletim epidemiológico,** Rio de Janeiro, Jun. 2019b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da Violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim epidemiológico,** Jun. 2018a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas.** 2. ed., Brasília, 2018b.

BRASIL. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Violência faz mal à saúde.** 1.ed., Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias:** referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia. -Brasília: CFP, 2009.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 23, n. 79, p. 125-161, ago. 2002.

CARDOSO, Hugo Ferrari; BORSA, Juliane Callegaro; SEGABINAZI, Joice Dickel. Indicadores de saúde mental em jovens: fatores de risco e proteção. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 3, p. 03-25, dez. 2018.

CARDOSO, Francisca Letícia Miranda Gadelha; CECCHETTO, Fátima Regina; CORRÊA, Juliana Silva; SOUZA, Tiago Oliveira de. Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 1277-1288, abr. 2016.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A família e os Papéis de gênero na adolescência. **Psicologia e Sociedade**, [s.l.], v. 31, p. 1-15, 2019.

CARMELINO, Ana Cristina. Aspectos da Construção identitária do jovem e do Brasil no discurso humorístico. **Linguística**, Montevideu, v. 30, n. 1, p. 1130, jun. 2014.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: Como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.432-443, jul./dez., 2002.

CHIOQUETTA, Rafaela Dotti. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: o berço do crime. **Revista Levs**, [S.L.], n. 13, p. 169-179, maio 2014.

COLETÂNEA. Tipos de revisão de literatura. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. UNESP: Botucatu, 2015

COSTA, Rachel Franklin da; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; GARCÍA, Carmen Isabel Gómez; GARCÍA, Maria Jesús Ruiz. Redes de apoio ao adolescente no contexto do cuidado à saúde: interface entre saúde, família e educação. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [s.l.], v. 49, n. 5, p. 741-747, out. 2015.

COSTA, Daniella Harth da; SCHENKER, Miriam; NJAINE, Kathie; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas<sup>1,2</sup>. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 685-705, jul. 2017.

CRUZ, Edson Junior Silva da Cruz.; PEDROSO, Janari da Silva.; CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves Cavalcante.; MALUSCHKE, Julia Sursis Nobre Ferro Bucher. Fatores de Risco em Famílias de Adolescentes em Acolhimento Institucional. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 27-38, 30 jun. 2016.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena. Adolescência e Juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

DELL'AGLIO, Debora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena. Revisando o Questionário da Juventude Brasileira: Uma nova Proposta. In: DELL'AGLIO, Debora Dalbosco.; KOLLER, Silvia Helena. (Org.). Adolescência e Juventude: Vulnerabilidade e Contextos de Proteção. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 259- 270.

DIAS, Carolina Nascimento; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola e demais redes de proteção: escola e demais redes de proteção: aproximações e atuações (im). **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 3, p. 1-17, jul./set. 2018.

DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena. O afeto como processo do desenvolvimento ecológico. *Educar*, Curitiba. n. 36, p. 65-76, 2010.

EVANGELISTA, Vítor de Moraes Alves; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. A relevância das redes de apoio social durante a infância. **Estudos**, [s.l.], n. 17, p. 217-232, 2013.

EYNG, Ana Maria. Direitos humanos e violência nas escolas: desafios do trabalho em rede. **Revista Portuguesa de Educação**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 245, 26 nov. 2013.

FARINHA, Francely Tineli; BANHARA, Fábio Luiz; BOM, Gesiane Cristina; VON KOSTRISCH, Lilia Maria; PRADO, Priscila Capelato; TRETTENE, Armando dos Santos. Correlação entre espiritualidade, religiosidade e qualidade de vida em adolescentes. **Revista Bioética**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 567-573, dez. 2018.

FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 3997-4008, nov. 2019.

FERNANDES, Grazielli; YUNES, Maria Angela Mattar e FINKLER, Lirene. Percepções de Adolescentes Escolares sobre as Relações entre Violência Doméstica e Bullying. **Revista Psicologia Política**. vol.16, n.36, pp. 153-168, 2016.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 14.ed., São Paulo: FBSP, 2020.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 13.ed., São Paulo: FBSP, 2019.

FRANCO, Gisele Rezende; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Autoeficácia e desenvolvimento positivo dos jovens: uma revisão narrativa da literatura. **Temas em Psicologia**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 2267-2282, 2018.

FRANZIN, Lucimara Cheles da Silva; MOYSÉS, Samuel Jorge; VETORAZZI, Maria Lucia Tozetto; FRANZIN, Fernanda Mara; MOYSÉS, Simone Tetu. Violência e maus-tratos na infância e adolescência. **Revista Uningá Review**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 5-14, out./dez. 2013.

FREITAS, Clarissa Pinto Pizarro de; FERMANN, Ilana Luiz; VON HOHENDORFF, Jean; FOSCHIERA, Laura Nichele; HABIGZANG, Luísa F.; LAWRENZ, Priscila; BORDINI, Thays Carolyna Pires Mazzini. **Manual de capacitação profissional para atendimentos em situações de violência**. Porto Alegre: Edipucrs, 2018.

FREITAS, Paula Lemos; MARBACK, Roberta Ferrari. **Identidade na Adolescência: compreendendo a sua formação e repercussões**. In: Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, 16., 2017, Salvador. Anais [...] : Unifacs, 2017. p. 236-245.

FREITAS, Patrícia Martins de; COSTA, Raphael Silva Nogueira; RODRIGUES, Marianna Santos; ORTIZ, Bruna Rafaela de Assis; SANTOS, Júlio César dos. Influência das Relações Familiares na Saúde e no Estado Emocional dos Adolescentes. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 4, p. 95-109, out./dez. 2020.

GERMANO, Idilva Maria Pires; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 381-387, dez. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GIORDANI, Jaqueline Portella; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 103-111, abr. 2017.

GONÇALVES, Hérica Cristina Batista; QUEIROZ, Marcello Roriz de; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda?. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 17-23, 29 abr. 2017.

GONTIJO, Daniela Tavares; JULIÃO, Claudia Helena; KAPPEL, Verônica Borges; ALVES, Heliana Castro; FARINELLI, Marta Regina. Identificação e caracterização da violência escolar: subsídios para ações de enfrentamento. **Mundo Saúde**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 16-24, jan./mar. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Estimativas da população residentes nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: maio de 2021.

IPEA-FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, 2017.

IPEA-FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, 2019.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 135-154, set. 2014.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Atlas**, Porto Alegre, v. 2, p. 243-247, jul. 2015.

LORDELLO, Silvia Renata Magalhães; COSTA, Liana Fortunato. Violência Sexual Intrafamiliar e Gravidez na Adolescência: uma leitura bioecológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 36, n. , p. 1-11, jun. 2020.

LUGARINHO, Leonardo Planel; AVANCI, Joviana Quintes; PINTO, Liana Wernersbach. Perspectivas dos estudos sobre violência na adolescência e cortisol: Revisão bibliográfica sistemática. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 22, p.1321-1332, 2017.

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 3-22, fev. 2015.

MAIA, Rosely Cardoso; NUNES, Tatiene Germando Reis; SILVA, Lucia Isabel da Conceição; SILVA, Kátia Mesquisa da. Da Proteção ao Risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 1-8, 16 out. 2017.

MAIA, Rosely Cardoso. **Risco e proteção à violência intrafamiliar nas trajetórias desenvolvimentais de adolescentes e jovens**. 2017. 172 f. Dissertação - Curso de Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MAIA, Ana Paula. **A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes**: guia de referência. São Paulo: Ação Educativa, 2018.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de; GOMES, Nadirlene Pereira; MOTA, Rosana Santos; SANTOS, Raiane Moreira dos; PEREIRA, Álvaro; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. Repercussões da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 73, n. 1, p. 1-7, 2020.

MALTA, Deborah Carvalho; PORTO, Denise Lopes; CRESPO, Claudio Dutra; SILVA, Marta Maria Alves; ANDRADE, Silvania Suely Caribé de; MELLO, Flavia Carvalho Malta de; MONTEIRO, Rosane; SILVA, Marta Angélica Lossi. *Bullying* em escolares brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, p.92-105, fev. 2014.

MALTA, Deborah Carvalho; BERNAL, Regina Tomie Ivata; PUGEDO, Fabricia Soares Freire; LIMA, Cheila Marina; MASCARENHAS, Marcio Denis Medeiros; JORGE, Alzira de Oliveira; MELO, Elza Machado de. Violências contra adolescentes nas capitais brasileiras, segundo inquérito em serviços de urgência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 2899-2908, set. 2017.

MARRA, Marlene Magnabosco; COSTA, Liana Fortunato. Caracterização do Abuso Sexual em Clientela do CREAS. **Revista Subjetividades**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 105-116, 31 ago. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCOLINO, Emanuella de Castro; VIEIRA, Cícera Renata Diniz; DIAS, Joseana de Almeida; MEDEIROS, Suzana Pereira Cardoso de; CAVALCANTI, Alessandro Leite; CLEMENTINO, Francisco de Sales; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. Violência escolar entre adolescentes: Prevalência e fatores associados a vítimas e agressores. **Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 23, p. 1-8, jun. 2019.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloísa. Abordagem Ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e pesquisa em Psicologia*, 1 (4), p. 66-77, 2004.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. Acidentes e violências na infância e adolescência: fatores de risco e de proteção. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 66, n. 4, p. 578-584, ago. 2013.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 2881-2888, set. 2017.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; COELHO, Maria Inês de Matos. Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas por no Núcleo de Etnografia em Educação entre 1992 e 2007. In MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida de., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MENEGUETI, Jessica; SILVA, Tayla Alcantara da. Estatuto da Criança e do Adolescente na Atenção ao Abandono a Adolescentes. **Revista Levs**, [S.L.], v. 22, n. 22, p. 72-87, 30 nov. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 278-292, set. 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, ASSIS, Simone Gonçalves de, and NJAINE, Kathie, orgs. **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 2, n. 1, p.91-102, maio/ago. 2001.

MONTEIRO, Raffaella Ferreira; AZEVEDO, Livia Ferreira de; SOBREIRO, Renata Tavares; CONSTANTINO, Patrícia. Autoestima e resiliência dos adolescentes da margem da linha: rede de apoio social como fator de proteção. **Perspectivas**, v. 4, n. 2, p. 41-55, 2012.

MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim; LIMA, Tatiane Delurdes de; ASINELLI-LUZ, Araci. A escola como expressão da violência ou locus da cultura da paz? **Dialogia**, [S.L.], n. 32, p. 65-80, 31 ago. 2019.

MORAES, Adriana Leal; COSTA, Sandra Cristina dos Santos; SILVA, Selma Silva da; BOULHOSA, Margarete Feio; FEITOSA, Elisa da Silva; COSTA, Carla Monique Lavareda. O adolescente e sua sexualidade: uma abordagem em educação e saúde na escola. **Enfermagem em Foco**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 149-154, 18 set. 2019.

MOREIRA, Angela; SAPORETTI, Gisele Marcolino; OLIVEIRA, Helian Nunes de; TAVARES, Ricardo; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Percepções dos adolescentes sobre a violência em um assentamento rural: uma análise qualitativa. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 95-106, dez. 2018.

MOURA, Jaquelline Pereira; ALMEIDA, Jank Landy Simôa; ARAÚJO, Janaina Pessoa; MENEZES, Rejane Maria Paiva de; CHAVE, Ana Elisa Pereira. Implicações da violência na infância e adolescência. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 513-524, jan./jul. 2014.

MOURA, Luciana Ramos de; SANTOS, Karine Ferreira dos; SOUZA, Hebert Geraldo de; CADETE, Matilde Meire Miranda; CUNHA, Cristiane de Freitas. Fatores sociodemográficos e comportamentos de risco associados ao consumo do álcool: um recorte do erica. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 145-155, dez. 2018.

MUGGAH, Robert; PELLEGRINO, Ana Paula. **Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise do que funciona**. Instituto Igarapé, 2020.

NARDI, Fernanda Lüdke; HAUCK FILHO, Nelson; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 63-70, mar. 2016.

NASCIMENTO, Bruna Thaiza Silva Nascimento. **Exposição de adolescentes e jovens à violência: efeitos em trajetórias de desenvolvimento de estudantes de escolas públicas em Belém - Pará**. Orientadora: Lúcia Isabel da Conceição Silva. 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

NASCIMENTO, Bruna Thaiza Silva; CUNHA, Katiane da Costa; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Infográfico de Violência contra adolescentes ocorrida no município de Belém, Pará- Brasil, no período de 2011 a 2020. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. 2022a.

NASCIMENTO, Bruna Thaiza Silva; CUNHA, Katiane da Costa; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no município de Belém, Pará. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. 2022b.

NUNES, Tatiene Germano Reis; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Lucia Isabel da Conceição; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Fatores de risco e proteção na escola: reprovação e expectativas de futuro de jovens paraenses. **Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 203-210, maio/ago. 2014.

NUNES, Antônio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016.

OLIVEIRA, Denise Cabral Carlos de; RUSSO, Jane Araujo. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as :duas psicologias::. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 579-604, jul. 2017a.

OLIVEIRA, Alessandra Silva Dias de; MOREIRA, Naiara Ferraz; MORAES, Anelise Bezerra de Vasconcelos de; PEREIRA, Rosangela Alves; VEIGA, Glória Valeria de. Coocorrência de fatores de risco comportamentais para doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes: prevalência e fatores associados. **Revista de Nutrição**, [S.L.], v. 30, n. 6, p. 747-758, dez. 2017b.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7 ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz da; ANDRADE, André Luiz Monezi; MICHELI, Denise de; CARLOS, Diene Monique; SILVA, Marta Angélica Iossi. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 8, p. 01-14, jul. 2020.

OLIVEIRA, Marcio de; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia. **Perspectiva**, [S.L.], v. 38, n. 4, p. 1-23, 31 dez. 2020.

PASIAN, Mara Silvia; FALEIROS, Juliana Martins; BAZON, Marina Rezende; LACHARITÉ, Carl. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-70, dez. 2013.

PATIAS, Naiana Dapieve; SILVA, Doralúcia Gil da; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição de adolescentes à violência em diferentes contextos: Relações com a saúde mental. **Temas em Psicologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p.205-2018. 2016.

PATIAS, Naiana Dapieve; HEINE, Júlia Assumpção; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Bem-estar subjetivo, violência e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes. **Revista Avaliação Psicológica**, [s.l.], v. 16, n. 4, p. 468-477, 15 out. 2017.

PEDROSO, Márcia Regina de Oliveira; LEITE, Franciéle Marabotti Costa. Violência recorrente contra crianças: análise dos casos notificados entre 2011 e 2018 no estado do espírito santo. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 1-12, jul. 2021.

PEREIRA, Anderson Siqueira; WILLHELM, Alice Rodrigues; KOLLER, Silvia Helena; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de. Fatores de risco e proteção para tentativa de suicídio na adultez emergente. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 11, p. 3767-3777, nov. 2018.



PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura; PINTO, Isabella Vitral; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; SHIMIZU, Helena Eri; RAMALHO, Walter Massa; FAGG, Christopher William. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 1-17, jul. 2020.

PINTO, Liana Wernersbach; ASSIS, Simone Gonçalves de. Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 288-300, jun. 2013.

PINTO JUNIOR, Antônio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 124-131, jun. 2015.

POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 405-416, set. 2008.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Belém do Pará: cidade e água. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 41-60, maio 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. – 2.ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIROGA, Fernando Lionel; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 863-878, set. 2013.

REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina Gonçalves. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.Pt**, São Paulo, p. 1-20, out. 2018.

RONDON FILHO, Edson Benedito; SOUZA, Tatiana Sampaio de Sampaio de. Reflexos do medo e da insegurança na realidade e no cotidiano da Juventude brasileira. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 39-66, 31 jul. 2013.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 131-145, abr. 2009.

SANTOS, Marconi de Jesus; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco; MONTEIRO, Rosane Aparecida. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 1-10, maio 2018.

SANTOS, Mateus Souza dos. **Entre Risco e Proteção: eventos estressores no desenvolvimento de adolescentes e jovens estudantes de escolas públicas de Belém/PA**. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. *Educação e Pesquisa*, [S.L.], v. 45, n. 0, p. 1-15, 2019.

SANTOS, Émina Márcia Nery dos; LIMA, Francisco Willams Campos; VALE, Cassio. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. *Eccos – Revista Científica*, [s.l.], n. 54, p. 1-17, 30 set. 2020.

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 101-108, mar. 2012.

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Reflexões sobre a saúde do adolescente brasileiro. *Psicologia, Saúde & Doenças*, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 217-229, set. 2015.

SENA, Kamilla Rafaely Rocha de; NELSON, Antonio Rangel Rosso. Da Representação Democrática e sua legitimidade diante das manifestações populares de 2013 no Brasil. *Revista de La Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, [S.L.], v. 48, n. 129, p. 549-585, 2018.

SERPA, Virginia; VIRGÍNIA, Clara; CAVALCANTE, Sylvia. Assistência Social Pública Brasileira: Uma Política da Autonomia - um Dispositivo Biopolítico. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 428-437, out. 2015.

SILVA, Marta Angélica Iossi; MELLO, Flávia Carvalho Malta de; MELLO, Débora Falleiros de; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; SAMPAIO, Julliane Messias Cordeiro;

SILVA, Priscila Arruda; LUNARDI, Valéria Lerch; LUNARDI, Guilherme Lerch; AREJANO, Ceres Braga; XIMENES, Andrea Stiff; RIBEIRO, Juliane Portella. Violência contra crianças e adolescentes: características dos casos notificados em um centro de referência do sul do Brasil. *Enfermería Global*, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 406, 28 mar. 2017.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 619-627, fev. 2014.

SILVA, Lúcia Isabel. **Projeto de Pesquisa: Violências contra crianças, adolescentes e jovens**: percepções sobre risco e proteção e dinâmica de atuação das redes de proteção (escola, família e comunidade). UFPA. ICED. 2017.

SILVA, Jorge Luiz de Castro e; FERNANDES, Maria Wilda; ALMEIDA, Rosa Lívica Freitas. **Estatística e Probabilidade**. 3.ed., Fortaleza: Eduece, 2015.

SILVA, Rafael Lopes Sales; OLIVEIRA, Adriana Leônidas de. Juventude E Desenvolvimento: Estudo Sobre Fatores De Risco E Proteção De Adolescentes Da Cidade De Campos Do Jordão – SP. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 13, n. 1, p.264-283, 2017.

SILVA, Lucía. Suicídio entre crianças e adolescentes: um alerta para o cumprimento do imperativo global. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 1-4, jun. 2019.

SOUSA, Maria Cândida Lima de. **Rede de Proteção Social frente à violência contra crianças e adolescentes**: Um estudo a partir do Conselho Tutelar III de Ananindeua/PA. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de; DUTRA-THOMÉ, Luciana; SCHIRÓ, Eva Diniz Bensaia Dei; MORAIS, Camila de Aquino; KOLLER, Silvia Helena. Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], v. 21, n. 49, p. 273-278, ago. 2011.

SCHEK, Gabriele; SILVA, Mara Regina Santos da; LACHARITÉ, Carl; BUENO, Maria Emilia Nunes. Professionals and interfamily violence against children and adolescents: in between legal and conceptual precepts. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [s.l.], v. 50, n. 5, p. 779-784, out. 2016.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. A produção de conhecimento sobre juventude (s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 945-963, jan. 2015.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; SILVA, Juliana Medeiros; ARAUJO, Marina Venturini. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 90-102, 2013.

TEIXEIRA, Emarianne Campanha. **Resiliência e vulnerabilidade social**: uma perspectiva para a educação sociocomunitária da adolescência. 2015. 124 f. Dissertação, UNISAL, São Paulo, 2015.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; SILVA, Juliana Medeiros; ARAUJO, Marina Venturini. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 90-102, 2013.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O direito de aprender**: potencializar avanços e reduzir desigualdades. Brasília, 2009.

UNICEF - Cidade Aprendiz. **A Educação que protege contra a Violência**. Brasil, 2019.

UNICEF – Vida de adolescentes interrompidas: um estudo sobre mortes violentas no Rio de Janeiro. Brasil, 2021.

VINAGRE, Maria da Graça; BARROS, Luísa. Preferências dos adolescentes sobre os cuidados de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 5, p. 1627-1636, maio 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 389-395, dez. 2012.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Comportamentos de risco em adolescentes que vivem em diferentes contextos: família e institucionalização. **Revista Colombiana de Psicología**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 289-305, 14 jul. 2016.

## **APÊNDICES**

# APÊNDICE A – DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO A ACESSO DE BANCO DE DADOS DA SECRETARIA DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE CRIMINAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM  
SEGURANÇA PÚBLICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO E ANÁLISE CRIMINAL



OFÍCIO Nº 021/2021–PPGSP/IFCH/UFPA

Belém, 13 de abril de 2021

A Sua Excelência Senhor Carlos André Viana Costa  
Diretor da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal  
Assunto: Solicitação de coleta de dados

Prezado Diretor,

O programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), cumprimenta Vossa Excelência e, na oportunidade, apresenta a Sra. **Bruna Thaiza Silva Nascimento**, orientanda da **Profa. Dra. Katiane da Costa Cunha**, na área de concentração “Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania”, e linha de pesquisa “Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação”.

O objetivo do presente Ofício é solicitar a Vossa Excelência para que a Sra. **Bruna Thaiza Silva Nascimento** possa realizar **pesquisa documental junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, em especial que seja fornecido o recorte do Banco de dados referente aos registros de violência contra adolescentes, realizados no Município de Belém, nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, com o máximo de informações sobre características das vítimas e agressores (tipo de violência, idade, sexo, local, hora do fato, bairro, vínculo da vítima com agressor).**

Tais informações possibilitarão elaboração de artigo científico, necessário à obtenção do título de mestre em Segurança Pública pelo PPGSP/UFPA cujos resultados poderão ser utilizados na elaboração de futuras políticas públicas na área da Segurança Pública.

Congratulando a Vossa Excelência e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarida à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.

Respeitosamente,

Prof. Dra. Silvia dos Santos de Almeida  
Coordenadora  
Portaria Nº 840/2020 – Reitoria

APÊNDICE B: FICHA CADASTRAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO DE DADOS ESTATÍSTICOS JÁ ARQUIVADOS NO SIAC/SEGUP/PA



**FICHA CADASTRAL**

**AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A DADOS ESTATÍSTICOS, JÁ ARQUIVADOS**

**DADOS DO PESQUISADOR OU ALUNO**

1. Nome: Bruna Thaiza Silva Nascimento
2. Identificação: RG nº 6689318
3. CPF nº 020.762.062-80
4. Endereço Residencial: Rua Comandante Ernesto; Vila; Belém-PA, 66910-090
5. Instituição de pesquisa ou ensino a que está vinculado(a): Universidade Federal do Pará
6. Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110
7. Denominação do projeto de pesquisa ou do trabalho acadêmico: Caracterização da Violência intra/extrafamiliar contra adolescentes em Belém – Pará.
8. Objetivo da pesquisa ou do trabalho acadêmico: Caracterizar a violência intra/extrafamiliar contra adolescentes no Município de Belém no período de 2011-2020
9. Dados que busca pesquisar: Ano fato; dia da semana; mês fato; idade da vítima; sexo da vítima; nível de ensino da vítima; tipo de violência; causa; vínculo com o agressor; turno; local de ocorrência; entre outros.

Reafirmo que as informações prestadas acima são verdadeiras.

Belém-Pa., 17 de junho de 2021

*Bruna Nascimento*

Bruna Thaiza Silva Nascimento

**ANEXOS**



**ANEXO 1: ATESTADO DE ARTIGO ACEITO PARA PUBLICAÇÃO**

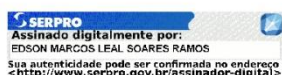
Serviço Público Federal  
Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Segurança Pública  
Projeto de Desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão em Segurança Pública

**Atestado de Artigo Aceito para Publicação**

Atestamos para os devidos fins que o artigo científico “**Elementos Caracterizadores da violência contra adolescentes no município de Belém – Pará**” de autoria de **Bruna Thaiza Silva Nascimento, Edson Marcos Leal Soares Ramos e Katiane da Costa Cunha** foi aceito para ser publicado no livro de circulação nacional “**Segurança Pública: Desenvolvimentos em Ensino, Pesquisa e Extensão**”, **Volume II**, com previsão de lançamento até 28 de Fevereiro de 2022.

05 de Janeiro de 2022.

Atenciosamente,



---

**Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos**  
Coordenador do Projeto  
Portaria Nº 010/2019 – PPGSP-IFCH  
(91) 99113-6101/3201-8058/3201-7798  
ramosedson@gmail.com

## ANEXO 2: NORMAS DA REVISTA HUMANIDADES E INOVAÇÃO

A Revista Humanidades e Inovação, editada pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) tem por objetivo a difusão de estudos e pesquisas com especial enfoque para a linguagem e processos educativos, comunicação, educação e tecnologia, sociologia e processos de inovação gerenciais, sociais e tecnológicos.

- **Qualis/Capes:** B3 em Educação / B3 em Ensino / B5 em Comunicação e informação / B4 em História / **B2 em Interdisciplinar** / B1 em Linguística e Literatura / B4 em Planejamento Urbano e Regional / Demografia / B4 em Sociologia (Qualis/Capes, 2013-2016) - A2 (Qualis/Capes, 2019)
- **Área do conhecimento:** Interdisciplinar
- **Ano de fundação:** 2014
- **E-ISSN:** 2358-8322 (versão eletrônica)
- **E-mail:** rev.humanidades@unitins.br
- **Periodicidade:** Publicação mensal
- **Editora:** Unitins

### Condições para submissão.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
- URLs para as referências foram informadas quando possível.
- O texto utiliza tamanho A4, com margens em 2,5cm, fonte Arial, corpo 12, espaçamento 1,5.
- O texto não traz identificação do autor, condição para avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descrito na aba Sobre a Revista.
- Todo material passou por prévia revisão textual antes de ser apresentado à revista.
- As pesquisas que envolvem seres humanos apresentam a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, bem como o processo de obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes.  
Resolução 466/12 - Pesquisas na área da saúde.  
Resolução 510/16 - Pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
- Em caso de artigo de autoria coletiva, o texto deverá ser submetido pelo primeiro autor (ou autor de contato). Em caso de aprovação, todos os autores deverão mostrar sua conformidade com o manuscrito a ser publicado.

### Diretrizes para Autores

### Normalização dos manuscritos:

**Artigos (15 a 25 páginas):** textos de pesquisas concluídas, síntese de pesquisa.

**Relatos de experiência** (até 15 páginas): comunicações breves de relatos de experiências acadêmicas ou profissionais, com evidências metodologicamente adequadas.

**Resenhas** (até 10 páginas): revisão crítica de obra publicada recentemente, orientando o leitor quanto a suas características e usos potenciais.

**Entrevistas** (até 25 páginas): colóquio entre pessoas em local combinado, para obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões etc. Deve constituir de uma apresentação do entrevistado de até 700 palavras.

**Tradução** (até 25 páginas): Para a submissão de um texto traduzido, deve-se anexar a cópia, em pdf, do texto original, bem como a autorização do autor e editora de publicação original.

**Devem ser observadas as seguintes condições:**

- 1) O autor não teve nenhum texto publicado na Revista Humanidades & Inovação nas **duas últimas edições**.
- 2) O artigo não tem mais de quatro autores, exceto em relatos de experiência.
- 3) O autor não tem mais de dois artigos publicados na mesma edição.
- 4) Os manuscritos devem ter sido digitados em fonte Arial, corpo 12, espaçamento 1,5 e margens 2,5cm, em papel tamanho A4.
- 5) O título, em caixa alta, deve estar destacado em negrito, com alinhamento centralizado e entrelinha simples. Na linha seguinte, deve ser indicada a versão do título em inglês ou espanhol ou francês ou italiano.
- 6) O resumo, de 100 a 150 palavras, em português e em inglês, deve ser em corpo 11, alinhamento justificado, entrelinha simples. O termo “Resumo” deve estar em negrito, seguido de dois pontos. As palavras-chave, em português e em inglês, devem ter a mesma configuração do resumo. O termo “Palavras-chave” deve estar em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula e concluídas com ponto final. Para facilitar a localização em consultas bibliográficas, as palavras-chave devem corresponder a conceitos gerais da área do trabalho.

7) Imagens, quadros ou gráficos que acompanhem o texto devem: estar em escala de cinza; constar dentro do documento no espaço previsto; ser enviados em arquivos separados, para o caso de problemas na formatação.

8) As citações com até 3 linhas devem ser marcadas com aspas duplas e inseridas no corpo do texto. A citação que ultrapassar 3 linhas deve ser recuada e inserida em parágrafo próprio, com recuo de 4cm, fonte Arial, corpo 11, alinhamento justificado, entrelinha simples. A citação deverá conter o nome do autor, o ano da obra e as páginas, apresentadas de acordo com os casos exemplificados abaixo.

Exemplos de citações e referências, conforme as normas da ABNT (NBR 6023).